



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, TRABALHO DOCENTE, TEORIAS E
PRÁTICAS EDUCACIONAIS
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

DORILENE PANTOJA MELO

***“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”*: A PLURIDIMENSIONALIDADE DAS
MATRIZES PEDAGÓGICAS NA CIRANDA INFANTIL COM OS SEM
TERRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE**



**BELÉM
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, TRABALHO DOCENTE, TEORIAS E
PRÁTICAS EDUCACIONAIS
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

DORILENE PANTOJA MELO

***“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”*: A PLURIDIMENSIONALIDADE DAS
MATRIZES PEDAGÓGICAS NA CIRANDA INFANTIL COM OS SEM
TERRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE.**

Texto de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora, sob a Orientação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas Educacionais.

**BELÉM
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M528n MELO, DORILENE PANTOJA.
"Nada sobre nós sem nós": A pluridimensionalidade das
Matrizes / DORILENE PANTOJA MELO. — 2023.
130 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2023.

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia do MST. 3. Sem
Terrinha. 4. Ciranda Infantil. 5. Amazônia Paraense. I. Título.

CDD 370.811

DORILENE PANTOJA MELO

**“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: A PLURIDIMENSIONALIDADE DAS
MATRIZES PEDAGÓGICAS DA CIRANDA INFANTIL COM OS SEM
TERRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE.**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência da
Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de
Doutora, sob a Orientação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas
Educacionais.

DATA: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage - PPGED/ICED/UFPA
ORIENTADOR

Prof. Dr. Marcos Vinícius da Costa Lima- Programa Escola da Terra/UFPA
COORIENTADOR

Profª Drª Arlete Maria Monte de Camargo - PPGED/ICED/UFPA
AVALIADORA INTERNA

Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão - PPGED/ICED/UFPA
AVALIADOR INTERNO

Profª Dra. Maria Antônia de Souza- PPGED/Universidade Estadual de Ponta Grossa/ UEPG
AVALIADORA EXTERNA

*Prof. Dr. José Camilo Ramos de Souza-PPGECA/ Universidade do Estado do
Amazonas/UEA*
AVALIADOR EXTERNO

Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza- PPGE/FACED/UFJF
SUPLENTE DE AVALIADOR EXTERNO

Profª Dra. Maria Conceição dos Santos Costa - PPGED/ICED/UFPA
SUPLENTE DE AVALIADORA INTERNA

Profª Dra. Márcia Mara Ramos- Educadora Popular/MST
CONVIDADA ESPECIAL

*Dedico esta tese às crianças Sem terrinha da
Amazônia Paraense.
Aos Companheiros e Companheiras do Setor de
Educação do MST/Pará.
Aos meus ancestrais.
Aos meus pais, José Ribamar e Doracinda.
Às minhas filhas, Mariana e Maria Clara.
Ao meu companheiro, Mauro.
A todos vocês, dedico a existência deste texto.
Pois, sem vocês este trabalho não se sustentaria.
Avante!*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui descritos, iniciam hoje, dia 18 de junho de 2020, para que nenhum companheiro ou companheira de luta, dos mais variados laços construídos comigo e com esta pesquisa possa ser esquecido.

Portanto, agradeço primeiramente ao Sagrado **DEUS**, toda a minha gratidão pelo dom da VIDA. A fé em ti, me fez chegar até aqui. Os ensinamentos desta fé, vieram através de minha mãe: mulher de Fé e de Espiritualidade elevada. Portanto, sou grata ao Senhor Deus que me sustentou em todas as horas desta pesquisa, dando-me o alimento espiritual necessário para manter-me de pé.

À Nossa **Senhora de Nazaré**, Padroeira da Amazônia, nossa mãe; a **São Jorge**, santo guerreiro, pela intercessão e bênçãos alcançadas e ao Santo Expedito, pelos milagres diários.

A meus **Ancestrais** e a nossa **Ancestralidade Amazônica**, aos **Encantados** e **Encantadas das Águas e das Floresta**, aos **Santos** e **Santas**, a **Oxóssi** pela força, pela centralidade de meu Ori, pela espiritualidade, pela proteção e sabedoria, minha eterna gratidão, respeito e compromisso com o sagrado.

Gratidão a mãe **TERRA**, pelos espaços sagrados onde habitamos, por ser única e essencial ao nosso viver. Embora, por hora, sejas motivo de disputas sangrentas em que muitos perdem a vida por um punhado teu, acreditamos em ti enquanto direito de TODOS os seres viventes deste espaço.

Todo o meu respeito e gratidão aos meus pais **JOSÉ RIBAMAR E DORACINDA**, seu Riba e dona Dora, pela VIDA, pelo amamentar, pelo alimento na infância, pela proteção, cuidados, ensinamentos, orientações e orações. Eu sou porque vocês são e **NÓS SOMOS**.

Às minhas filhas, **MARIANA E MARIA CLARA**, duas meninas-mulheres, geradas, criadas, amadas, cuidadas e protegidas por mim e Mauro, e que não há vida plena sem suas existências. Gratidão a Deus pela existência de vocês. Gratidão a vocês pelos aprendizados ao me constituir

mãe. E perdão pelas falhas e ausências ao longo de uma vida de estudo e trabalho. Amo-te, Mariana. Amo-te, Maria Clara. Amo ser mãe de vocês neste curto prazo de existência diante da vastidão do tempo.

Gratidão ao meu Companheiro **MAURO**, pela companhia, dialogicidade, cumplicidade, humildade, amorosidade desde os meus 16 anos de idade até os dias de hoje. Um amor tão pequeno que se tornou imenso, forte, real e leal. Amo-te por compartilharmos comigo o melhor projeto de nossas VIDAS, a nossa FAMÍLIA, o nosso AMOR.

Aos meus irmãos **RICARDO, RINALDO, RODRIGO, ROSÂNGELA e ROGÉRIO** (in memória) pela torcida, orações e risadas compartilhadas, gratidão.

Aos meu Orientador, **SALOMÃO HAGE**, pelo seu compromisso com a educação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas na Amazônia, pelo seu companheirismo de longas datas, da graduação ao doutorado, minha eterna gratidão.

Gratidão a minha amiga-irmã **TAÍSSA BARBOSA**, pelo companheirismo na militância, estudo, práxis e pesquisa na Educação de Jovens, Adultos e Idosos- EJAI do nosso município e da Amazônia Paraense. Mas acima de tudo, gratidão por compartilhar comigo muitos e muitos momentos vividos, dentro e fora da educação. Gratidão pela existência do seu fruto mais precioso: **IASMIN**.

Aos meus amigos-irmãos **JOANA CARMEN E MARCOS LIMA**, minha eterna gratidão! Chego na defesa desta tese a partir de muitos diálogos sobre educação, movimentos sociais, infâncias, crianças, contra-hegemonia, cirandas, ancestralidade e muitos outros temas que nos fizeram atravessar madrugadas de diálogo, companheirismo, choros, risadas e muito, muito amor.

Gratidão às manas **GISELE OLIVEIRA, YANDALA DAMASCENO e INGRID SANTOS**, pela amizade, carinho, companheirismo, orações, torcidas, palavras que nos acarinham e acalmam. De certo, estamos juntas não por um acaso, mas por um presente divino: o laço de amizade que Deus nos deu.

Gratidão ao meu amigo-irmão **LAURIMAR MATOS** pelo compartilhamento de muitos momentos de trabalho, aprendizado, risadas e projetos na Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém.

Às minhas manas de longas caminhadas na formação de professores da Educação Infantil, **TATIANA MAIA E MIRIAM AMARAL**, por toda uma trajetória de parceria, amizade, compromisso em defesa da educação infantil, das infâncias e das crianças, Gratidão.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação na Amazônia-**GEPERUAZ**, agradeço o companheirismo, a contribuição aos estudos e às vivências acadêmicas e militantes em defesa da Educação do Campo, das Águas de das Florestas na Amazônia.

Aos companheiros do MST no Pará, em especial a **VALÉRIA LOPES, JANE CABRAL, MARIA RAIMUNDA, CARLINHOS E VERÔNICA**, gratidão pelo aprendizado, todo o apoio e o compartilhamento dos momentos formativos no MST que trouxe grandes e significativas contribuições para este estudo e pesquisa. Avante!

Aos companheiros e companheiras da **FRENTE INFÂNCIA CAMPONESA (INCA) do MST**.

Aos meus amigos de compartilhamento de estudos e orientações no Doutorado, **TAÍSSA, EDILSON E LUCAS**. Quanta vivência tivemos e aprendemos e lutamos juntos por uma educação na e da Amazônia, gratidão!

Aos **PROFESSORES E DISCENTES** do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA, gratidão pelo convívio e aprendizado coletivo durante os cinco anos de estudo no doutorado.

Aos **REPRESENTANTES ESTUDANTIS DO COLEGIADO DO PPGED UFPA**, especialmente do mandato de 2019 e 2020, gratidão! Combatemos o bom combate!

A professora **SÔNIA MAGALHÃES** que ministrou a Disciplina Povos Tradicionais e Grandes Projetos na Amazônia, a qual fiz parte no primeiro semestre de 2019. E aos companheiros de estudo na disciplina.

Aos **COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS DAS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS DA REFORMA AGRÁRIA** de 2018 a 2020 composto pelas Universidades UFPA, UEPA, UFRA e Instituto IFPA, meu muito, muito obrigada!

As companheiras **IVANESSA E MARLENE** da Escola Municipal Josino Viana que compartilharam comigo importantes momentos de atuação na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Às professoras e professores que participaram de nossa banca de qualificação e/ou defesa de tese, pela inestimável contribuição ao aprimoramento deste trabalho, toda a nossa gratidão: **ARLETE MARIA MONTE DE CAMARGO, MARIA ANTÔNIA DE SOUZA, MÁRCIA MARA RAMOS, CARLOS JORGE PAIXÃO, JOSÉ CAMILO RAMOS DE SOUZA E MARCOS VINÍCIUS DA COSTA LIMA.**

Preciso agradecer a alegria das crianças **SEM TERRINHA DA AMAZÔNIA PARAENSE**, agradecer pelas suas formas de educar e deixar-se educar. Preciso agradecer pelas suas existências, que apesar de toda desumanidade daqueles que insistem em tirar suas terras, seus cantinhos, seus barracos, suas matas, suas plantinhas, suas casas, não tiram delas a força, a luta, a coragem, a sua consciência e a alegria de viver.

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio*

*Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida*

*É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
Estarás mais ancho que estavas no mundo*

*É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
Porém mais que no mundo te sentirás largo*

*É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca*

***Funeral de Um Lavrador
Chico Buarque***

RESUMO:

Este estudo está inserido na temática da formação das crianças do campo no contexto da Ciranda Infantil do MST, e tem por objetivo analisar as Matrizes Pedagógicas que transversalizam a(s) práxis dos educadores(as) do MST na formação dos Sem Terrinha da Amazônia paraense. A Ciranda Infantil, nesse caso, passa a ser o objeto dessa pesquisa. A formação dos Sem Terrinha, na perspectiva freireana, se constitui como uma prática social dialógica, dinâmica e lúdica a partir da qual é possível apreender dimensões sociais, políticas e educativas que contribuem para problematizarmos a formação destes sujeitos no contexto da Ciranda Infantil do MST/Pará. É preciso ainda considerar, com especial atenção, a formação dos Sem Terrinha vinculada aos princípios da educação do campo e da Pedagogia do MST. Neste sentido, delineamos algumas indagações perante a intencionalidade da nossa pesquisa que nos auxiliaram na imersão em áreas de assentamento e acampamento, feiras e encontros do movimento no estado do Pará, dentre elas, interessa-nos saber **como os(as) educadores(as) do MST trabalham as matrizes pedagógicas das Cirandas Infantis na formação dos Sem Terrinha da Amazônia paraense**. Esta pesquisa de caráter qualitativa foi realizada no estado do Pará nos assentamentos da reforma agrária João Batista II, Acampamento Quintino Lira e nas Cirandas Infantis dos encontros, eventos e feiras da agricultura familiar realizados no período de 2019 a 2021 na cidade de Belém no Pará. Os resultados apontam para a emergência de uma metodologia capaz de organizar e analisar a Pluridimensionalidade de Matrizes Pedagógicas além de constituir-se de um processo formativo dos sujeitos a partir das Cirandas Infantis. Dessa forma afirma-se que não é possível pensar a Ciranda Infantil do MST, sem os Sem Terrinha no contexto da Amazônia paraense.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pedagogia do MST. Sem terrinha. Ciranda Infantil. Amazônia Paraense.

ABSTRACT:

This study is inserted in the theme of the formation of rural children in the context of the MST Children's Ciranda, and aims to analyze the Pedagogical Matrices that transversalize the praxis of the MST educators in the formation of the Sem Terrinha of the Pará Amazon . The Ciranda Infantil, in this case, becomes the object of this research. The formation of the Sem Terrinha, from Freire's perspective, is constituted as a dialogical, dynamic and playful social practice from which it is possible to infer social, political and educational dimensions that contribute to problematize the formation of these subjects in the context of the MST Children's Ciranda/ For. It is also necessary to consider, with special attention, the formation of the Sem Terrinha linked to the principles of rural education and MST Pedagogy. In this sense, we outlined some questions before the intention of our research that helped us in the immersion in areas of settlement and camping, fairs and meetings of the movement in the state of Pará, among them, we are interested in knowing how the educators from the MST work on the pedagogical matrices of the Children's Cirandas in the formation of the Sem Terrinha in the Pará Amazon. This qualitative research was carried out in the state of Pará in the agrarian reform settlements João Batista II, Acampamento Quintino Lira and in the Children's Cirandas of meetings, events and family farming fairs held from 2019 to 2021 in the city of Belém in Pará. The results point to the emergence of a methodology capable of organizing and analyzing the Pluridimensionality of Pedagogical Matrices, in addition to constituting a training process for the subjects based on the Children's Cirandas. In this way, it is stated that it is not possible to think of the MST Children's Ciranda without the Sem Terrinha in the context of the Pará Amazon.

Keywords: Rural Education. MST Pedagogy. No homeland. Children's Ciranda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 01** Fase da Observação Participante para identificar e sistematizar as matrizes pedagógicas.
- Imagem 02** A pluridimensionalidade Sócio-políticas e educativas das Matrizes pedagógicas presentes na Ciranda Infantil do MST da Amazônia Paraense
- Imagem 03** Plenária com os Sem Terrinha no 18º Encontro Estadual dos Sem Terrinhas
- Imagem 04** Vivências sobre Educação do Campo com os acampados do Assentamento Quintino Lira do MST
- Imagem 05** Vivências sobre Educação do Campo com os acampados do Assentamento Quintino Lira do MST
- Imagem 06** Lote agroecológico da trabalhadora acampada professora Verônica
- Imagem 07** Escola Municipal José Valmeristo
- Imagem 08** Pátio da Escola Municipal José Valmeristo
- Imagem 09** A Ciranda Infantil e as Crianças Sem Terrinhas do Assentamento Quintino Lira
- Imagem 10** A Ciranda Infantil e as Crianças Sem Terrinhas do Assentamento Quintino Lira
- Imagem 11** professora Verônica, mulher Sem Terra acampada no Quintino Lira
- Imagem 12** Card da V feira da Reforma Agrária Mamede Gomes
- Imagem 13** Card da Jornada de Lutas pela Reforma Agrária Popular em defesa da Amazônia
- Imagem 14** Roda de conversa com os trabalhadores rurais Sem Terra
- Imagem 15** Diálogo com os trabalhadores do campo sobre os dados de fechamento das escolas do campo no Pará
- Imagem 16** Oficina de sementes na V Feira da Reforma Agrária “Mamede Gomes” realizada no dia 15 de abril de 2019

- Imagem 17** Bandeira do I Encontro de Educação do Campo em Santa luzia do Pará
- Imagem 18** Coletivo de pesquisadores e militantes dos Movimentos Sociais durante a viagem para a o I Encontro de Educação do Campo em Santa luzia do Pará.
- Imagem 19** Coletivo de pesquisadores e militantes dos Movimentos Sociais durante a viagem para a o I Encontro de Educação do Campo em Santa luzia do Pará.
- Imagem 20** Área externa da Escola ECRAMA
- Imagem 21** Roda de Conversa sobre a Educação do Campo na Amazônia Paraense e apresentação dos dados do fechamento das escolas do campo no Pará
- Imagem 22** Diálogo sobre o Currículo em Movimento no MST, resultado da pesquisa de Mestrado do professor militante Magno.
- Imagem 23** Mística de abertura das Crianças Sem Terrinha
- Imagem 24** Elementos sócio-político-culturais que constituem a mística
- Imagem 25** Apresentação do grito de Guerra das Crianças Sem Terrinha
- Imagem 26** Sem Terrinha na plenária da Roda de Conversa sobre a Educação do Campo
- Imagem 27** Roda de Capoeira na Ciranda Infantil do Encontro
- Imagem 28** Brincadeira de adoleta na Ciranda Infantil do Encontro
- Imagem 29** Cartaz da 3ª Edição da Feira Estadual da Reforma Agrária no Pará
- Imagem 30** Exposição de quadros do MST no palco
- Imagem 31** Palco das apresentações culturais
- Imagem 32** Feira aberta no Mercado de São Braz
- Imagem 33** Alimentos em exposição
- Imagem 34** Roda de Conversa com os trabalhadores do MST sobre agrotóxicos
- Imagem 35** Roda de Conversa com os trabalhadores do MST sobre agrotóxicos

- Imagem 36** Oficina de Pintura livre
- Imagem 37** Oficina de Desenho livre
- Imagem 38** Oficina de Desenho livre
- Imagem 39** Oficina de Desenho livre
- Imagem 40** Crianças Sem Terrinha e criança convidada na área livre da Feira
- Imagem 41** Ensaio de cantorias com as crianças no 18º Encontro Estadual dos Sem Terrinha
- Imagem 42** Frente da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Construindo Conhecimento”
- Imagem 43** Organização da entrada das crianças com a saudação da bandeira do MST e a cantoria das músicas do Movimento
- Imagem 44** Oficina de Abayomi
- Imagem 45** Oficina de Capoeira
- Imagem 46** Card da programação do 23º Aniversário do Assentamento João Batista
- Imagem 47** Escola Municipal de Ensino Fundamental EMEF Roberto Remigi
- Imagem 48** Feirinha na Vila do Assentamento
- Imagem 49** Oficina de Cabaça da Cuieira
- Imagem 50** Desenho das Crianças Sem Terrinha no muro da Escola Municipal de Ensino Fundamental EMEF Roberto Remigi
- Imagem 51** Uma Sem Terrinha, 11 anos.
- Imagem 52** Uma Sem Terrinha, 10 anos.
- Imagem 53** Uma Sem Terrinha, 10 anos.
- Figura 1** Nuvens de palavras

MAPAS

Mapa 01 Localização do Acampamento Quintino Lira, na cidade de Santa Luzia do Pará, Pará.

Mapa 02 Localização do Assentamento João Batista II, na cidade de Castanhal, Pará.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Catálogo de teses e dissertações da BDTD, no recorte temporal de 2012 a 2022

Quadro 02 Frequência de uso das dimensões (palavras geradoras) no processo formativo dos Sem Terrinha nas Cirandas (registrados e identificados na observação-participante durante os encontros de MST citados no capítulo II).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
GEPERUAZ	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do campo da Amazônia Paraense
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PARFOR	Plano Nacional de Formação para professores da Educação Básica.
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO	Programa de apoio à formação Superior em licenciatura em Educação do Campo
PROINFANTIL	Programa de Formação de Professores de Educação Infantil
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação de Belém
SINTEPP	Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras da Educação do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade do Estado do Pará
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Pará
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEI	Unidade de Educação Infantil

SUMÁRIO

PRÓLOGO

INTRODUÇÃO

1.1. Revisão de literatura acerca da pesquisa sobre Cirandas Infantis e o MST.

1.2. As Cirandas Infantis e a Relevância da Pluridimensionalidade das Matrizes Pedagógicas

SEÇÃO II: A AMAZÔNIA E O MST: A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR

2.1. Um pouco da História da Amazônia

2.2. O MST e a Luta por Reforma Agrária Popular de base agroecológica no Brasil

SEÇÃO III: OS SEM TERRINHA SE EDUCAM NO MOVIMENTO

3.3. Os encontros dos Sem Terrinha no Pará: as Rodas de Conversas, as Feiras, os Encontros e as Cirandas Infantis.

3.3.1. Encontro Formativo no Acampamento Quintino Lira

3.3.2. Jornada de Lutas por Reforma Agrária Popular em Defesa da Amazônia: Massacre Nunca Mais! (V Feira Mamede Gomes)

3.3.3. ECRAMA- I Encontro de Educação do Campo em Santa Luzia do Pará

3.3.4. III Feira Estadual da Reforma Agrária

3.3.5. Sem Terrinhas em movimento por escola, terra e dignidade

3.3.6. 23º Aniversário do Assentamento João Batista II e a I Feira da Agricultura Familiar Camponesa.

SEÇÃO IV: NADA SOBRE NÓS SEM NÓS: ESTRATÉGIAS E AS PLURIDIMENSIONALIDADES FORMATIVAS DE R-EXISTÊNCIA QUE EMERGEM NAS CIRANDAS INFANTIS

4.1. Princípios epistemológicos do MST no processo insurgente do Brincar, das Lutas e Mobilizações na organização pedagógico-formativa das Cirandas Infantis da Amazônia Paraense.

4.1.1 Pluridimensionalidade da matriz INFÂNCIA SEM TERRA a partir da sua identidade amazônica

4.1.2- A Pluridimensionalidade da matriz EDUCAÇÃO na perspectiva da formação humana

4.1.3- A Pluridimensionalidade da matriz AGROECOLOGIA na perspectiva do projeto político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERENCIAL

PRÓLOGO

*Venha logo criançada,
vamos ver no que é que dá
Joga bola, pula corda
Põe o pião pra rodar.
Jogue água na roseira
Pra rosa desabrochar
Põe o milho pras galinhas
Não deixa a preguiça chegar.
[...]
Venha logo criançada,
vamos ver no que é que dá
Pega, pega, pula, pula
É hora de farrear
Tem que ter hora pra tudo
Pro trabalho e pro brincar
Mas na hora do estudo
Não deixa a preguiça chegar
(Plantando Ciranda 3 -MST)*

Dentre as inúmeras experiências que marcaram a minha formação acadêmica e profissional, de alguma maneira, as mais significativas, estiveram relacionadas a temática sobre a luta pelo direito à terra e a educação, questões essas que surgiram durante as minhas vivências em contato com as práticas pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST. Essas experiências me fizeram refletir e decidir sobre a minha posição social e de educadora no meu processo formativo ao cursar a Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pará.

Tem que ter hora pra tudo, esse recorte da epígrafe me faz pensar que chegou a hora de demarcar o meu território do saber na educação do campo, pois não é por acaso, que a minha história de vida esteve sempre me envergando para as convicções da militância intelectual que tenho hoje. Essa caminhada sempre foi com a assertiva de estar buscando novos caminhos sobre o saber-aprender com os movimentos sociais, além de saciar o desejo pessoal de complementar meus conhecimentos por meio de teorias que pudessem dar conta dos longos questionamentos sobre a práxis educativas desses coletivos sociais de resistência associada ao processo de aprendizagem e formação das crianças do campo. A minha formação social, política e pedagógica esteve sempre regada de encontros e reencontros com os saberes e experiências com as infâncias, contribuindo, definitivamente, para requalificar o meu olhar e enxergar as

crianças em suas diversas dimensões como sujeitos sociais, sujeitos de direitos e sujeitos da história.

A minha aproximação com o MST começa na graduação, quando já estava próximo de concluir o curso de Licenciatura plena em Pedagogia. Porém, naquele momento, ainda faltava cursar a disciplina Práticas de Ensino na Educação Infantil para a integralização do currículo, foi então que o servidor da secretaria da faculdade orientou-me a cursar esta disciplina logo, pois estava sendo ofertada para o mês seguinte, no caso, julho de 2002. E por força do destino, seria numa turma formada por estudantes do curso Pedagogia da Terra.

Para ser aceita na turma, tive que cumprir o ato público e de respeito ao território do saber deles, que foi o meu pedido de permissão para cursar com eles aquela disciplina. Eles escutaram minha justificativa, mas pediram para que eu retornasse no outro dia para saber da decisão do grupo. Isso chamou-me muita atenção. Percebi que o meu ingresso na disciplina não era somente uma decisão da coordenação e nem tão pouco da secretaria da faculdade ou mesmo da professora desta disciplina, mas sim, daquele coletivo de estudantes, formado por trabalhadoras e trabalhadores do Movimento dos Sem Terra. Fiz o que me orientaram. Voltei no outro dia desesperançosa, contudo, para minha surpresa e alegria, fui aceita pelo coletivo de estudantes, além de poder participar de atividades extra-classes desenvolvidas no âmbito da disciplina Práticas de Ensino na Educação Infantil.

Durante 28 dias do mês de julho daquele ano, estive aprendendo com as teorias e narrativas sobre as práticas de educação infantil com os próprios sujeitos que fazem e dão o sentido de existência ao curso Pedagogia da Terra. Foram tantos aprendizados com aquele coletivo que extrapolavam o currículo da própria disciplina, inclusive as concepções sobre as práticas cotidianas que desvelavam as relações de poder que aprisionam a liberdade e autonomia dos sujeitos no ambiente escolar tradicional.

Para além da aprendizagem de uma concepção diferenciada sobre o saber-fazer no ensino da educação infantil, também, aprendi a ler e a interpretar textos escritos pela própria militância de intelectuais e lideranças do MST, sempre, ali na regência de classe, ocorrendo o aprimoramento dos debates pelo cotejamento das observações vivenciadas por aqueles sujeitos do campo, suscitaram reflexões entre os membros da turma de trabalhadoras e trabalhadores, que inflexionavam as aulas para desvelar as contradições na conjuntura política, pontuando um repertório de questões que educam e são educados pelo Movimento, ou seja, estratégias que representavam para mim, o campo da pesquisa onde eram gerados os ritos da re-existência identitária das crianças Sem Terrinha no processo de sua formação, enquanto sujeitos políticos.

Reaprendi, nesse processo, a ressignificar o ato de dividir o alimento durante os nossos lanches coletivos em cima da lona preta às margens do rio Guamá que banha o campus da UFPA. Reaprendi o verdadeiro sentido da solidariedade e do agir na coletividade como práxis diária dos sujeitos do Movimento. Reaprendi a valorizar o tempo comunidade como espaço das vivências que ressignificam a didática convencional a partir de uma linguagem diferenciada no processo do re-aprender articulando saberes da escola e da comunidade. Reaprendi a importância de se respeitar as decisões tomadas no coletivo e pelo coletivo. Reaprendi que as místicas podem reconectar a teoria às práticas e que a força educativa das místicas é importante para darmos início às aulas de todos os dias. Reaprendi a olhar que o sonho cultivado por aquelas mulheres e homens do campo que ao deixarem seus filhos e filhas, crianças e jovens nos assentamentos para virem à metrópole de Belém, buscavam, sobretudo, potencializar suas formações na/para luta que objetivam conquistar e garantir direitos universais. A riqueza desses ensinamentos sobre o respeito aos bens comuns transformou as minhas formas de ver e agir nos meus diferentes espaços de convivência.

Depois que esses meus novos colegas de sala de aula descobriram que eu ia e vinha de casa para a universidade de ônibus, a mercê das longas horas na espera de ônibus no terminal da universidade, eles então decidiram que eu deveria ser levada também no ônibus do MST para minha casa. Confesso que fiquei honrada e lisonjeada com a sensibilidade desprendida a mim. Aceitei, entendendo que eu realmente estava sendo acolhida por aquele coletivo. Dalí por diante, foram muitos dias, sendo prestigiada com o transporte coletivo de chegar até a porta da minha casa no ônibus do MST. Durante o trajeto, ocorriam muitos momentos de muitas trocas, onde cantávamos canções que lembravam os valores humanos e virtudes que levam os sujeitos do campo nas suas tomadas de consciência política, e inclusive, sobrava tempo também para planejarmos um repertório dentro de temáticas a serem trabalhadas no dia seguinte. Era tempo de esperar.

Viver a solidariedade desse coletivo social fez surgir em mim compreensões subjetivas sobre os sentimentos mútuos cultivados por esses sujeitos do campo em defesa da vida na sua coletividade, que em síntese, significa dizer que “nenhum a menos, nenhum a espera, nenhum fica para trás”. Durante os 28 dias em que foi ministrado o curso, a força educativa da Pedagogia da Terra me abduziu por seus curiosos e intrigantes processos formativos com e dos sujeitos do campo, que me proporcionaram um aprendizado revolucionário com e a partir dos meus novos companheiros do MST. Vivenciar essa experiência transformou minha forma de perceber as práticas de ensino na educação infantil, além de ampliar a necessidade de aprofundar os meus conhecimentos sobre os processos que agenciam conceitos e categorias da educação do campo,

para entendermos de que maneira essas práticas mobilizam metodologias múltiplas de diferentes realidades regionais e que devem, de alguma maneira, conceber a Pedagogia do MST.

Perceber nas práticas educacionais atitudes éticas e emancipatórias, considerando os princípios pedagógicos do MST, foi fundamental para nós elaborarmos um roteiro de questionamentos sobre as temáticas problematizadas na e pela educação no MST, tais como a reforma agrária, a alimentação saudável como direito, soberania alimentar, coletividade, terra, natureza, homem, solidariedade, mulher, violência no campo, assentados, acampados, ocupação, mística, disciplina, educação do campo, infâncias do campo, criança Sem Terrinha, Sem Terra e MST.

Nos processos educativos e formativos que vivenciei, posso dizer que foram dias de transgressões, de reflexões e de concepções sobre as práticas da Pedagogia do Movimento Sem Terra. A aproximação com o MST, ainda que tenha sido no final da minha graduação, foi o suficiente para compreender a importância da práxis revolucionária da pedagogia do Movimento Sem Terra, pedagogia está tratada em nível da omnilateralidade dos sujeitos em movimento e que agora, sinto a necessidade de trazer à luz desta pesquisa uma motivação a mais para continuar investindo no levantamento e sistematização dos mecanismos que levam os sujeitos do campo a formularem suas práticas sobre o saber, o aprender, o sentir, o pensar, o fazer e do ser que propõem suas formações de resistência na identidade de uma coletividade potente e específica do MST, que tenho como foco e centralidade, os Sem Terrinha.

Os Sem Terrinha, portanto, são os que me movem a formular indagações sobre o modo de como (re)produzem suas vidas, suas condições intelectuais e materiais de trabalho, suas re-existências identitárias na Amazônia, assim como compreender as práticas em que são educados e educam no e com o Movimento. As crianças, ao mesmo tempo, são educadas pelos sujeitos de suas vidas, sujeitos de sua educação, sujeitos de seus trabalhos, sujeitos do MST, também educam e se educam em uma relação de horizontalidade entre si.

Mesmo após ter defendido o meu TCC na graduação da Pedagogia, intitulada “Gestão Democrática na Educação Infantil: o estudo de uma realidade”, que apesar da inflexão em relação a educação do campo, mantive minhas pesquisas no âmbito das ações educativas com crianças, sobre a ótica da educação infantil, resultante da pesquisa documental e etnográfica a partir das atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade de Educação Infantil do Município (UEI), localizada na periferia de Belém.

A realidade sócio-educacional pesquisada no Trabalho de Conclusão do Curso foi realizada numa UEI municipal, administrada no contexto do Projeto da Escola Cabana, onde encontrei crianças, filhas e filhos de trabalhadoras e trabalhadores informais, feirantes, donas

de casa, vigias, desempregados, empregadas domésticas. Havia, também crianças, em situação de vulnerabilidade social, e que estavam ali naquela Unidade Educacional.

A temática da pesquisa do TCC era sobre gestão democrática, pois, o meu interesse era analisar os processos de tomadas de decisões a partir da escuta das crianças, da escuta de seus anseios e necessidades. A Unidade apresentava sistema de inclusão, além disso, implementou a gestão democrática popular com a participação dos representantes de toda a comunidade interna e externa à escola. A Unidade educativa foi construída a partir das decisões tomadas pela comunidade por meio do Orçamento Participativo da comunidade da Vila da Barca em Belém/Pará. A UEI trazia nas suas propostas, a participação popular chancelada pela Secretaria Municipal de Educação, pois a direção escolar não decidia unilateralmente, ela coordenava as decisões de todos, inclusive, respeitando o protagonismo das crianças que eram escutadas sobre suas necessidades para crescer com autonomia e aprender com dignidade. Foi um trabalho que me ajudou a entender que não há Gestão Democrática em Unidade de Educação Infantil se não há a escuta atenta das crianças, se as crianças não se sentem livres pra brincar, pra dormir, mesmo que não seja a hora do descanso, que se sintam à vontade para dizer o que gosta de comer, para expressar sua criatividade e inventividade. Não será uma gestão verdadeiramente democrática, se não houver representatividade dos sujeitos de direito, as crianças.

Cinco anos após ter concluído o curso de Licenciatura em Pedagogia, ingressei como servidora pública efetiva na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). De início, fui lotada na Diretoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental da SEDUC, onde trabalhei formando professores das séries iniciais do ensino fundamental. Porém, seis meses após atuar como formadora, fui convidada para compor a equipe do Programa de Formação de Professores de Educação Infantil-PROINFANTIL do Governo Federal em parceria com o Estado.

Na SEDUC iniciei uma longa experiência sócio-pedagógica na Ilha do Marajó/Pará. O objetivo era realizar a formação dos professores leigos que atuavam na educação infantil na região ribeirinha do Marajó. O grande arquipélago do Marajó, apesar de tanta riqueza natural, social e cultural, possui ainda o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixo do Brasil, com alto índice de exploração sexual de meninas e meninos da região. A formação de professores nesta região cumpriu um papel social fundamental, que foi de anunciar e denunciar as mazelas sociais pelas quais vive a população marajoara. Como formadora e Articuladora Pedagógica no PROINFANTIL, presenciei situações que precarizavam as condições de trabalho escolar nas escolas ribeirinhas. Havia escolas sem esgoto sanitário, sem água potável, sem mobília adequada para atender as crianças, sem material didático condizente com a riqueza cultural e com as perspectivas de mundo compatíveis com a realidade da pluriversidade local.

Os educadores, denominados leigos pelo Programa, não possuíam a formação inicial mínima de magistério para atuarem na educação infantil. Mesmo com as contradições frente às precárias condições materiais e infraestruturais das escolas, encontramos docentes muito dispostos a produzirem saberes nos espaços das escolas que envolviam muita criatividade. As educadoras(es) se desdobravam no dia-a-dia escolar para manterem a educação das crianças funcionando, pois, assumiam o trabalho administrativo da direção da escola, o preparo da merenda, a organização do trabalho pedagógico e as aulas. Por outro lado, as crianças participavam das atividades de classe, ajudando os professores nas tarefas escolares como em garantir água da cacimba para a produção da merenda. Os cuidados com as crianças menores nas turmas multisseriadas, iam do ato de colher os legumes na horta até o preparo da merenda. A percepção das crianças ribeirinhas sobre a realização do trabalho e o da educação não se separam. A partir dessas percepções, defendi a minha dissertação de Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação da UFPA sob o título “O Proinfantil e a Formação de Professores Ribeirinhos: análise do memorial dos professores do município de Ponta de Pedras – Pará”.

O indício do aspecto relativo à autonomia das crianças, era notada quando elas chegavam nas suas escolas desacompanhada de seus responsáveis, conduzindo seus meios de transporte ribeirinho, expressa pelas canoas e pequenos cascos, que as levavam de casa para escola e vice e versa. Outro aspecto observado trata da relação de proximidade, confiança e reciprocidade com a natureza das águas. Para o imaginário dos homens, mulheres e crianças do arquipélago do Marajó, a água transcende o uso imediato e doméstico. Para as crianças ribeirinhas é nas águas que eles re-produzem suas vidas, trabalham, banham, se alimentam, se transportam, brincam, mergulham, lavam suas roupas, suas louças, cuidam da biodiversidade, contam histórias. As águas dos rios do Marajó produzem vida, produzem o alimento, são territórios móveis, a vida toda é sobre as águas. Há um saber das águas típicos dos Marajoaras e este saber chega na escola como matriz formadora.

Foram e ainda são momentos de novos aprendizados e que me levam, por meio da observação no fazer das brincadeiras, assim como nos tempos livres, que podem ser recuperados para entender a mobilidade perdida ao lado das crianças nas Cirandas Infantis do MST. Os registros dos sorrisos abertos ao escutar as histórias e canções, permitiram gerar interrogações durante a minha participação nos atos de afirmação política, encontros e marchas, onde estive lado a lado com as crianças Sem Terrinha. O desafio de transcrever esses processos é colocar o meu compromisso social e a minha sensibilidade de perceber através das dimensões formativas das Cirandas Infantis o fazer pedagógico das crianças que se entrelaçam com os cheiros e os cenários coloridos das Feiras agroecológicas e que se encerram na luta pela terra e

por uma educação libertária e emancipadora nos territórios de resistência do e no campo da Amazônia Paraense.

INTRODUÇÃO

*Aprendi no mundo das crianças Sem Terrinha que:
A terra é fecunda.
O Movimento é fecundo
A educação é fecunda.
A criança é fecunda.
(produção da autora)*

Metaforicamente falando, as crianças Sem Terrinha são como corpos forjados em meio a um conjunto de relações fecundas de idéias, de sonhos, de inventividades líricas com a natureza, de resistências e liberdade, frutos da reflexão orgânica acerca do fazer-pensar o presente e o futuro da militância no e do MST. Essas crianças estabelecem, entre outras relações subjetivas, uma comunhão significativa com a terra. Caminhar junto a elas, sobretudo, nos faz perceber uma “mística” na afetividade com que elas cultivam a terra e a terra as cultiva, desafiando-nos a refletir de que maneira as dimensões cognitivas, físicas, políticas e culturais mobilizam e são mobilizadas pelas práxis pedagógica-formativas dos educadores do MST na Ciranda Infantil.

As práxis pedagógica-formativas, por sua vez, se manifestam da seguinte maneira: a *práxis pedagógica* são trabalhadas a partir das matrizes pedagógicas que representam uma realidade que referencia a identidade social, regional e territorial daquele sujeito que as colocam nas suas dinâmicas pedagógicas. Na *práxis formativa* se opera um conjunto de ações resultante da análise da conjuntura política e socioeconômica local e nacional, onde os interesses contraditórios geram no processo formativo estratégias de lutas e resistências.

Essas práxis pedagógica-formativas são articuladas pelos(as) educadores(as) do MST, cuja motivação educativa ocorre em defesa da identidade coletiva e com foco na formação humana, crítica e de comprometimento político para com as lutas por direitos sociais e territoriais, ou seja, pela reforma agrária popular de base agroecológica. Essa perspectiva do aprender em movimento, nos é apresentada por Arroyo (1991) ao afirmar que:

“apesar de tudo as classes trabalhadoras estão em marcha, em permanente formação na própria reação e afirmação. Há uma pedagogia em marcha. Na prática social enquanto prática produtiva, organizativa, se faz cultura, o povo se educa e se forja, se torna ser social consciente” (Arroyo, 1991, p. 80).

Nas práticas sociais das crianças do MST da Amazônia paraense observa-se a existência de uma complexidade de saberes sendo (re)produzidos, sobretudo abarcando diferentes perspectivas de mundo. A materialidade desse ato pedagógico, consiste nas dinâmicas do saber popular de ensinar-aprender dos sujeitos desde a infância à maturidade dos Sem Terrinha. Esse fato nos impulsiona a buscar um entendimento sobre de que maneira o sentir-pensar-atoar-libertar (FREIRE, 2015; WALSH, 2013) se articulam na relação construtiva da natureza educativa do ser criança Sem Terrinha entre as práticas políticas e sociais no coletivo MST, entendidas aqui como um saber-fazer diferenciado e específico na e da Amazônia paraense, onde Freire (2015) nos assertiva que o polinômio desse fazer pedagógico é fruto do sentir-pensar-libertar dos sujeitos em suas re-existências.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2015. 42 a 43p.)

Nas práxis pedagógica-formativas dos educadores do MST da Amazônia paraense é possível identificar, preliminarmente, um encadeamento de saberes educativos e práticas políticas que se interligam em diferentes territórios, constituindo um arranjo de saberes e proximidades entre as relações de conflitos sociais em defesa da vida. Os atos educativos dos sujeitos do campo possibilitam a criação de outras pedagogias que valorizam as relações das crianças com a terra, assim como da sua sensibilidade com o cuidar das sementes, das plantas, dos frutos, das flores e dos animais. As particularidades de um punhado de terra, para essas crianças, têm uma matriz pedagógica, formadora e geradora de percepções que potencializam o fazer pedagógico, educativo e formativo da e na identidade desses sujeitos. São percepções geradas no campo das representatividades sociais, da infância, do imaginário, dos saberes dos filhos e filhas de trabalhadoras(es) do campo.

A percepção dos Sem Terrinha sobre sua comunidade e a sua realidade imediata, possui importantes indicadores e arranjos intelectuais que são gerados em outra ordem de entendimento pedagógico, pois essas crianças expressam mensagens concretas e subjetivas que

articulam informações apreendidas e sistematizadas para além dos conhecimentos do chão das suas escolas.

A história de vida de crianças militantes forjadas nas Cirandas Infantis é um campo constituído de práticas sociais de resistência construídas nos espaços considerados periurbanos ou de centro urbanos que precisam ser apreendidas na sua organicidade, para serem analisadas como fruto de estratégias formativas das políticas identitárias do MST, considerando as suas gerações de trabalhadores do campo e seus familiares que estão nos territórios de ocupação e dos assentamento da reforma agrária. A análise dessa realidade, também foi feita a partir de suas dimensões subjetivas como campo geradores de atos pedagógicos dos educadores nas Cirandas Infantis realizadas, também, nos eventos locais, feiras e encontros regionais.

As atividades formativas que as Cirandas Infantis desenvolvem nos encontros do MST, são resultados de pautas educativas tiradas de matrizes pedagógicas que, por sua vez, visam revelar estruturas sócio-culturais de opressão, de processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004) e de subalternização hegemônica do saber escolar em favor de práticas sociais que garantam a autonomia e a emancipação dos sujeitos Sem Terrinha.

As observações-participante-militante realizadas nos espaços de encontro dos Sem Terrinha têm nos mostrado que as matrizes de saberes dos territórios amazônicos são (re)produzidas no âmbito das lutas e das resistências do MST. São práticas que deflagram diferentes abordagens (narrativas) e concepções em contexto sócio-espacial e temporal adversas, seja de forma simultânea ou não, o que faz da Amazônia um espaço múltiplo e plural. As interações, que ocorrem na teia da sociobiodiversidade da Amazônia paraense, acionam um conjunto de dimensões formativas, dialógicas e intrínsecas às crianças amazônicas, onde tais dimensões são desdobramentos de matrizes pedagógicas exploradas nas atividades das Cirandas Infantis.

As matrizes pedagógicas que geram as ações formativas nas Cirandas Infantis surgem no calor das reivindicações dos movimentos sociais dos trabalhadores Sem Terra, são temas que se articulam desde as macropolíticas até a micropolíticas, onde as relações de poder se manifestam sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. A realidade, nesse contexto, é interpretada em sua multiescalaridade, ou seja, do global para o local e vice e versa, onde as formas de opressão e violação de direitos que desafiam os(as) educadores(as) dos Sem Terrinha a buscarem outras pedagogias da militância que lhes permitam descortinar, ler e interpretar as realidades subliminares do mundo contemporâneo. Arroyo, 2014, ao comentar a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, destaca a necessidade de outras pedagogias para outros sujeitos em movimento.

Ao destacar que os próprios oprimidos têm suas pedagogias de conscientização da opressão e dos processos de desumanização a que são submetidos já aponta que eles afirmam Outras Pedagogias em tensão com as Pedagogias de sua desumanização que roubam sua humanidade. Por outro lado, ao reconhecer suas pedagogias reconhecem que os oprimidos são **Sujeitos Pedagógicos** não destinatários de pedagogias de fora, nem se quer críticas, progressistas, conscientizadoras e menos bancárias. Contrapõe pedagogias, concepções/epistemologias de humanização, libertação e contrapõe os sujeitos dessas Outras Pedagogias. Ao buscar essas outras pedagogias, nos Outros Sujeitos em ações coletivas e movimentos estar que estes são sujeitos de outras experiências sociais e de outras concepções, epistemologias e de outras práticas de emancipação. A diversidade de coletivos, sujeitos em ações e movimentos radicalizam e repolitizam a Pedagogia do Oprimido em pedagogias de emancipação em movimento. (p.26 – 27)

Durante o acompanhamento da realização das atividades das cirandas infantis, foram vivenciadas estratégias de outras pedagogias de resistência, onde as demandas ou mesmo as “bandeiras” do MST transversalizavam situações concretas que exaltam experiências acumuladas pelos Sem Terrinha, exigindo destes sujeitos um posicionamento crítico e insurgente. No final de cada atividade educativa, os sujeitos apresentam o seu “fruto” (reflexão) sobre as dimensões subjetivas que requerem a sua “nova” realidade concebida. É neste processo educativo e formativo que os Sem Terrinha se auto-afirmam e se apropriam do debate político, credenciando-os para as tomadas de decisões, assumindo o seu papel como participantes protagonistas da sua própria História.

A objetivação e reflexão extraída da conjuntura política nacional e local permite aos Sem Terrinha conceber uma nova realidade possível. Esse processo é fruto do próprio planejamento prévio e da auto-organização pedagógica dos educadores, que buscam produzir um “novo olhar” a partir das práticas sociais cotidianas desde a infância dos Sem Terrinha. Os saberes formativos necessários aos Sem Terrinha constituem a trama do trabalho pedagógico-educativo apoiado pelos sujeitos comprometidos com as “bandeiras” de luta do MST.

Hoje, o MST reconhece que é de extrema importância a participação e a formação política das crianças no Movimento, pois elas devem ter consciência dessas formas de desapropriação e negação de direitos, ou seja, prepará-las para defender o seu direito de ter escola, saúde, moradia dignas é um princípio da pedagogia do MST que carece de ser compreendido e analisado como dinâmicas do r-existir resistindo.

Essas práxis pedagógica-formativas, na qual estão envolvidas as crianças Sem Terrinha, servem de condutores para desenrolar as questões norteadoras da nossa pesquisa, ou

seja, são elementos fundantes, que podem contribuir para entender a pedagogia das Cirandas Infantis, seja ela acionada pela educação do campo ou como estratégias educacionais frutos das práxis insurgentes do MST em diferentes territórios da Amazônia paraense, pois a nossa assertiva provocativa sobre quem ensina quem nas Cirandas, vem dos educadores assentados da reforma agrária que afirmam que o quê os Sem terrinha lhes dizem educa muito mais que as cartilhas escolares.

Os organizadores das Cirandas Infantis promovem ações educativas que tem por objetivo formativo elevar o grau de participação e protagonismo de um cidadão militante, atuante, político, com vistas a construir um projeto educativo que promova a autonomia, a criatividade, a criticidade, a inventividade e a auto-organização das crianças Sem Terrinha.

Os educadores que militam no processo formativo das Cirandas infantis, retiram as matrizes pedagógicas dos temas gerais de eventos promovidos pelo MST, das reuniões nacionais e das necessidades do Movimento no território. São temas que trazem como centralidade do debate elementos das subjetividades sociais que colocam em evidência as contradições existentes nas relações de trabalho, de renda, de gênero, de sexo, de territórios, ou seja, são dimensões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos do MST. Essas dimensões transversalizam o fazer, o pensar, o amar, o ser da infância à juventude dos Sem Terrinha, sejam elas operando na unicidade ou na sua multiplicidade de dimensões que estão a constituir o sujeito na sua formação integral.

1.1. Revisão de literatura acerca da pesquisa sobre Cirandas Infantis e o MST.

A fim de alcançarmos um nível sistemático mais elevado de conhecimento, partimos da premissa que há a necessidade de analisarmos como vem sendo construído o conhecimento produzido no campo da educação do campo no Brasil para a orientação de políticas públicas educacionais com vistas à superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e contribuições para a implementação de outras pedagogias na educação do/no campo.

Ressaltamos que segundo Nunes; Corsino (2011), os Movimentos Sociais e a Educação do Campo, são temas que vem sendo abordados em larga escala na última década. No caso da Ciranda Infantil do Movimento Sem Terra (MST), nasceu a partir da luta pelo direito à educação das crianças sem-terra. Porém, percebemos que é incipiente o debate na produção científica nacional sobre a temática, neste sentido, ficamos inquietos para desenvolvermos o presente estudo.

No que se diz respeito a construção da identidade Sem Terrinha, tendo os espaços da Ciranda Infantil, não medimos esforços para inventariarmos sistematicamente aquilo que foi produzido sobre as peculiaridades das atividades formativas da Ciranda Infantil do MST, afim de indicarmos os caminhos teórico-metodológicos percorridos nestas teses e dissertações, pois, acreditamos que ao exercitarmos a recuperação analítica da produção sobre o referido tema, seremos capazes de ampliar a nossa compreensão e tomar um posicionamento fundamentado em pesquisas, sobre o avanço da produção teórica vinculada à Educação do Campo, mais precisamente sobre a Ciranda Infantil do MST.

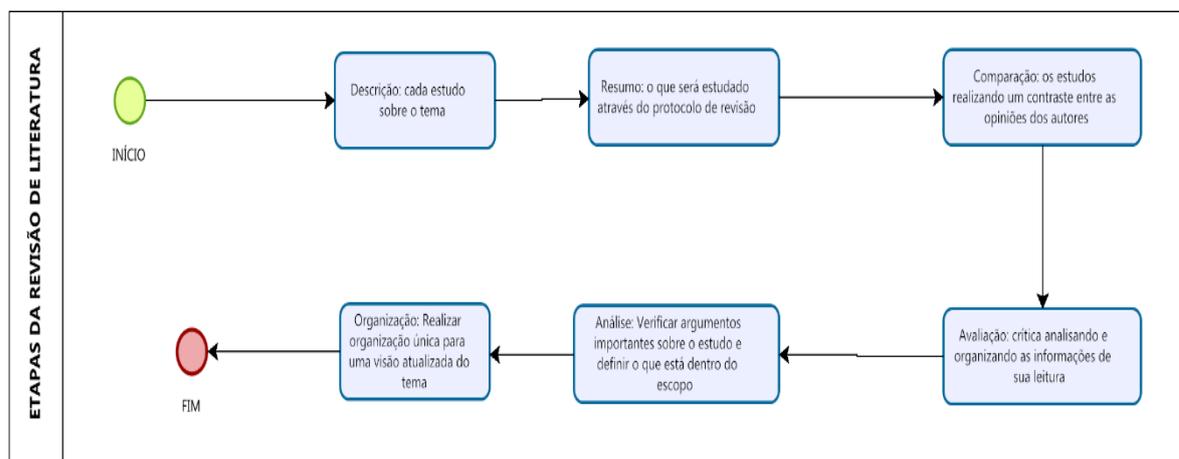
Nessa dinâmica é possível citar a conceituação de Revisão de Literatura (RL) dada por Almeida (2017, p. 15), da seguinte forma:

As revisões de literatura têm como principal objetivo recolher o maior número de evidências científicas sobre um determinado tema para que a informação seja devidamente tratada e sintetizada. A qualidade deste processo vai refletir-se, não só na forma como são divulgados os resultados, mas também no que trazem de novo, sendo certo que deverão ser claros e inequívocos para toda a comunidade científica

A RL deve conter informações atuais sobre a problemática a ser estudada, razão pela qual se torna muito importante para o pesquisador, porque o auxilia a definir com precisão o objeto de sua investigação, e também lhe mostra se a pesquisa que realiza pode trazer uma nova contribuição ou conhecimento. (CIRIBELLI, 2003, p. 88).

Ciribelli (2003), ensina que a RL possui as seguintes etapas: Descrição, Resumo, Comparação, Avaliação, Análise e Organização, conforme descrição na figura X.

Figura X: Etapas da Revisão de Literatura segundo Ciribelli (2003)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Ainda sobre o conceito de RL, Souza; Silva; Carvalho (2009) a RL é uma abordagem metodológica para contribuir com um amplo estudo sobre fenômenos teóricos e/ou empíricos, tornando-se uma alternativa para produzir o “estado da arte” desta tese. Um dos objetivos da RL é produzir uma ampla amostragem para gerar um panorama consistente e significativo sobre o objeto de estudo identificado.

Nesse sentido, Ferreira (2002) considera que um “estado da arte” pode ser caracterizado como uma apresentação de um levantamento da literatura, produzida pela comunidade acadêmica e científica, possibilitando discutir e compreender os temas em abrangências específicas, de modo descritivo.

Citamos também os dizeres de Romanowski; Ens (2006, p. 37), sobre o conceito do Estado da Arte:

O estado da arte, portanto, deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas social.

Dessa forma, realizamos uma RL com o objetivo de mapear pesquisas publicizadas na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com um recorte temporal que nos permitiu catalogar e aproximar com o debate sobre educação dos Movimentos Sociais do Campo, mais precisamente, sobre a Ciranda Infantil do MST com estudos já realizados, tendo como recorte temporal o período de 2012 a 2022.

A pesquisa foi realizada por dois conjuntos de verbetes: “Ciranda Infantil” *AND* “Educação do Campo” e “Ciranda Infantil” *AND* “Sem Terrinha”. Ao total foram encontradas 96 pesquisas e após serem analisadas, selecionamos 08 (oito) que mais se aproximaram do objeto de estudo, sendo 06 (seis) dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. As quais serão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Catálogo de teses e dissertações da BDTD, no recorte temporal de 2012 a 2022

Autores	Título do trabalho	Ano	Nível	Instituição
BARROS, Monyse Ravenna de Sousa	Os Sem Terrinha Uma História da Luta Social no Brasil (1981-2012)	2013	Mestrado em História	Universidade Federal do Ceará
MATA, Liene Keite de Lira de	Os Sem Terrinha no movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST)	2015	Mestrado em Educação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
ROSSETTO, Edna Rodrigues Araujo	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS CIRANDAS INFANTIS DO MST lutar e brincar faz parte da escola de vida dos sem terrinha	2016	Doutorado em Educação	Universidade Estadual de Campinas
RAMOS, Marcia Mara	EDUCAÇÃO, TRABALHO E INFÂNCIA contradições, limites e possibilidades no movimento dos trabalhadores sem terra	2016	Mestrado em Educação	Universidade Estadual de Campinas
GONCALVES, Barbara de Oliveira	Sorrisos infantis na luta pela terra A participação das crianças na vida política da sociedade	2018 .	Mestrado em Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
BARCELLOS, Luis Henrique dos Santos.	A CIRANDA INFANTIL E AS CRIANÇAS SEM TERRINHA educação e vida em movimento	2020	Mestrado em Educação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
SILVA, Jamaira Conceicao da	Entre livros e laços o lugar da literatura negra no pertencimento étnico-racial de Sem Terrinhas do acampamento Bela Manhã, em Teixeira de Freitas – Bahia	2021	Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais	Universidade Federal do Sul da Bahia
RAMOS, Marcia Mara.	INFÂNCIA DO CAMPO uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças sem terrinha do MST	2021	Doutorado em Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Observamos também que os conteúdos das teses e dissertações e os resultados alcançados nos referidos estudos, giram em torno da Ciranda Infantil desde a sua origem do MST em 1984. Por isso, utilizamos essas pesquisas como fonte documental para alicerçar nosso estudo, no sentido de colocarmos em evidência como vem sendo construído o conhecimento sobre a política educacional do MST para a infância, assim como apresentar as possíveis lacunas em torno dessa temática.

Tendo em vista a pequena quantidade de trabalhos analisados na plataforma da BDTD, foi possível realizar a análise de todo material empírico levantado, muito embora, é forçoso admitir que é incipiente na plataforma as investigações relacionadas com a política educacional do MST para a infância, no contexto das Cirandas Infantis. O volume total de pesquisas gerado pela busca no catálogo de teses e dissertações da BDTD nos indica que ainda há muitas possibilidades a serem investigadas.

Assim, a análise das dissertações e teses selecionadas foi agrupada em dois subitens:

a) O que dizem as dissertações:

De uma maneira geral, verificamos nas dissertações analisadas, que as atividades desenvolvidas pela Ciranda Infantil voltada para a prática educativa na formação dos filhos dos trabalhadores/as do MST, pode ser caracterizada por meio de seus elementos, pautados na intencionalidade da formação humana e educação política das crianças dos acampamentos e assentamentos, por meio de atividades pedagógicas, caracterizada no estudo.

Barros (2013) se debruçou sobre a Ciranda Infantil como um espaço pensado, proposto e construído pelo Movimento Sem Terra, e, por conseguinte, afirma que a Ciranda Infantil se apresenta como um espaço educativo que trabalha sob várias perspectivas do ser criança Sem Terrinha e ser um sujeito de direitos. Ainda sobre a pesquisa de Barros (2013) percebemos que o autor analisou o projeto de educação infantil do MST a partir das suas especificações e sua caracterização própria. No decorrer da pesquisa, percebemos também que o Movimento Sem Terra assumiu como tarefa a formação das crianças dos acampamentos e assentamentos, gerando uma nova experiência para seus militantes e para o conjunto da organização.

Da mesma forma, a pesquisa de Mata (2015) buscou o conhecimento e a compreensão dos ensinamentos e aprendizados concebidos na formação das crianças que moram nos acampamentos e assentamentos, ou seja, nos espaços e locais de brincadeiras, aprendizagens e formação identitária e política dos Sem Terrinha, pautado em um tipo de prática pedagógica que incide na formação pessoal, cultural e política dos sujeitos envolvidos.

Assim, segundo Mata (2015), podemos dizer que uma das principais mobilizações da Ciranda Infantil consiste na ideia de que os Sem Terrinha educam-se coletivamente por meio da luta social e, por meio das ações e dos espaços criados no Movimento, as crianças mobilizam-se em um movimento infantil.

Ramos (2016), sintetiza sua pesquisa com a afirmação de que as matrizes formadoras: Trabalho como princípio educativo, a Luta, a Coletividade, a auto-organização e o Internacionalismo para a infância são perspectivas da construção de um programa de formação para a infância Sem Terra. Os achados de Ramos (2016) remetem também à necessidade de refletirmos sobre a confluência entre a pedagogia do MST na formação das crianças Sem Terra e a pedagogia socialista para a educação política da infância, que possui grande referência de educação transformadora na luta pela terra.

Barcellos (2020), traz em sua pesquisa a ideia de que a luta do MST é pautada no movimento social e nas lutas voltadas prioritariamente pela reforma agrária, assim como, emancipar o ser humano, combatendo as mazelas causadas pelo capitalismo voraz da atualidade e defendendo a premissa de que deve-se desenvolver educação emancipadora, afim de que se possa congregiar trabalho e educação, geridos por meio de relações e de ações democráticas e coletivas, uma educação com forte dimensão de projeto social de vida, que aponta para o novo, para além do capital que, na realidade do campo, é entendido como agronegócio.

Corroborando esse cenário, a pesquisa de Silva (2021), cujo o objetivo foi apreender as marcas de pertencimento étnico-racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, partindo do trabalho de mediação literária do livro Vermelho (2009), escrito por Maria Tereza. Nesse contexto, percebemos o olhar de Silva (2020), para a infância Sem Terra e o lugar que ocupa a Ciranda Infantil dentro do MST, permitiu identificarmos que a prática educativa da Ciranda Infantil, tem sido um esforço coletivo voltado para os Sem Terrinha serem sujeitos do seu processo de conhecer e transformar o mundo por meio das culturas infantis e protagonismo da luta pela terra.

Dessa forma, podemos dizer que a Ciranda Infantil no MST é um território de formação política para e com os Sem Terrinha, e é necessária para a construção de propostas de reivindicações de seus direitos, e está intimamente imbricada com os movimentos sociais do campo, especialmente o MST. A Ciranda também aparece nas pesquisas como espaço fundamental para o fortalecimento das suas identidades, compreendendo a dinâmica do cotidiano dos Sem Terrinha, a sua condição de Sem Terra que envolve o próprio fortalecimento e continuidade do MST.

Para os Sem Terrinha, a Ciranda Infantil é um espaço de brincadeiras, educação e aprendizado, assim como espaço de construção de suas pautas reivindicatórias. Pensando nisso,

o convívio com outras crianças inspira a coletividade na divisão dos brinquedos, no respeito aos companheirinhos, ao entender que o outro tem o mesmo direito que ele.

b) O que dizem as teses:

As teses de Rossetto (2016) e Ramos (2021), remetem para um ponto em comum nas duas abordagens é o fato de que o MST trava um enfrentamento com os governos neoliberais, assim como, a Ciranda Infantil é capaz de proporcionar novas experiências sociais aos Sem Terrinha, pautada no princípio educativo de formação dos sujeitos sociais, reafirmadas em ações concretas da luta social, da coletividade e cultura. Dessa maneira, podemos dizer que quando falamos da Ciranda Infantil, estamos falando do processo educativo para a infância voltado para emancipação humana e contra o avanço do capitalismo, congregando o trabalho e a educação do campo na perspectiva contrahegemônica.

Outra constatação que percebemos nas duas pesquisas analisadas nos permite afirmar que a Ciranda Infantil realizadas nos acampamentos e assentamentos podem ser configuradas como espaços de resistência e de luta pela integridade e pela formação dos Sem Terrinha. Os achados das pesquisas nos mostram também que a Ciranda Infantil tem grande influência na formação da identidade camponesa dos Sem Terrinha, ou seja, podemos dizer que a Ciranda Infantil funciona como uma ferramenta para alicerçar o propósito de luta e de afirmação da vida das crianças do campo.

Diante do conteúdo elencado pelos estudos analisados, podemos concluir que o quadro geral está relacionado com as evidências, potencialidades e lacunas sobre a Ciranda Infantil. Dessa forma, entendemos que a Ciranda Infantil se mostra um território relevante voltado para a formação humana, ou seja, permite que a Educação Infantil para o Campo seja implementada com base em outras pedagogias e outras concepções de criança, infância nas suas relações com a educação no/do campo.

Portanto, acreditamos que a Ciranda Infantil trará implicações, antes de tudo, na formação política da identidade das crianças. E, essa identidade do Sem Terrinha será voltada para o fortalecimento do poder popular e a formação do futuro militante do MST. Por fim, vislumbramos para o futuro, a desafiadora missão da Ciranda Infantil em oportunizar momentos de experiências e conhecimentos em que as crianças percebam a importância da luta pela terra, e que a mesma está articulada com a lutas pelos demais direitos de ser criança é ter infância na perspectiva de sua humanidade. Isso será um desafio permanente para o MST, os Movimentos sociais do campo e movimentos sociais urbanos.

1.2. As Cirandas Infantis e a Relevância da Pluridimensionalidade das Matrizes Pedagógicas

As Cirandas Infantis, historicamente, são concebidas no âmbito dos encontros do MST a partir do aumento da participação do gênero feminino nas camadas de mulheres trabalhadoras idosas, adultas, jovens e em particular, com a participação das crianças.

As mulheres trabalhadoras Sem Terra, sempre estiveram presentes nos Encontros, reuniões, assembleias com as suas crianças. A Ciranda Infantil, portanto, surgiu para acolher essas crianças que vinham para o Movimento carregadas pelas suas mães.

Edna Rosseto (2009) destaca a participação das mulheres no Movimento como um dos motivos para o surgimento das Cirandas Infantis do MST.

Nesta experiência podemos analisar três questões importantes no surgimento das Cirandas Infantis. A primeira questão diz respeito **à participação das mulheres no trabalho**, pois neste momento, especialmente o Setor de Produção era composto quase que somente por homens. Esta experiência leva o Movimento a discutir a participação da mulher no trabalho e na organização. Assim, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e discutir a sua participação na luta pela terra no MST. Em 1996 realizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, cujo objetivo maior era o fortalecimento do Coletivo das Mulheres Sem Terra. Em 1998, aconteceu o II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST. Ao longo do processo, estas mulheres foram se organizando e articulando formas de participação, e percebendo que teriam que participar da estrutura orgânica do Movimento, ou seja, das suas instâncias de decisões. (84-85)

A partir da participação das mulheres nos espaços de trabalho e de decisões do MST, as crianças começaram a marcar presença no Movimento, e então, fez-se necessário criar espaços para acolher essas crianças, filhas e filhos das mulheres trabalhadoras Sem Terra.

Na Amazônia paraense, a Ciranda infantil tem início sem vinculação com o Setor de Educação do MST, segundo a educadora M.R do MST/Pará, durante diálogo sobre a história da Ciranda Infantil no Pará.

No primeiro momento a Ciranda Infantil ela nasce não vinculada diretamente ao Setor de Educação, como ela é hoje. Mas ela nasce vinculada a uma outra luta no campo, que tem a ver com a participação das mulheres nas atividades políticas, organizativas do Movimento. Pra possibilitar com que as companheiras estejam nas instâncias de organização e possam participar da vida política do Movimento. Depois é que as Cirandas Infantis passam a ter uma intencionalidade pedagógica, de que aquela criança, no momento em que

ela está em uma Ciranda Infantil, ali ela está em um espaço de formação para além só do cuidado com a criança. (M.R, 2023)

Assim, a presença e o engajamento das crianças enquanto sujeitos na composição do MST, traz à luz desta pesquisa um diferencial importante a ser estudado: a participação e o protagonismo das crianças nas Cirandas Infantis, cuja formação deve ser alimentada pela pedagogia libertadora do MST.

No MST, as crianças são sujeitas visibilizadas nos processos formativos do Movimento, elas estão desde o primeiro acampamento em 1985. A autodeclaração pelo termo de “Sem Terrinha”, ocorreu no seu primeiro encontro no Rio Grande do Sul, em 1994. Assim, em meio a encontros e elementos do cotidiano, os Sem Terrinha, filhos e filhas da lona preta, herdeiros da luta pela terra, seguem no presente construindo o próprio futuro ao lado de seus pais, parentes, amigos e companheiros, tal como afirma o MST (MST, 2020). A identidade organizativa desse coletivo social surge em função da necessidade de estabelecer um acolhimento no campo da formação da intelectualidade política e de atenção afetiva, já que a faixa etária dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo exigia, seja nos eventos ou nos territórios de luta. Ramos (2022) destaca que:

O encontro dos Sem Terrinha surgiu em 1994, no Rio Grande do Sul. (...) não surge com a identidade Sem Terrinha, a identidade vai ser construída historicamente, ela vai ser construída em 1996 no encontro estadual de São Paulo, porque no Rio Grande do Sul, quando pela primeira vez apareceu a palavra Sem Terrinha, foi através do jornal zero hora, e eles trouxeram de uma forma pejorativa, como se Sem Terrinha fosse algo negativo à sociedade. Então, o movimento do MST do Rio Grande do Sul não adquiriu essa palavra como identidade, porque era muito pesado para as crianças, mas o Jornal Sem Terra do MST, que era um grande formador de base, vai ser distribuído em todo o país e um dos temas discutido no Jornal Sem Terra foi: “Por que que assusta tanto os Sem Terrinha?” Então o Jornal Sem Terra, na minha perspectiva, é um grande forjador da identidade Sem Terrinha no país.

Neste sentido, a identidade Sem Terrinha contou com a veiculação nacional do termo pelo setor de comunicação do MST, através do Jornal do Movimento. Com a ampla circulação deste jornal, que tem um caráter formador, a identidade Sem Terrinha foi sendo divulgada e fortalecida no Brasil. Hoje, as próprias crianças cantam, declamam poesias e versos, apresentam suas místicas, afirmando e reafirmando suas identidades na luta pela terra.

As crianças Sem Terrinha são portadoras de autonomia criativa e crítica sobre o saber da terra, das águas e das florestas da Amazônia paraense. A capacidade de aprender-fazendo representa um grande diferencial no processo formativo e que por sua vez são responsáveis por

protagonizar a re-existência de um saber pedagógico em construção na área da educação infantil do campo (BARBOSA et al., 2012). O aspecto da formação política das crianças do MST e a forma como elas expressam seus conhecimentos na relação com a terra, com o trabalho, com a agroecologia, com as lutas do movimento e suas relações entre si, são resultados de um trabalho dos(as) educadores(as) do MST no Movimento e em movimento, especialmente na Ciranda Infantil, que demarca o espaço privilegiado de formação política das crianças Sem Terrinha.

Todavia, esses sujeitos têm nos acenado para um uma realidade de negação de direitos ao serem invisibilizados pelas políticas públicas educacionais. Dados denunciados pelo próprio MST ao serem revelados com a crescente desigualdade social e territorial em diferentes contextos vividos pelas crianças do campo.

Do ponto de vista do acesso a bens e serviços básicos pelas crianças do campo, quando comparadas com as da cidade em termos de acessibilidade e atendimento à saúde e à educação, a realidade do campo tem se mostrado bem inferior, evidenciando assim “[...] que a riqueza material e simbólica produzida pelos brasileiros é desigualmente distribuída entre os diferentes segmentos sociais” (ARTES; ROSEMBERG, 2012, p. 16). A partir desta perspectiva o MST entendeu que a sua luta deveria extrapolar as barreiras da reivindicação por terra, sendo amparada pela luta por território, base necessária que sustenta a vida, onde a educação passa ter pauta garantida na arena das disputas políticas. Assim, o campo tornou-se um território plural marcado por culturas e formas de resistência:

A luta passa a ser por uma educação no e do Campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação resultante das reivindicações dos processos formativos, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 151-152).

Portanto, o MST, cumpre uma função primordial na formação das crianças através do trabalho dos educadores nas Cirandas Infantis. Desta maneira, as Cirandas Infantis podem se afirmar durante os encontros, feiras, assembleias, congressos, seminários, cursos, palestras, reuniões de pais e mães que por alguma razão precisam levar consigo as suas crianças, constituindo-se num deslocamento de uma identidade camponesa, sendo de um acampamento ou assentamento do MST para outros espaços urbanos ou rurais.

A função do deslocamento das famílias de camponeses para se estabelecer em determinado local urbano, ocorre em função de colocar à venda a suas produções agrícolas na cidade, ou mesmo, demarcando o seu território e saudando as suas demandas sociais e políticas junto às instituições e autoridades públicas. A definição e a organização destes sujeitos no

espaço da cidade pode ser melhor definido como sendo uma prática de Territorialidade Móvel, onde:

“os limites tendem a serem instáveis, com as áreas de influência deslizando sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidades territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva” (SOUZA. 2007. p.88)

Os processos pedagógicos protagonizados na e pela Ciranda Infantil, nesse caso, passa a ser o objeto dessa pesquisa, escolhido como campo da problematização teórica e de análise, durante nossa participação nos encontros com as crianças do MST em diferentes territórios, e com mais frequência na observação sobre o processo formativo das crianças dos Assentamentos: João Batista II e o Acampamento Quintino Lira durante as feiras, encontros e formações.

A Ciranda Infantil é um espaço organizado para acolher e educar as crianças Sem Terrinha durante a realização dos eventos do MST organizados pelos adultos e com as crianças. Os encontros, necessariamente, não acontecem nos mesmos lugares de forma contínua, nem fixo, e muito menos no mesmo formato de organização naquele lugar, mas se destaca por ser móvel. Neste sentido, este estudo tem como foco as Cirandas Infantis móveis que se diferenciam das Cirandas Infantis Permanentes que ocorrem em tempos e espaços fixos. No estado do Pará, o MST ainda não tem Cirandas Infantis Permanentes, como afirma uma liderança do MST no Pará em diálogo sobre esta pesquisa.

O aprender da criança no contexto da vida social nos assentamentos e eventos do MST está diretamente relacionado ao viver na e da Terra, que reúne todos os elementos constitutivos de um ato educativo transgressor, o rio de brincar e de alimentar, a árvore de se pendurar e de curar, o passarinho a voar e de ajudar a espalhar as sementes, sementes da couve, da alface, do cheiro-verde e as sementes do lutar, “assim as crianças se encontram na natureza, num movimento de (re)descoberta e harmonia (MST, 2014). Numa abordagem relacional, os recursos materiais presentes no cotidiano dessas crianças fazem parte da paisagem imediata e das contradições sociais e políticas que as re-produzem enquanto sujeitos no movimento. Ao tecer essa abordagem, as crianças são levadas pelos princípios ideológicos e formativos do MST a realizarem o entrelaçamento destes elementos no existir das crianças Sem Terrinha, como veremos na quarta seção.

Nesta pesquisa observante participante, a convivência e a escuta das crianças, dos educadores com as famílias e lideranças foram prerrogativas imprescindíveis para montar os sentidos das práticas com as narrativas, e assim obter uma visão de mundo aproximada da

realidade vivida na e pelas cirandas infantis. São esses sujeitos de origem amazônica que estão a frente da re-construção histórica e social de si e do coletivo no território de lutas e contradições.

A contribuição dos diálogos realizados com os(as) educadores(as) dessas crianças foi um critério subjacente que ajudou a metodologia a encontrar elementos que nortearam os encaminhamentos da pesquisa, em particular na identificação, interpretação e mapeamento de matriz pedagógicas que se tornaram basilar para entender o processo formativo dessas futuras lideranças do MST. Foi no decorrer da convivência com as ações dos sujeitos comprometidos com as Cirandas Infantis que nossas observações diretas ratificavam a nossa hipótese sobre a importância do protagonismo infantil, o que legitimava integralmente a máxima do “*Nada sobre nós sem nós*”, que faz da nossa busca acadêmica um compromisso e respeito em (re)produzir saberes e conhecimentos pedagógicos “outros”, considerando a alteridade e as múltiplas dimensões sócio-políticas e educativas que atravessam a realidade dos Sem Terrinha.

No processo de sistematização das dimensões sócio-políticas e educativas, notou-se que havia uma configuração auto explicativa que realça as nossas impressões por colocar na vanguarda o debate sobre como os processos e as matrizes pedagógicas são pensadas e dirigidas pelos educadores interessados em trabalhá-las na Ciranda infantil. Essa observação em conceber o ser criança na Ciranda Infantil tem como princípio filosófico e político a compreensão desses sujeitos no seu espaço de vivência, ou seja, no assentamento, na família, na escola, e por extensão, na Ciranda Infantil.

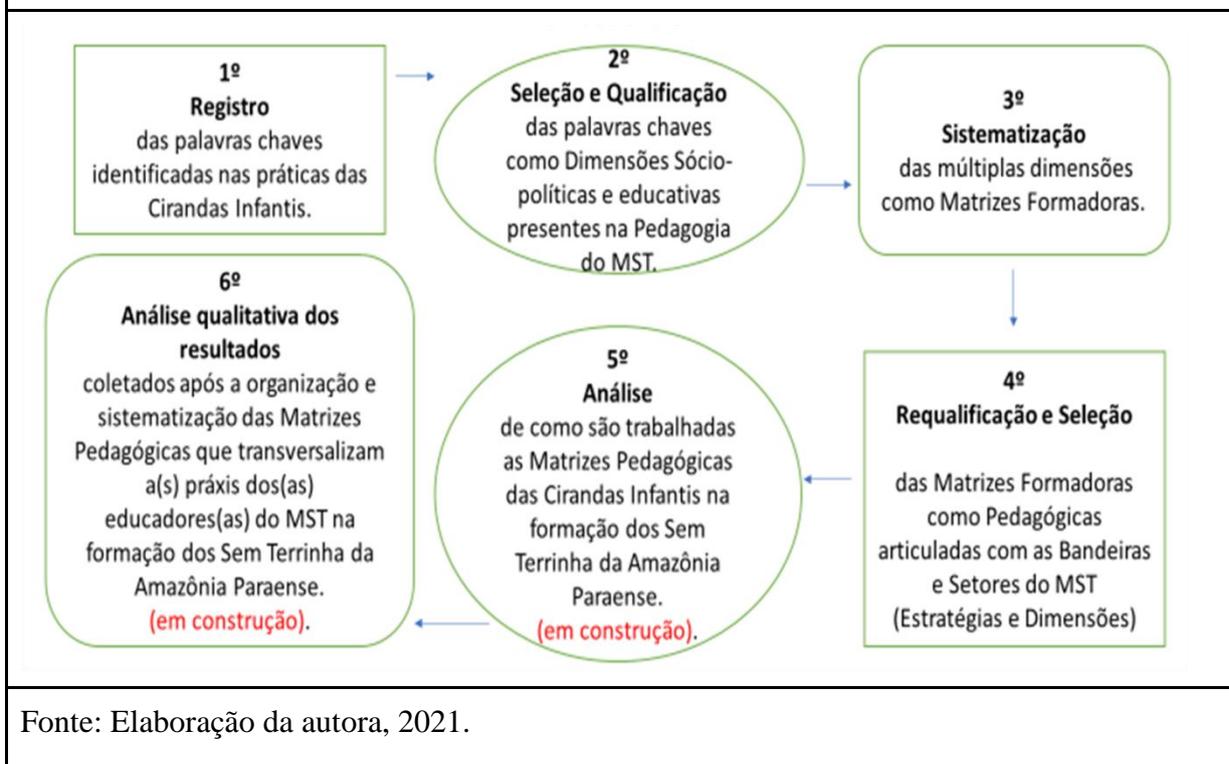
O processo de construção das definições a respeito da função e operacionalidade das Matrizes Pedagógicas e de suas dimensões partiram das observações sobre o planejamento, discussão, execução e avaliação acerca das dinâmicas dos educadores com as crianças. Destas se objetivava a práxis pedagógica-formativas. As dimensões são, na prática, responsáveis pela organização das Cirandas Infantis, assim como na geração das problematizações e reflexões encontradas nos eventos, feiras e encontros, o que nos assertiva que a metodologia dar conta da pesquisa observante-participante e militante no que tange ao descrever e analisar as interações que elas promovem no conjunto inter-relacional ao se articular na rede das matrizes pedagógicas e suas dimensões, essa rede interativa ao ser movida pelos interesses políticos e educativos configura um mecanismo metodológico para analisar os processos pedagógicos e formativos das crianças nas cirandas infantis.

É no processo de observação participante que a gramática cotidiana da Ciranda Infantil ganha força ao estabelecer as dinâmicas de comunicação e de ludicidade. momento oportuno que ajudou na identificação e sistematização de um conjunto de palavras chave, tais palavras

foram utilizadas pelos educadores do MST durante a realização das atividades pedagógicas nas Cirandas Infantis. Após essa coleta, foram selecionadas algumas palavras e atribuídas a elas uma qualidade de dimensões Sócio-políticas e educativas por estarem presentes na pedagogia do MST.

Numa terceira fase, foi realizada a organização e sistematização das dimensões, que ganhou um sentido plural pelo fato de se articular com outras dimensões, ou seja, essa rede interativa de dimensões, ou seja, essas dimensões estão ligadas às matrizes pedagógicas que também apresentam um caráter pedagógico-formativo, conforme nos assevera Arroyo (2010), portanto, uma rede de matrizes pedagógicas que passou a ser denominada de pluridimensionalidade das matrizes pedagógicas, que por sua vez são acionadas para atender as necessidades formativas dos sujeitos do MST, nesse caso, as crianças nas Cirandas Infantis.. É importante perceber que a pluridimensionalidade das matrizes pedagógicas se articula com as diretrizes das “bandeiras” de lutas e com os Setores organizacional do MST. Esse processo de organização das dimensões pode ser representado pelo seguinte diagrama:

Imagem 01: Fase da Observação Participante para identificar e sistematizar as matrizes pedagógicas.



Ficaram definidas vinte e três palavras chaves, destas, vinte operam como dimensões pedagógicas (ver imagem das Múltiplas Dimensões Sócio-Políticas e educativas) e três foram caracterizadas como sendo parte das estratégias de organizativa do trabalho pedagógico dos(as) educadores(as): Brincar, Lutas e Mobilização, sendo que todas operando com intencionalidades formativas. Essas matrizes pedagógicas podem atuar como estratégias nas ações políticas dos sujeitos, ganhando um sentido de categoria analítica, pois ajuda a entender como as dimensões se articulam na organização do trabalho formativo e político, e para efeito desta pesquisa, as três que se destacam são: *o brincar*, enquanto estratégia lúdica para representar situações problemas da vida cotidiana na infância Sem Terra; já a categoria da *mobilização*, que aparece como um conjunto de ações pertencente aos Setores que estruturam a base organizativa do MST para atender interesses dessa coletividade junto a infância; e por fim, a categoria de *lutas* que está relacionada com as pautas reivindicatórias reconhecidas pelo Movimento como “bandeiras” de luta.

“A palavra matriz nos lembra a mãe. Onde nós nos formamos e nos conformamos como gente quando viemos ao mundo. A palavra matriz significa aquele núcleo gerador, que nos deu a vida. Essa pergunta é um pouco estranha: será que existem matrizes, formas geradoras de nossa formação? A palavra matriz pedagógica nos remete à existência de um núcleo fundante, de um processo estruturante e conformante de nossa formação-humanização como gente, como sujeitos humanos, não tanto no plano biológico, mas sobretudo no plano sociocultural educativo.” (Arroyo, 2010. p. 38)

O quinto passo seguinte ocorreu após o retorno a pesquisa de campo nos assentamentos em meados do ano de 2022, trazendo a prerrogativa de dialogar com as lideranças, famílias e Ex-Sem Terrinha para registrar os diálogos e as narrativas a fim de entender de que maneira são trabalhadas e objetivadas as matrizes pedagógicas nas cirandas infantis, pois são recursos que visam a formação política e identitárias dos sem terrinha da Amazônia paraense.

De posse desse entendimento organizacional e dos recursos metodológicos, foi possível analisar as matrizes pedagógicas e sua pluridimensionalidade que transversalizam a(s) práxis pedagógica-formativas das crianças nas Cirandas Infantis e de seus educadores.

Imagem 02: A pluridimensionalidade Sócio-políticas e educativas das Matrizes pedagógicas presentes na Ciranda Infantil do MST da Amazônia Paraense



Fonte: Produção da Autora, 2021

Entender de que maneira as práxis pedagógica-formativas nas Cirandas Infantis politizam o debate em si e a partir da pluridimensionalidade das matrizes pedagógicas, remeteu esta pesquisa a questionamentos sobre de que forma elas promovem a conscientização política no contexto da necessidade de lutas por demandas que garantam a defesa dos direitos sociais/culturais/ambientais/territorial/religiosos dos sujeitos do MST frente as correlações de força e de poder (mecanismos de controle social/constrangimento/racismo, identificando os seus opressores).

As questões levantadas a partir das problematizações geradas na escala da conjuntura nacional corroboram na locação de estratégias pedagógicas do trabalho educativo para decidir sobre a escolha da matriz pedagógica que se encontra em voga e com ela definir um ou mais princípios do MST a serem trabalhados em favor da formação permanente das crianças através das Cirandas Infantis. As tramas políticas da esfera local também permitem conjecturar através do brincar, das lutas e das mobilizações o acionamento de matrizes pedagógicas a fim de desenvolver e consolidar as identidades amazônicas dos Sem terrinha a partir das Cirandas Infantis.

Outro objetivo que precisa ser alcançado é entender de que maneira as matrizes pedagógicas, na perspectiva da dimensão do trabalho educativo, re-produzem o saber-fazer (produzir/ensinar/refletir) no dia a dia dos sujeitos Sem Terrinha, seja nos assentamentos ou nas Cirandas Infantis. Pois a dimensão do trabalho educativo assume também o papel de categoria por representar um peso analítico ao trabalhar como matriz pedagógica, onde os Sem Terrinhas podem compreender as relações de trabalho ao conceber a realidade material e imediata como fruto do seu meio e do imaginário local ou da subjetividade ancestral e ou geracional.

Este procedimento de ter o protagonismo das lideranças na definição de conceitos e análises teóricas continuará sendo uma estratégia de pesquisa participante que irá fortalecer ainda mais a prerrogativa “Nada sobre nós sem Nós” convidando outros(as) educadores(as) para alcançarmos um resultado aproximado sobre as práticas formativas desenvolvidas pelos educadores militantes do MST.

Portanto, o percurso que organiza a estrutura desta pesquisa pode ser resumido (ver imagem do Diagrama sobre o percurso da pesquisa):

- a) **O objeto de estudo** tem como questão central as Cirandas Infantis;
- b) **A problemática:** Se na pedagogia freireana se afirma que “será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política”, então, visando à formação crítica e emancipadora como aspirações dos Sem Terrinha da Amazônia paraense, de que maneira as Matrizes Pedagógicas nas Cirandas Infantis são trabalhadas pelos(as) educadores(as) do MST ?”
- c) **O sujeito da pesquisa** tem como referência os(as) educadores(as) militantes do MST que assumem papéis importantes no processo formativo dos Sem Terrinha, seja como membro de suas famílias, seja como liderança ou como ex-Sem Terrinha.
- d) **O recorte do espaço-temporal** tem como ponto de partida as Cirandas infantis realizadas nos espaços de eventos, encontros, feiras e no próprio território dos assentamentos e acampados enquanto espaço de produção e reprodução da vida no período de 2019 a 2022.
- e) **O objeto de análise** se concentra nas práxis pedagógicas desenvolvidas nas e pelas Cirandas Infantis a partir de Matrizes Pedagógicas e suas dimensões;
- f) **Os recursos analíticos** serão construídos a partir de conceitos e teorias com os respectivos teóricos: Paulo Freire () na perspectiva da Práxis, Práxis Revolucionária e do Tema Gerador; Miguel Arroyo () a partir dos conceitos de Matrizes Pedagógicas e Práticas Sociais; Karl Marx, José Paulo Neto e Pistrak a partir das teorias sobre

Trabalho; Krupskaya com a concepção crítica da Pedagogia Socialista e Infância; Vigotsky sobre a importância do Brincar, da Imaginação e da Criação.

- g) **A Metodologia da pesquisa** tem como perspectiva norteadora a investigação observante-participante-militante, abordados por Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão;
- h) **A Hipótese:** as Matrizes Pedagógicas nas Cirandas Infantis do MST se constituem de múltiplas dimensões e que atuam na formação sócio-política e identitária dos Sem Terrinha;
- i) **As contribuições desta pesquisa** se justificam pela existência de **uma epistemologia própria do MST** e que para tanto deva ser evidenciados os saberes formativos que brotam de matrizes pedagógicas próprias com ajuda de um repertório de múltiplas dimensões e recursos didáticos desenvolvidos nas e pelas Cirandas Infantis da Amazônia paraense; Chamar atenção para os aspectos sociais e políticos presentes nos princípios do MST como **fonte de aspirações** dos Sem Terrinha da Amazônia paraense ao serem trabalhados pelos(as) educadores(as) das Cirandas Infantis; A partir da sistematização teórica e metodológica das múltiplas matrizes pedagógicas como práxis das Cirandas Infantis possibilitará **o reconhecimento do trabalho** dos(as) educadores(as) e da sua importância educativa no processo formativo das crianças Sem Terrinha; do ponto de vista acadêmico, ela poderá contribuir, também, para **consolidar metodologias de pesquisa observante-participante-militante**, como recurso importante nos estudos com os Movimentos Sociais, ainda nesse campo científico, ser mais uma fonte de informação capaz de historicizar o trabalho formativo desenvolvido pelos educadores do MST da/na Amazônia paraense.

Este texto está estruturado por um prólogo e quatro seções, tendo a introdução como **a primeira seção** e nela apresentamos o nosso objeto de estudo contextualizado, considerando as justificativas da pesquisa, o problema de pesquisa, assim como o objetivos e a metodologia baseada nas técnicas da observação-participante-militante que identificam e sistematizam as matrizes pedagógicas; nesta consta a identificação das múltiplas dimensões sócio-políticas e educativas presentes na pedagogia do MST da Amazônia paraense e sobre os caminho trilhados na pesquisa.

Na segunda seção trataremos de um breve contexto histórico sobre a Amazônia e a história do MST nas suas diferentes formas de luta pela reforma agrária popular de base agroecológica;

Na terceira seção, foram apresentados como parte da observação-participante-militante, a mobilização e organização das atividades políticas e territoriais que envolveram os processos educativos e formativos dos Sem Terrinha nas Cirandas Infantis a partir das feiras, eventos e encontros formativos do MST no Pará.

Na quarta seção, foram apresentadas as análises correlatas às estratégias pedagógicas da pluridimensionalidade formativa que se articulam pelas ações do brincar, das lutas e mobilizações e que emergiram na operacionalidade das Cirandas Infantis, assim como a análise das narrativas sobre as Matrizes Pedagógicas que transversalizam a(s) práxis dos(as) educadores(as) do MST na formação dos Sem Terrinha da Amazônia Paraense.

Por fim, as **considerações finais** onde foram apresentadas as evidências teóricas e metodológicas que apontam para novos horizontes epistemológicos as práticas das(os) educadoras(es) sobre a aplicação das matrizes pedagógicas de caráter formativo no campo educativo das Cirandas Infantis.

SEÇÃO II: MST E AS MATRIZES PEDAGÓGICAS: A FORMAÇÃO NAS CIRANDAS INFANTIS NA AMAZÔNIA PARAENSE.

2.1 – Um pouco da História da Amazônia

*Virgem, credo, cruz
Ave Maria
Tá na hora da partida
Corre corre lá na rampa
Velho, moço e criança
Minha namorada chora
Levo no olhar muita lembrança
Levo a dor, levo a esperança
A saudade me devora
Vendo o sol correr nas brenhas
E sair navio gaiola
No navio gaiola a tristeza mora
No fundo das redes
Balançando as horas
A preguiça espicha, a esperança encolhe
Na dança das águas
Vai o rio afora (Nilson Chaves)*

Abro a presente seção no remanso das marés e me coloco diante da paisagem descrita na poética de Nilson Chaves que traduz as paisagens do cotidiano amazônico que revelam muito sobre o *sentir-pensar* desse território pluriverso, de muitas temporalidades que trazem e fazem existir das Amazônias, que padecem com os conceitos externos produzidos sobre a região, cujo fim é a exploração. Ainda é muito forte o imaginário da grande maioria das pessoas entender/conceber a Amazônia como produto, reserva de recurso ambiental, se pronunciarmos a palavra “AMAZÔNIA” e pedirmos para descrever-nos a imagem que lhes vem à cabeça, é habitual vir como resposta : mato, floresta, onça, justamente a ideia plantada, inclusive pelo governo ditatorial militar (1964-1980) que na década de 1970 orquestra seu plano de “desenvolvimento” da região e se abre ao capital justificando a exploração por ser “A Amazônia um grande vazio demográfico”. Contrariando tal lógica, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores/ras, ribeirinhos/as, a florestania como um todo dizem: não, a Amazônia não é "um grande vazio demográfico", nós estamos aqui! “Estamos aqui” se traduz na luta dos/das sujeitas amazônicas/as dos múltiplos territórios amazônicos, contrariando a lógica hegemônica no

processo de ocupação da região a partir de: 1962, 1965, 1967 e 1970, isto porque, como afirma GONÇALVES (2014) em *Temporalidades Amazônicas*.

Essas datas têm significação própria. 1962 é o ano da abertura da Rodovia Belém/Brasília, que inaugura a era das grandes estradas na Amazônia. 1965 é quando o governo militar concede à Força Aérea dos Estados Unidos o privilégio de fazer o levantamento aerofotogramétrico do país. Eles localizam minérios até então desconhecidos. Em 1967, temos um “duplo fato”: a inauguração da Zona Franca de Manaus junto com a inauguração, também em Manaus, do COMAR – Comando Militar da Amazônia, inaugurando-se, assim, o “modelo postiço” ou “modelo prótese”, na medida em que é um modelo externo e que não tem nada a ver com a região. Quando se chega em Manaus, é surpreendente o que se vê já no aeroporto: quem nos dá boas vindas é a Yamaha, a Westinghouse, enfim. (Porto-Gonçalves, p.8)

Tem significação porque em tal contexto histórico, incentivado pelo governo ditador militar, muitos brasileiros, de todas as regiões foram levados à Amazônia, em busca de borracha, minério, madeira, pecuária, ou simplesmente um pedaço de terra.

Por certo que o “retalho” oficial da Amazônia acontece desde a invasão colonial portuguesa, porém, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a exploração da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Com os militares (1970) sob o lema “Integrar para não Entregar” o intruzamento do capital na região assume um novo contorno por meio do estabelecimento do Programa de Integração Nacional-PIN que começou a rasgar a Amazônia, estradas foram abertas para “integrar” a região ao restante do país, começando pela construção da Rodovia Transamazônica (1970), para Porto-Gonçalves (2014), esse padrão inaugura a fase atual de violência e devastação da Amazônia.

É a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho, a Porto Velho-Manaus e a Manaus-Caracas, enfim, as rodovias que cortam a Amazônia com absoluto desdém pelos ecossistemas e seus povos, que gera a reação dos que ocupam a Amazônia milenarmente, sim ocupam milenarmente porque a floresta, os rios, as terras amazônicas guardam também as ancestralidades que são atingidas pela queima das matas, pela derrubada das árvores, pelo assoreamento dos rios, pelo veneno disparado matam o ser amazônico que se constitui sobre uma outra lógica humana, homem-natureza, ou seja, a superação de que a natureza é dissociada da vida do homem, da mulher, das crianças, dos velhos/as, da juventude.

2.2. O MST e a Luta por Reforma Agrária Popular de base agroecológica no Brasil

*Essa luta é nossa
Essa luta é do povo
É só lutando que se faz um Brasil novo
São quinhentos anos de miséria e exploração
E o nosso povo sem saúde e educação
(...)
Zé Pinto Lima*

A letra da música “Brasil Novo” de Zé Pinto Lima se destaca pela sua denúncia sobre a violência vivida pelo nosso povo há quinhentos anos com a desapropriação de terras pelos latifundiários, além de ser um chamado que incentiva os trabalhadores do campo a se unirem entorno de uma luta nacional por novos direitos e em defesa da reforma agrária popular a partir de uma educação popular emancipadora para a conquista de um Brasil novo.

Contra a crescente divisão desigual das terras (MST, 2020a)¹ é que se levanta a luta pela reforma agrária no Brasil, sendo esta, uma das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no país desde 1984 quando foi fundado durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo em Cascavel no Paraná. Ali, decidiram fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, 2020b). Além disso, há também no próprio movimento o princípio formativo do trabalho, em que todos envolvidos nesse processo educativo são responsáveis pela chamada “elevação do nível de consciência política” (MST, 2020c).

O desafio de erradicar o analfabetismo nos assentamentos, garantindo, sobretudo, a criação de escolas e condições de vida digna nos espaços agrários faz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra um dos mais expressivos movimentos em âmbito nacional e internacional, que além de lutar pela Reforma Agrária Popular no Brasil, defende o direito à saúde no campo, a soberania alimentar, o direito ao trabalho e uma educação do campo e no campo.

O MST está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são mais de 120 mil famílias acampadas e cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Mesmo depois de assentadas,

¹ Estudos do Censo Agropecuário de 2017 divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que utilizam o índice Gini para medir as desigualdades sociais na distribuição de terras, mostram que a pontuação brasileira está acima de 0,86. O Gini é uma medida internacional que vai de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade pontuada (MST, 2020a)

estes coletivos permanecem organizados no Movimento, pois o MST afirma que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária Popular (MST, 2020).

Em 1988, a pauta da Educação do Campo como modalidade específica defendida pela “Articulação Nacional do Movimento Por uma Educação do Campo” ganha força durante a I Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, na cidade de Luziânia, no estado de Goiás, onde diversos movimentos sociais e educadores se uniram na luta pelo reconhecimento de uma política nacional de educação do campo que atendesse as demandas educativas do MST. Desde esse momento, essa pauta foi entrelaçada por discussões como: Qual educação vinha sendo ofertada para as populações rurais? Seriam as demandas dessas pessoas ouvidas? E, ainda, todas as pessoas do meio rural tinham acesso à educação com qualidade? E mediante às constatações excludentes, foi e é tempo de ratificar a inclusão das pessoas do campo no projeto de desenvolvimento do país através do direito à educação? (Arroyo et al, 2004)

As reflexões que são tratadas por Arroyo et al (2004) nos requer levantar respostas na genealogia do Movimento por uma educação do campo. Descrever as mobilizações políticas ocorridas em âmbito nacional pressupõe identificar os sujeitos e os eventos e projetos governamentais que conjecturaram as bases teóricas para justificar a implantação de políticas públicas reivindicadas pelos camponeses, principalmente no que diz à Reforma Agrária popular, à educação e à formação dos educadores do campo.

As mobilizações para a efetivação de políticas para a educação do campo, podem ser apresentadas a partir dos primeiros encontros e atos contra hegemônicos, promovidas, em particular, com os movimentos sociais, coletivos e universidades públicas que determinaram o avanço das políticas públicas educacional brasileira com a garantia de direitos na legislação nacional. A partir destes marcos legais, foram criados os Programas de formação dos professores do campo como o PRONERA, PRONACAMPO, Escola Ativa, Escola da Terra.

Sobre os encontros, o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária- I ENERA, realizados em Brasília em 1997 e a I e II Conferência Nacional de Educação do Campo ocorridas, em 1998 e 2004, respectivamente, em Luziânia/Goiás, definiram as palavras de ordem “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado” e a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste contexto de mobilizações políticas, o Movimento por uma Educação do Campo, acrescentou no seu repertório de demandas políticas um léxico de novos sujeitos sociais e identitários transcendendo a questão da classe trabalhadora ao incorporar no projeto de educação dos sujeitos do campo, os diversos territórios e territorialidades, considerando as

formas organizativas, identidades subjetivas, espaço rurais e urbanos, suas culturas, seus modos de produzir a vida e o trabalho, suas ancestralidades e cosmogonias, seus saberes e práticas sociais.

Pois, estas especificidades dos sujeitos do campo, implicaram em repensar de forma mais ampla a educação e a formação de seus professores enquanto agentes imprescindíveis para atuar na mudança de uma concepção de educação rural para educação do campo e no campo. O reconhecimento das múltiplas realidades pelos movimentos sociais do campo e da cidade trouxe para o debate das políticas educacionais novos protagonistas e pautas de reivindicações por outras pedagogias (Arroyo, 2019) e de formação de educadores com participação ativa dos professores camponeses dos movimentos sociais, em particular, do MST.

O MST, do ponto de vista da formação de educadores, adota o método freiriano como uma prática dialógica, autônoma e libertadora (Caldart, 2004). A partir desta orientação, é possível depreender os múltiplos sentidos que assume a formação de educadores no contexto do MST. As assertivas de Freire (1978) constituem um referencial para a construção de uma pedagogia própria que levam os sujeitos a tomarem consciência dos processos de opressão e assim assumirem o papel de protagonista na transformação social e libertadora, tal como ele assevera:

“A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de libertação.” (FREIRE, 1978, p.31)

É preciso ainda considerar, com especial atenção, que embora a perspectiva freiriana seja objetivada na formação dos educadores do campo, sua estrutura pedagógica está vinculada aos princípios de um projeto de educação da escola do campo e no campo. Caldart (2012) afirma que:

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos (CALDART, 2012, p. 265).

Tomando essas definições nos propósitos da ação pedagógica do MST em conexão com os pressupostos de engajamento com o projeto da educação do campo, “[...] não é possível à

escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais, culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos” (FREIRE, 2004, p. 68), nessa mesma instância, Paulo Freire deixa claro que também não é possível aos educadores desprender-se do contexto da escola, da comunidade e da luta pelo direito à terra, a uma vida justa e à educação.

A partir da perspectiva da educação freireana, o MST se consagra como um Movimento Social influenciado e forjado em bases teóricas e filosóficas contra-hegemônicas. O MST, enquanto organização política, apresenta uma estrutura social orgânica que (re)pensa a realidade do presente para promover transformações conjunturais no presente através de práticas contra a subalternização dos sujeitos no/do campo. O MST, por esse viés teórico, constitui-se num movimento político-educativo que se propõe, no processo formativo do sujeito Sem Terra, desvelar e aprofundar as contradições do capital que geram pobreza em meio a riqueza.

Os Movimentos Sociais, assim como o MST, na América Latina, criaram uma trajetória de luta própria que os distancia da centralidade histórica das lutas sociais estabelecidas nos países do eixo norte-euro-cêntrico. Nos países do sul, umas das características constitutivas dos Movimentos é a presença de sujeitos oriundos de comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses. Todos estes, vivem a intensa disputa pela posse da terra, pela defesa do território, pela garantia da produção e reprodução da vida com dignidade no campo.

No final da década de 70 na América Latina, estes Movimentos são tomados pelas bandeiras de luta contra o neoliberalismo e as mazelas sociais deixadas pelo capital, introduzindo em suas pautas as necessidades cotidianas do povo trabalhador, como a terra, trabalho, saúde, educação, moradia e alimento. O MST junto a outros Movimentos como os Indígenas equatorianos, neozapatistas, guerreros del agua y coccaleros bolivianos y desocupados argentinos representam a expressão dos Movimentos Sociais na América Latina. (Zibechi, 2003)

SECÃO III: OS SEM TERRINHA SE EDUCAM NO MOVIMENTO

3.3. Os encontros dos Sem Terrinha no Pará: as Rodas de Conversas, as Feiras, os Encontros e as Cirandas Infantis.

Os Sem Terrinha participam e protagonizam suas formações, reivindicações e lutas nos diversos espaços do Movimento Sem Terra no Pará. Neste capítulo apresentaremos a empiria da pesquisa vivenciada ao longo dos eventos promovidos pelo MST no estado do Pará com a presença das crianças Sem Terrinha de diversos acampamentos e assentamentos.

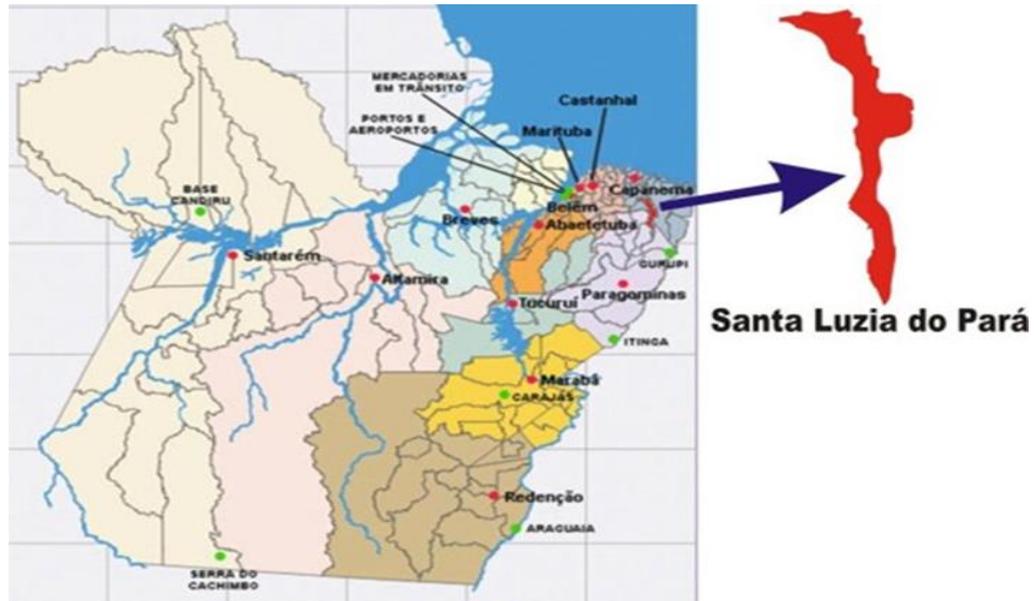
3.3.1 Encontro Formativo no Acampamento Quintino Lira

- a) Um breve histórico do Acampamento.

O Acampamento Quintino Lira tem seu início no ano de 2007, quando aproximadamente 100 famílias Sem Terra ocuparam uma fazenda de aproximadamente trezentos mil hectares. Estas famílias estavam originalmente em outro conflito de terra localizada na comunidade do Bacaba que faz fronteira entre os municípios de Capitão Poço e Santa Luzia do Pará, mais precisamente na reserva indígena da etnia Tembé Tenetehara. Com a desapropriação dessas famílias das terras indígenas, elas ficaram às margens da rodovia PA 246, por isso, buscaram ocupar as duas fazendas denominadas de Cambará I e II (OLIVEIRA, 2021).

O município de Santa Luzia do Pará Santa Luzia do Pará, está localizado na microrregião do Guamá, gleba federal, arrecadada e matriculada pelo INCRA, mesorregião do Nordeste Paraense, conforme a figura x.

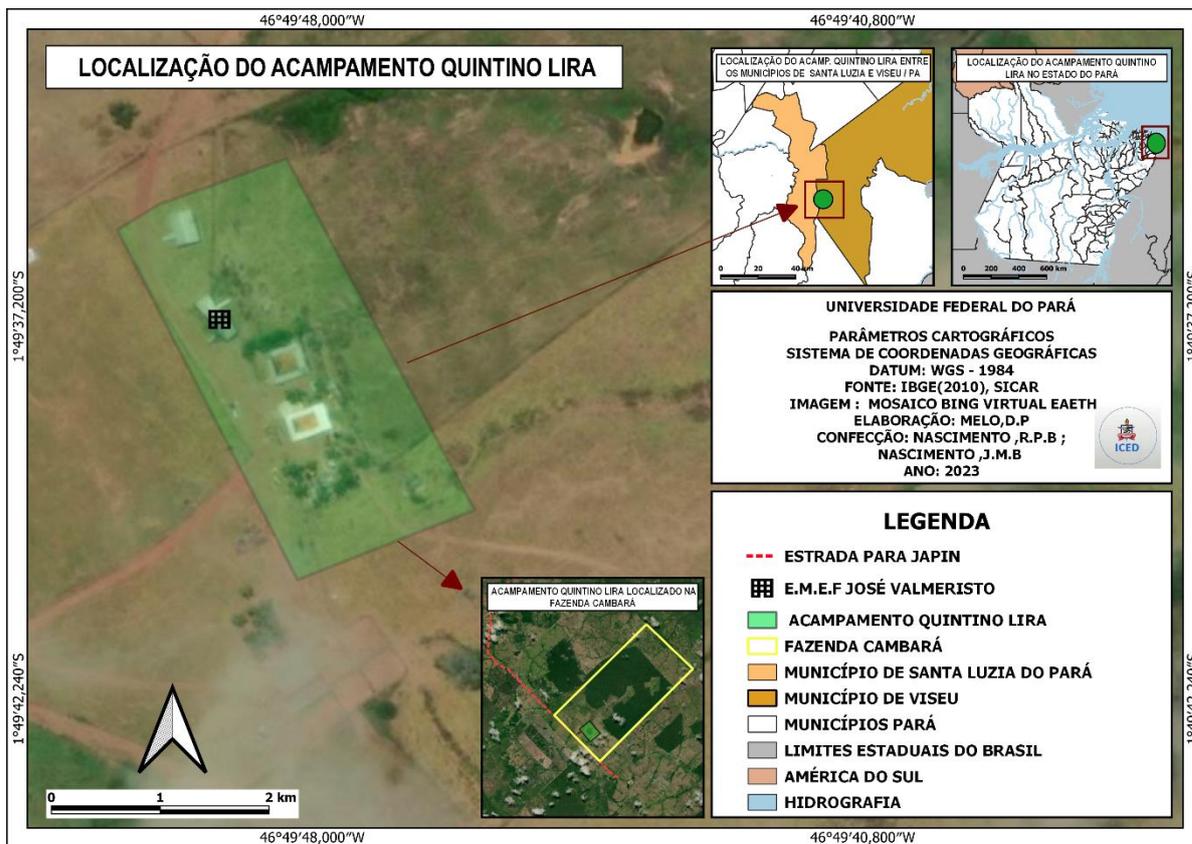
Figura X: Mapa da localização do Município de Santa Luzia, ano 2022.



Fonte: Oliveira, 2021

As fazendas denominadas de Cambará I e II estão localizadas no município de Santa Luzia, supostamente pertencente à família do deputado federal Josué Bengtson (SACRAMENTO; OLIVEIRA, 2016). Quanto a localização do acampamento Quintino Lira (Figura X), está nas margens da PA 246 na Gleba Pau de Remo, segundo a Portaria nº 325 de 3/12/1982 pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mapa 1: Localização do Acampamento Quintino Lira no Município de Santa Luzia do Pará



Fonte: Melo, 2023

No mapa georreferenciado, é possível perceber que o Acampamento fica e um terreno aos fundos da Fazenda Cambará. Hoje, há 89 famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra cadastradas e acampadas no local. O deslocamento de Belém até ao Acampamento Quintino Lira dura 5h. Na visita que fizemos aos companheiros do Quintino para o Encontro formativo, saímos de Belém às 6h da manhã, com 3h de viagem em estrada asfaltada, na PA 110, e depois mais 2h de viagem em estrada de terra batida com muitos buracos e desnivelamento do solo. A estrada de terra batida é paralela à fazenda do ex-deputado federal Josué Bengtson, e o Acampamento fica no final desta estrada, nos fundos da fazenda Cambará I e II conforme o mapa acima.

Em diálogo com o companheiro do MST que nos levava até o acampamento, perguntamos se ele se sentia seguro ao passar de carro pela aquela estrada, que já foi cenário de crimes contra as lideranças do Acampamento. Ele respondeu: não! E continuou a conversa nos dizendo que somente se sentem seguros quando entram no Acampamento acompanhados por companheiros das Universidades, como estava acontecendo naquele momento, pois, para a

cidade e o poder público, os professores e professoras das Universidades são autoridades respeitadas e jamais sofreriam um atentado contra a vida naquele lugar.

Este relato revela o dia-a-dia da violência no campo no Estado do Pará, onde todos os anos, dezenas de lideranças são assassinadas por denunciarem crimes ambientais, grilagem de terra, bem como, ocuparem, resistirem e produzirem nestas terras ociosas.

Segundo Sacramento; Oliveira (2016), a ocupação do Acampamento se deu de forma espontânea, pois, havia os rumores que a área da fazenda Cambará era do Governo Federal e não da família Bengtson, assim, as famílias que estavam a margem da rodovia PA 246, realizaram a ocupação. Na época, as referidas famílias ainda não estavam ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Importante acrescentarmos que segundo Sacramento; Oliveira (2016), os supostos proprietários da terra são pessoas influentes na política estadual, principalmente, por representarem a igreja do Evangelho Quadrangular no estado do Pará e já atuarem há muitos anos na política estadual, assim como, o patriarca da família, o deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pastor Josué Bengtson foi acusado no chamado “Caso das Sanguessugas” de ter participação no desvio de verbas do Ministério da Saúde para comprar ambulâncias.

Com relação aos conflitos históricos que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, desde a ocupação da fazenda Cambará I e II no ano de 2007, a pesquisa de Oliveira Rocha; Nobre (2017) evidencia o cenário de violência sofrida pelos trabalhadores Sem Terra do Acampamento Quintino Lira, onde as famílias acampadas sofreram diversos ataques por parte do latifundiário e até mesmo pelo Estado, quais sejam: ameaças de morte, sequestros, torturas, agressões físicas e psicológicas, tentativas de homicídios, assassinatos e despejos de famílias.

O nome do Acampamento é uma homenagem ao Quintino Lira, mais conhecido como Quintino Gatilheiro que foi um agricultor e ativista que enfrentou o governo estadual paraense contra a invasão de terras na região do Guamá/Pará. Quintino foi assassinado com dois tiros de fuzil pela polícia militar fortemente armados sob o comando do capitão Cordovil, e a ordem do Governador do Estado à época, Jader Barbalho, após cercarem a casa onde ele estava, na localidade de Vila Nova, região do Piriá, nordeste do Pará, em 4 de janeiro de 1985.

Nessa dinâmica de violência cometida pelos ataques do latifundiário e até mesmo pelo Estado, encontramos a importante afirmação de Pereira (2015, p. 332):

[..] os proprietários e empresários rurais desta parte do território amazônico para manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, em vários

momentos com o apoio de instituições do Estado, passaram a recorrer às suas milícias armadas e eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros.

Denunciado estas violências sofridas pelos trabalhadores, é importante ressaltar que em 2008, houve caso de assassinato, agressões físicas por meio de espancamentos dos acampados, destruição de estruturas (casa de farinha) e plantações (Figura XII).

Figura XII: Plantação de pimenteira-do-reino e de bananeiras no acampamento Quintino Lira destruídas por jagunços dos fazendeiros



Fonte: Oliveira Rocha; Nobre, 2017

Ainda sobre os conflitos relacionados aos direitos de posse da terra onde está localizado o Acampamento Quintino Lira, segundo Oliveira (2021), em 2010, houve em Santa Luzia do Pará o assassinato de José Valmeristo Soares, mais conhecido como “Caribé”, que era um dos líderes do MST da região. O acusado como mandante do crime da liderança é Marcos Wesley Maestri Bengtson, filho do deputado Josué Bengtson, proprietário da fazenda Cambará I e II.

Figura x – José Valmeristo Soares, o “Caribé”, assassinado em 2010



Fonte: Oliveira (2021, p. 38)

A mídia paraense retratou esse ato de violência no campo, anunciando que o responsáveis pelos crimes cometidos contra os Sem Terra João Batista Galdino de Souza e José Valmeristo, o Caribé, foi um integrante da família Bengtson, como pode ser visto no fragmento da matéria veiculada no Portal ORM (2010, online). A matéria informou o sequestro de dentro do Acampamento das duas lideranças Sem Terra, Batista Galdino de Souza e José Valmeristo, sendo que Caribé foi morto a tiros e João Batista escapou das mãos de seus três criminosos. O mandante do crime, Marcos Bengtson, filho do deputado Josué Bengtson, foi preso e cumpriu apenas prisão preventiva de 45 dias.

Para nós, fica muito claro o monopólio exercido pela força física dos latifundiários que continuam impunes ainda hoje, como o próprio assassinato do “Caribé”, pois, até hoje ninguém foi punido ou julgado por este crime, cenário esse que se expande por toda região amazônica, onde, uma série de trabalhadores rurais e lideranças sindicais e religiosas foram assassinadas em razão dos conflitos agrários, nos quais podemos dizer que esses crimes tiveram como objetivo a manutenção das terras, muitas vezes apropriadas de forma ilegal, como afirma, Sacramento; Oliveira (2016, p. 134)

[...] na data de 14 de junho de 2010 o MST publicou um artigo em seu site dizendo que a Polícia Civil do Pará, em conjunto com pistoleiros, haviam invadido o acampamento Quintino Lira, e fizeram um despejo truculento das 200 famílias que ocupavam a fazenda Cambará dando tiros em direção aos acampados. De acordo com o MST, a polícia não tinha mandado de reintegração de posse com autorização da justiça e a ação foi considerada "arbitrária" pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. O juiz da vara agrária de Castanhal revogou o pedido de reintegração de posse, porque tinha sido informado pelo

INCRA de que a área era pública e pertencente ao patrimônio da União. Havia dúvidas sobre a autenticidade do título apresentado pelo ex-deputado federal Josué Bengston (PTB)

Nesse sentido, segundo Oliveira (2021, p. x) o Acampamento passou a integrar o MST: “[...] nesse momento, os camponeses passaram a reconhecer-se como trabalhadores Sem Terra, lutando pela garantia de seus direitos como camponeses, nas terras do acampamento.”

Outro fato emblemático de violência, data de 09 de agosto de 2016 quando os acampados foram atacados por homens armados, com o sequestro da professora do acampamento Maria do Socorro, conhecida como professora Marizita, e dos trabalhadores Chico Vieira e Chico Perna e as roças e plantações foram queimadas (OLIVEIRA, 2021). Após esses crimes contra os três trabalhadores, “os criminosos passaram por outros barracos do Acampamento, e chegaram no barraco do trabalhador João José de Lú, e o fizeram arrancar 200 pés de pimenta na metade da estaca sozinho. Eram quatro pistoleiros”. (diálogo com uma liderança do Acampamento, 2023)

Ainda hoje essa questão da terra na fazenda Cambará é motivo de grande disputa, como por exemplo, em abril de 2022:

[...] Cansados de esperar respostas dos órgãos públicos, na manhã desta terça-feira (12/04), as famílias do acampamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará decidiram ocupar a área e empunhar na Fazenda Cambará os maquinários que eram utilizados para destruir a área de reserva e as roças das famílias Sem Terra. A ação tem como objetivo garantir o acordo que foi assinado e descumprido pelo fazendeiro da região Josué Bengston, que é pastor da Igreja Quadrangular e deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Como se pode ver desde o início da ocupação, sempre existiu uma dura realidade diante das pressões vivenciadas pelas famílias que moraram ou moram no Acampamento Quintino Lira, assim como, existe o cenário de ausência de uma reforma agrária no estado. As ameaças somente cessaram quando o MST/Pa conseguiu, junto ao STDH (Secretaria de Direitos Humanos do Pará), com que a família Bengtson dessem uma trégua nas ameaças. ((diálogo com uma liderança do Acampamento, 2023)

Diante deste cenário violento da luta pela terra ficou decidido que o território seria chamado de Acampamento Quintino Lira (SOUZA, 2019), assim como, os acampados decidiram homenagear José Valmeristo dando seu nome à escola do Acampamento como forma de não deixar morrer a memória do Sem Terra José Valmeristo que teve sua vida e luta interrompidas pela ganância e o poder dos latifundiários do município de Santa Luzia.

[...] nesse sentido os trabalhadores rurais sem terra do acampamento Quintino Lira, sentindo essa falta de uma educação do campo para as suas crianças decidem, a partir de suas angústias de criarem a sua própria escola. Começaram de maneira solidária onde os professores da própria comunidade que apresentavam formações na área de magistério se disponibilizaram de forma voluntária para ministrarem aulas direcionadas às crianças do acampamento (OLIVEIRA, 2021, p. 40).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Valmeristo iniciou seu primeiro ano letivo em 2012, funcionando no antigo barracão da fazenda Cambará que era destinado aos antigos trabalhadores, sua estrutura de madeira foi adaptada e composta por apenas uma sala de aula.

Figura X: Barracão onde funcionou a Escola José Valmeristo no ano de 2011.



Fonte: Oliveira, 2013, p.34.

b) O Encontro Formativo no/do Acampamento

Em março de 2019, participamos de um Encontro Formativo com as/os educadoras/es, trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra e as crianças Sem Terrinha no/do Acampamento Quintino Lira. O encontro contou com a presença de dois Professores da Universidade Federal do Pará- UFPA, além de lideranças do MST da regional Cabana, professores e professoras do acampamento, trabalhadores acampados e crianças Sem Terrinha. O objetivo do Encontro foi realizar a formação dos acampados(as), educadoras(es) e crianças Sem Terrinha na temática da Educação do campo enquanto direito de todos os camponeses e fortalecer a luta por terra dos trabalhadores Sem Terra junto a Universidade, criando estratégias, dialogando sobre os direitos,

narrando a luta dos trabalhadores rurais Sem Terra, no assentamento que leva o nome de Quintino da Silva Lira

Imagem 03 e 04: Vivências sobre Educação do Campo com os acampados do Assentamento Quintino Lira do MST



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Imagem 05: Lote agroecológico da trabalhadora acampada professora Verônica



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Ao chegar no Acampamento Quintino Lira, fomos recebidos na única escola do acampamento, Escola Municipal de Ensino Fundamental José Valmeristo, que até o final de 2012 funcionou apenas com duas salas. Antes do território ser ocupado pelo MST e virar

Acampamento das famílias Sem Terra, a escola era um barracão dos pistoleiros das fazendas Cambará I e II. Hoje a Escola ainda é de madeira, com salas de aula (2) com o piso de barro batido, sem espaço para as crianças brincarem, com um pequeno refeitório, porém com uma Pedagogia própria do MST.

Imagem 06: Escola Municipal José Valmeristo



Imagem 07: Pátio da Escola Municipal José Valmeristo



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Em torno de 30 pessoas participaram do Encontro que foi realizado na parte do refeitório da escola. Além dos professores e estudantes da Universidade Federal do Pará, lideranças do Setor de Educação e do Setor de Cultura, as professoras Carla Lagoia e Valéria Lopes, também dialogaram com os acampados com o objetivo de estreitar e fortalecer os laços de companheirismo com os trabalhadores do Assentamento Quintino Lira e as lideranças do MST/Pa.

Em torno de 15 crianças Sem Terrinha, participaram da Ciranda Infantil do Encontro, que foi realizada em uma das salas de aulas. A Ciranda estava sob a coordenação de três jovens educadores que realizaram roda de conversa e contação de histórias. As crianças ficaram à vontade, hora estavam na Ciranda e hora estavam na plenária com os adultos, ou até mesmo, correndo e brincando no terreno do acampamento.

As crianças também ajudaram os adultos na organização do espaço do encontro. Inclusive participaram da mística inicial tocando instrumentos musicais com seus pais, ora elas

brincavam na ciranda, ora elas escutavam os diálogos com as lideranças e os professores da Universidade. Como afirma Krupskaya sobre a educação socialista:

(...) A educação geral, gratuita e obrigatória para todas as crianças de ambos os sexos...deve propiciar às crianças o desenvolvimento físico mais amplo e multilateral...do trabalho (na base do qual está a participação das crianças no trabalho produtivo... mental, que prepara as crianças para o trabalho intelectual independente; social (que visa o desenvolvimento das predisposições sociais, hábitos para o trabalho coletivo, hábitos de auto-organização e assim por diante. (p.33)

Imagem 08: Momento do encontro com a presença de algumas crianças no espaço.



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Ao final do encontro, as crianças realizaram uma mística, saíram da Ciranda todas enfileiradas e cantando palavras de ordem com a bandeira do MST e alguns instrumentos musicais nas mãos. No meio das crianças também estava a professora Verônica com a sua filha de um mês de vida nos braços, mais uma Sem Terrinha que nasce no acampamento em meio a luta por terra e educação.

Imagem 08, 09 e 10: O espaço da Ciranda Infantil e as Crianças Sem Terrinhas do Assentamento Quintino Lira



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Imagem 11: professora Verônica, mulher Sem Terra acampada no Quintino Lira



Fonte: Arquivo pessoal de Adolfo Neto, 2019.

Retornamos do acampamento as 14h depois de um almoço coletivo realizado pelos trabalhadores do Movimento em agradecimento pela presença e diálogo formativo entre a Universidade e o MST. Foram 10h de viagens cansativa e ao mesmo tempo prazerosa por podermos partilhar e aprender sempre com o Movimento, com o compromisso que assumem com a educação dos trabalhadores rurais e com a educação das Crianças Sem Terrinha. A participação efetiva das crianças na defesa das pautas do MST apresentadas nos Encontros Formativos, plenárias e Cirandas são sempre muito fortes e marcantes e o tempo todo, estas crianças, são inseridas na dinâmica do Movimento, desde que são geradas no ventre de suas mães.

3.3.2. Jornada de Lutas por Reforma Agrária Popular em Defesa da Amazônia: Massacre Nunca Mais! (V Feira Mamede Gomes)

A V Feira da Reforma Agrária “Mamede Gomes”² e a Jornada de Lutas por Reforma Agrária Popular, em Defesa da Amazônia, Massacre Nunca Mais, ocorridas no Mercado de São Brás em Belém, foram realizadas no período de 15 a 17 de abril de 2019.

Imagem 11: Card da V feira da Reforma Agrária Mamede Gomes



Fonte: Organizadores da Feira, MST/Pará, 2019

Imagem 12: Card da Jornada de Lutas pela Reforma Agrária Popular em defesa da Amazônia



Fonte: Organizadores da Feira, MST/Pará, 2019

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as Feiras são grandes encontros dos trabalhadores do campo com os trabalhadores da cidade nos grandes Centros urbanos, além da possibilidade de comercializar seus produtos agroecológicos oriundos dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária de várias localidades do estado. Ocupar o Mercado da Capital durante as Feiras também possibilita a visibilidade das dimensões da necessidade da Reforma Agrária Popular de base agroecológica, a luta pela terra, a necessidade de produção de alimentos sem agrotóxico e abaixo do custo do mercado, pois, são os próprios produtores rurais que saem de seus territórios para comercializar seus produtos agroecológicos.

² Mamede Gomes era camponês assentado no Assentamento Mártires de Abril, em Mosqueiro, há 73 km de Belém. Junto com sua companheira, decidiu produzir agroecologicamente, dando origem ao Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO), hoje, uma referência para o MST. Mamede foi assassinado em seu lote no 22 de dezembro de 2012, configurando mais um caso de violência no campo.

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/04/17/feira-da-reforma-agraria-mamede-gomes-e-realizada-emn-belem/#:~:text=Mamede%20Gomes%20era%20campon%20assentado,uma%20refer%C3%A2ncia%20para%20o%20MST>> Acessado em: 21 de set. de 2020.

A Feira, portanto, para além da comercialização de produtos da Reforma Agrária, também visibiliza as questões estruturais da sociedade brasileira, amazônida, paraense, uma vez que durante a Jornada, ocorrem diversas atividades ao longo da programação como: as Rodas de Conversas, Oficinas, Palestras e Cirandas. Essa dinâmica permite que os trabalhadores aprendam e contribuam com debates sobre feminicídio no campo e na cidade, grandes projetos na Amazônia, sociedade capitalista, direitos sociais, trabalho infantil, agroecologia, saúde, cultura do campo e da cidade e educação, dentre outros. Neste sentido, a Feira é a expressão da pluridiversidade da vida dos trabalhadores Sem Terra e suas famílias.

Imagem 13: Roda de conversa com os trabalhadores rurais Sem Terra



Imagem 14: Diálogo com os trabalhadores do campo sobre os dados do fechamento das escolas do campo no Pará



Fonte: Acervo da autora, 2019

A participação das crianças Sem Terrinha acontece nas Cirandas Infantis, embora não se limite a este espaço, pois, as crianças são livres para ajudar suas famílias nas barracas que comercializam os produtos agroecológicos, participarem das Rodas de conversas e palestras com seus responsáveis, bem como, se fazerem presentes nas atividades programadas das Cirandas Infantis. As crianças estão por todos os cantos das feiras, estão nas barracas de venda de seus produtos, correm pelos espaços abertos da feira, brincam umas com as outras, entram e saem da Ciranda a hora que desejarem. Todo esse movimento das crianças é educativo, inclusive o trabalho que elas realizam na feira.

O trabalho das crianças nas feiras do MST é entendido aqui na perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo, como afirma Ciavata ao citar Marx (1979):

No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, **tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade** (Marx, 1979, in CIAVATA, Dicionário em Educação Profissional em Saúde. **Grifos nossos**)

Ao se educarem por todos os cantos da feira, as crianças saem daquele processo racionalizado das pedagogias escolares. Elas estão livres e aprendem brincando, trabalhando, participando da Ciranda, correndo, conversando, socializando com seus familiares, com os companheiros do Movimento e interagindo com outras crianças da cidade que passam pela feira e acabam frequentando as Cirandas. O trabalho das crianças na feira as humaniza, promove conhecimentos e outras sociabilidades criativas e de múltiplas aprendizagens, o trabalho, portanto, dentro das capacidades físicas e emocionais das crianças, educa, promove relações humanas, mobiliza as crianças e produz suas existências e re-existências.

Durante a programação da Feira, acompanhei o primeiro dia de atividade na Ciranda Infantil. Era uma oficina de produção de Sementes, com 10 crianças entre 2 e 12 anos de idade. Me sentei no chão da Ciranda com as crianças, embaixo de uma lona azul por volta das 10h da manhã com o intuito de observar e ajuda-las na oficina, foi quando escutei de uma criança o seguinte: *“Tia, isso não vai dar certo”*. E eu, muito curiosa pela fala da criança, perguntei: *Porque você diz que não dará certo? E ela prontamente respondeu: Onde já se viu, tia, plantar no mesmo buraco a semente de mamão, de açaí e de feijão? Meu pai vai estranhar quando eu levar isso pra casa!!!*

Aquela criança ao mesmo tempo que brincava, acarinhava, moldava em suas mãos tão pequeninas aquela bola de terra, e também refletia, analisava e questionava sobre as possibilidades de plantar e germinar a semente. Neste contexto, eu também refletia: o saber daquela criança pequena vinha de onde? Quem lhe ensinou sobre o plantar a semente? Como ela aprendeu? Onde ela aprendeu? Com quem ela aprendeu sobre a terra e a semente? E de que maneira ela constrói uma postura de autoridade ao defender aquele saber sobre o plantar a semente?

Estas questões atravessavam os meus pensamentos e me fizeram querer saber mais sobre os processos educativos destas crianças no Movimento, bem como a inteireza delas nestes processos de aprendizagens.

Entendemos que a criança é afeto, é criticidade, é criatividade, é curiosidade, é cognição. *É contra a natureza tratar a criança fragmentariamente* (Wallon, 2005, p. 215). A

relação das crianças com a terra na oficina da Ciranda Infantil no MST mostra-me que a criança ao brincar com a terra, entende a terra como promotora da vida, do trabalho e da própria existência. Considerar a inteireza das crianças neste brincar como processo formativo tem sido, também, umas das intencionalidades do Movimento.

Imagem 15: Oficina de sementes na V Feira da Reforma Agrária “Mamede Gomes” realizada no dia 15 de abril de 2019



Fonte: Acervo da autora-abril/2019

A observação sobre a construção dos saberes das crianças Sem Terrinha, partiu do dialogo ocorrido embaixo de uma lona azul, no espaço da Ciranda Infantil montada para acolher os filhos e filhas dos trabalhadores do campo, que abrigava um grupo de 10 crianças que faziam bolinhas de terra para plantar sementes. Era um brincar-aprender que evidenciava o projeto coletivo de manutenção da vida defendido/vivido pelo MST. Após as crianças adubarem a terra, conforme o educador orientava, faziam bolinhas de terras com as mãos e iam colocando uma a uma em cuba de ovos vazias, tudo isso em meio a cantorias e muitas risadas. Aprendiam a adubar a terra e a cantar as cirandas, tudo junto, diziam suas palavras numa relação dialógica com o educador. Assim como nos afirma Paulo Freire:

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer **a palavra verdadeira**, que é trabalho, que é **práxis**, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O **diálogo** é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. (P.50, **grifos nossos**)

As crianças, dialogicamente, faziam perguntas, disputavam um punhado de terra entre si e logo eram orientadas pelo educador que aquela terra era de uso coletivo, assim, elas concordavam e paravam de disputar a terra adubada. Passavam a ajudar umas às outras e amaciavam a terra com muito carinho. Na palma de suas mãozinhas, se esforçavam em fazer as bolinhas de terra cada vez mais redondinhas e adequadas para pôr a semente.

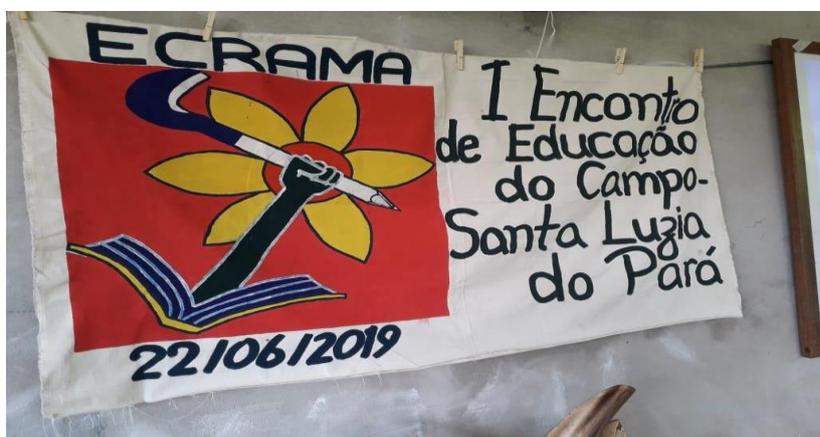
Eu estava responsável em abastecer, com um balde d'água a Ciranda Infantil. Quando a água estava acabando, elas me olhavam e diziam: “Tia, vá buscar água! Não dá pra trabalhar com a terra sem a água”, eu prontamente atendia, até que todos finalizaram suas bolinhas de terra e começaram a enxertar as sementes.

As crianças no MST ao brincarem, cantam, plantam e aprendem que a terra é direito delas também, sabem-se sujeitos de direito por uma vida justa, sabem-se sujeitos de direito por terra e educação, uma educação para além das formalidades educativas seriadas, cicladas, departamentadas, mas de uma educação que transcende as práticas do pensamento hegemônico, que entenda e valorize a diversidade dos sujeitos e seus saberes. A educação dos Sem Terrinha é constitutiva da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no que podemos entender como uma rede de sujeitos coletivos atuando por uma causa específica nos múltiplos coletivos que compõem um todo do próprio Movimento.

3.3.3. ECRAMA- I Encontro de Educação do Campo em Santa Luzia do Pará

O I Encontro de Educação do Campo em Santa Luzia do Pará realizado no dia 22 de junho de 2019 na Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidade Rurais Amazônicas- ECRAMA, teve por objetivo realizar a formação dos professores das escolas do campo, dos educadores do Movimento Trabalhadores Rurais do MST, dos jovens que fazem parte dos cursos das escola, bem como, a formação das crianças Sem Terrinha que também estiveram presentes na plenária da formação e na Ciranda Infantil.

Imagem 16: Bandeira do I Encontro de Educação do Campo em Santa luzia do Pará



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A ECRAMA é uma escola de educação para a vida e o trabalho no campo, que nasce da percepção dos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, em parceria com organismos governamentais e não governamentais, e tem como entidade mantenedora a “Obras Sociais da Diocese da cidade de Bragança”. A ECRAMA faz parte de um projeto mais amplo de educação, capacitação continuada do Centro CEDIAM, localizado a 13 km da sede do município de Santa Luzia do Pará, na 11ª Travessa da Colônia Montenegro, município de Bragança, em uma propriedade de 65 hectare, estruturada para contribuir com a formação e a capacitação de homens e mulheres, jovens e adultos, agricultores familiares, quilombolas e assentados de reforma agrária do território Nordeste Paraense. (Blog da Rede Bragantina Economia Solidária Artes e Sabores)

No dia 22 de junho de 2019, partimos de Belém em direção a Escola ECRAMA para participarmos do I Encontro de Educação do Campo de Santa Luzia do Pará. A distância do município de Belém até o município de Santa Luzia do Pará é de 206 km, e a viagem de ônibus

dura em torno de 3 horas e 30 minutos. Viajamos com um coletivo de 20 pessoas em um ônibus disponibilizado pela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFPA, dentre os companheiros e companheiras deste coletivo, estavam: professores da Universidade Federal do Pará- UFPA, da Universidade Estadual do Pará- UEPA, professores da educação básica das Secretarias Estadual de Educação do Pará e Municipal de Educação de Belém, estudantes da Licenciatura em Pedagogia da UFPA, pesquisadores, mestrandos e doutorandos em Educação do PPGED/UFPA, integrantes do Grupo de Pesquisa GEPERUAZ e militantes do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST.

Imagem 17 e 18: Coletivo de pesquisadores e militantes dos Movimentos Sociais durante a viagem para a o I Encontro de Educação do Campo em Santa luzia do Pará.



Fonte: Acervo da autora, 2019.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

O Encontro Formativo foi realizado em um anfiteatro da escola, que é um espaço aberto, arborizado, com muitas flores e plantas que não apenas ambientalizam o espaço, mas que confirmam a proposta pedagógica da escola no campo da agroecologia como ciência em construção, articulando os saberes dos agricultores com o conhecimento científico.

Imagem 19: Área externa da Escola ECRAMA



Fonte: Acervo da autora, 2019.

O professor Dr. Salomão Hage da UFPA e o professor mestrando Antônio Magno Gomes realizaram a formação no campo do currículo da educação do campo e das linguagens do MST na desconstrução dos discursos hegemônicos. O debate entre os presentes trouxe grandes contribuições para as reflexões sobre a luta pelas escolas do campo; a educação quilombola; o trabalho desenvolvido pelo Fórum Paraense de Educação do Campo que vem denunciando no estado o fechamento das escolas do campo e a defesa da educação como direito.

Imagem 20: Roda de Conversa sobre a Educação do Campo na Amazônia Paraense e apresentação dos dados do fechamento das escolas do campo no Pará

Imagem 21: Diálogo sobre o Currículo em Movimento no MST, resultado da pesquisa de Mestrado do professor militante Magno.



Fonte: Acervo da autora, 2019.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Além do debate formativo na plenária, também ocorreram as místicas de abertura e encerramento com a presença das crianças Sem Terrinha do acampamento Quintino Lira. As místicas apresentadas pelas crianças expressam seu jeito de lutar, resistir e denunciar a precarização das suas escolas do campo. Mas a mística também é a forma de expressar a arte, a poesia e a linguagem das crianças Sem Terrinhas. As crianças Sem Terrinha cantaram suas palavras de ordem e músicas do Movimento, expressando a força que a infância Sem Terra tem dentro do MST no Pará.

Imagem 22: Mística de abertura das Crianças Sem Terrinha



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Imagem 23: Elementos sócio-político-culturais que constituem a mística



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Imagem 24: Apresentação do grito de Guerra das Crianças Sem Terrinha



Imagem 25: Sem Terrinha na plenária da Roda de Conversa sobre a Educação do Campo



A participação das crianças Sem Terrinha no Encontro Formativo se deu na mística, na plenária e na Ciranda Infantil montada em umas das salas de aula da escola. Ao visitar a Ciranda Infantil na ECRAMA, pude observar que as crianças estavam sob a orientação e coordenação de jovens educadores do MST e do ECRAMA em uma Oficina de Capoeira. Além de se divertirem e aprenderem mais sobre o jogo da capoeira com seus educadores, as crianças também estavam ouvindo histórias, falando sobre suas realidades no acampamento, criando brincadeiras umas com as outras em um processo de criação e construção de conhecimento através da ludicidade.

Os Sem Terrinha presentes na formação da ECRAMA tinham entre 2 a 10 anos de idade, e mesmo com essa disparidade etária elas interagiam umas com as outras. Nas Cirandas e nos encontros é possível perceber que as crianças Sem Terrinha não se excluem, não se separam. Elas interagem, demonstram companheirismos, e autocuidado entre si.

Imagem 26: Roda de Capoeira na Ciranda Infantil do Encontro



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Imagem 27: Brincadeira de adoleta na Ciranda Infantil do Encontro



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A formação das crianças nestes espaços segue os princípios de solidariedade do Movimento Sem Terra. As crianças participam dos mesmos espaços formativos dos adultos, realizam a mística, entoam seus gritos de guerra e aprendem brincando na Ciranda. A brincadeira tem uma utilidade objetiva como afirma Vigotski (2018)

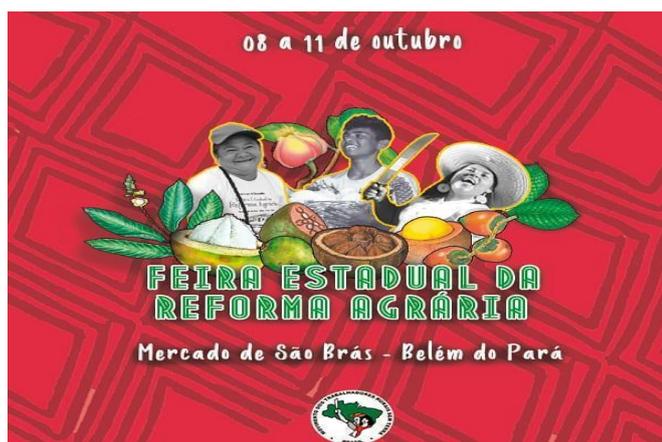
Na brincadeira, o mais importante não é a satisfação que a criança obtém brincando, e sim a utilidade objetiva, o sentido objetivo da brincadeira para a própria criança, que se realiza inconscientemente. (p. 90)

Portanto, podemos dizer que Vigotsky (2018) nos apresenta pistas de que as brincadeiras podem servir de recurso para que um grupo elabore uma matriz pedagógica que atenda aos interesses formativos.

3.3.4. III Feira Estadual da Reforma Agrária

A 3ª Edição da Feira Estadual da Reforma Agrária no Pará foi realizada no período de 08 a 01 de outubro de 2019 na praça do Mercado de São Braz, em Belém/Pará. A Feira trouxe para a capital produtos da agricultura familiar de camponeses/as de assentamentos e acampamentos de vários lugares do estado. (MST, 2019)

Imagem 28: Cartaz da 3ª Edição da Feira Estadual da Reforma Agrária no Pará



Fonte: Organizadores da Feira, MST/Pará, 2019

A abertura oficial da Feira ocorreu no dia 08, às 17h, com programação cultural com músicas regionais e apresentações artísticas que deram a demonstração de que para o MST, a Feira da Reforma Agrária é mais do que comercialização de produtos agroecológico, ela

representa para o Movimento a expressão cultural e a ancestral dos trabalhadores Sem Terra. Durante a Feira, houve exposições de fotos que retratam a vida dos trabalhadores em seus territórios. A cultura Sem Terra é sentida e vivida por toda a Feira através dos símbolos, dos produtos agroecológicos, das místicas, das Matrizes Pedagógicas dos Encontros, das bandeiras de lutas e da bandeira do MST.

Imagem 29: Exposição de quadros do MST no palco



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 30: Palco das apresentações culturais



Fonte: Acervo da autora, 2019

Na programação dos dias seguintes, de 9 a 11 de outubro, as vésperas do Círio de Nazaré³, maior festa religiosa da Amazônia, a Feira comercializou diversos produtos agroecológicos, dentre eles, os produtos culturalmente consumidos pelos Belenenses no período do Círio, como: tucupi, farinha de mandioca, aves (patos e galinhas), ervas cheirosas da Amazônia, as folhas da maniva para o preparo do prato típico do Pará, a maniçoba, e frutas típicas da região Amazônica, como: cupuaçu, a pupunha, bacuri, biribá, taperebá, o açaí, uxi,

³ O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração religiosa que ocorre em Belém (PA), inscrita no Livro das Celebrações, em 2004. Os festejos envolvem vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, e reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e de países estrangeiros. Acontecem em vários municípios paraenses... Instituída em 1793, é uma celebração constituída por vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, cujo clímax ocorre na procissão do Círio, no segundo domingo de outubro...No Pará, o Círio é o grande momento anual de demonstração de devoção e solidariedade, de reiteração de laços familiares, assim como de manifestação social e política. Reconta, por meio de seu cerimonial religioso...A relevância do Círio de Nazaré como manifestação cultural pode ser reconhecida no longo e dinâmico processo que reitera e constrói essa celebração há mais de 200 anos. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/55> > Acessado em: 31 de julho. de 2021.

tucumã, coco verde, goma de tapioca, a castanha do Pará e o piquiá e variadas hortaliças, verduras, legumes e raízes cultivadas pelos trabalhadores rurais, sem veneno e agrotóxico.

Imagem 31: Feira aberta no Mercado de São Braz



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 32: Alimentos em exposição



Fonte: Acervo da autora, 2019

O diálogo entre os trabalhadores rurais, crianças Sem Terrinha, visitantes e os apoiadores da Feira, nas Rodas de conversas, Ciranda Infantil, exposições fotográficas e plenárias, trouxeram temáticas sobre a Amazônia, Direitos Humanos, alimentação saudável, agroecologia, educação, cultura popular e políticas públicas na Amazônia. Estes encontros formativos aconteceram nos espaços abertos e cobertos por tendas, em lugares estrategicamente centrais da Feira, para que os trabalhadores que comercializam seus produtos, também possam ouvir, refletir, aprender e participar destes espaços de diálogo e formação, pois as Feiras da Reforma Agrária para o MST são espaços de trabalho e educação em uma dinâmica criativa e dialógica própria do Movimento.

Imagem 33 e 34: Roda de Conversa com os trabalhadores do MST sobre agrotóxicos



Fonte: Acervo da autora, 2019



Fonte: Acervo da autora, 2019

A participação das crianças Sem Terrinha, que além de contribuírem com a venda dos produtos agrícolas nas barracas de suas famílias, também ocorreu na Ciranda Infantil que, mais do que um espaço-tempo itinerante, também é um espaço formativo das crianças do MST.

Nesta Ciranda Infantil da 3ª Edição da Feira Estadual da Reforma Agrária no Pará, fui convidada pelo Setor de Educação do MST, a realizar dois dias de atividades para e com as crianças Sem Terrinha. Recebi o convite com muita honra e alegria, pois, mais do que contribuir com a formação das crianças, iria aprender com elas. Assim, a partir do momento que recebi o convite do MST, estendi-o aos companheiros do grupo de pesquisa GEPERUAZ, do qual faço parte, e apresentei ao MST e ao GEPERUAZ uma proposta de Oficinas Pedagógicas para as crianças que foi realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2021.

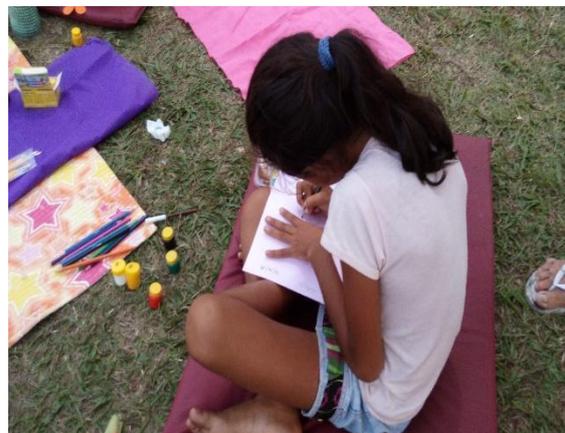
Acompanhada de três companheiros que aceitaram o desafio de contribuírem com a Ciranda Infantil, realizamos diversas atividades pedagógicas-educativas com as crianças: oficinas de pintura, material reciclável, sementes e desenho, contação de história e rodas de conversas com as crianças Sem- Terrinha.

Imagem 35: Oficina de Pintura livre



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 36: Oficina de Desenho livre



Fonte: Acervo da autora, 2019

Primeiramente, organizamos um espaço na Feira para que as crianças se sentissem acolhidas na Ciranda Infantil. Na grama, ao ar livre, penduramos uma sombrinha com fitas coloridas em um varal, colocamos na grama colchonetes, tapetes coloridos de EVA e variados materiais pedagógicos. Disponibilizamos as crianças, tintas guaches de cores variadas, papéis chamequinho de cores variadas, pinceis e forminhas de docinhos.

Iniciamos a Ciranda convidando as crianças a pintarem livremente. Elas perguntavam se podiam pintar suas casas, a bandeira do MST, flores, o céu, o sol, as árvores, os pássaros. Orientamos que elas poderiam pintar o que quisessem, que se sentissem livres para pintar.

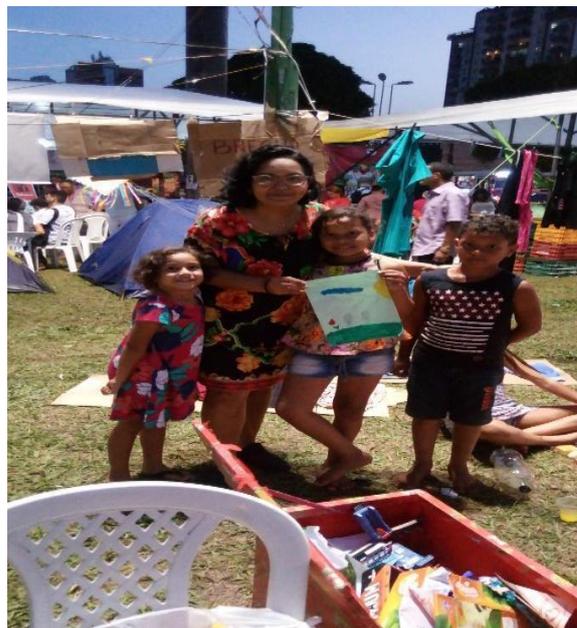
A criatividade imaginativa das crianças possibilitou com que elas trouxessem para a Ciranda, através dos desenhos, suas realidades, seus saberes das experiências com o campo, as florestas, os rios, os animais, as plantas que constituem os elementos amazônicos de suas territorialidades. *A atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia.* Vigotsky (2018). Portanto, suas experiências com o campo, sejam elas positivas ou negativas, chegam nos papéis, aparecem nos desenhos, manifestam-se nas brincadeiras. Esses registros das crianças também ajudam as educadoras e educadores do MST a ressignificarem as matrizes pedagógicas trabalhadas nas Cirandas Infantis.

Imagem 37: Oficina de Desenho livre



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 38: Oficina de Desenho livre



Fonte: Acervo da autora, 2019

Depois de 1h pintando à vontade, disponibilizamos mais materiais para que elas desenhasssem. A orientação, também, foi a de realizarem desenhos livres. Elas desenharam flores, corações, casas, bandeiras, fizeram desenhos em dedicação aos seus colegas e aos educadores que estavam na Ciranda.

Neste momento dos desenhos, apareceram na Feira duas crianças que não eram do Movimento Sem Terra, porém, ficaram paradas olhando as crianças Sem Terrinha desenharem, foi quando vieram até mim e perguntaram: *tia, eu posso também desenhar com eles?* Disse que sim, que podiam sentar e participar das atividades, porém, perguntei as crianças Sem Terrinha se as duas crianças podiam sentar e pintar com eles. Levantaram as cabeças, me olharam e deram um largo sorriso dizendo em unissonância: *Simm!!*. Ali mesmo, abriram um espaço na roda para que as colegas sentassem. Elas, as convidadas, ficaram com a expressão de felicidade plena. Interagiram, brincaram, pediram para que batesse fotos delas com as duas crianças convidadas.

Foi perceptível nesse ato espontâneo das crianças Sem Terrinha, os princípios de solidariedade e acolhimento presentes e trabalhados na Pedagogia do Movimento Sem Terra

Imagem 39: Crianças Sem Terrinha e criança convidada na área livre da Feira



Fonte: Acervo da autora, 2019

As atividades realizadas com as crianças na Ciranda Infantil da feira envolveram contação de histórias: “História do Menino que Lia o Mundo” e “A Comunidade dos Gatos e o Dono da Bola”. As atividades de desenhos livres e cartografias do Assentamento onde moram também foram realizadas com a participação efetiva e criativa das crianças. Além destas atividades, realizamos brincadeiras infantis de Rodas, Capoeira e Dança.

3.3.5. Sem Terrinhas em movimento por escola, terra e dignidade

Imagem 04: Plenária com os Sem Terrinha no 18º Encontro Estadual dos Sem Terrinhas



Fonte: Acervo da autora, 2019

“Sem Terrinhas em movimento por escola, terra e dignidade”
(18º Encontro Estadual dos Sem Terrinhas, 2019).

O registro fotográfico que abre a introdução desta tese, trata do 18º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha do Estado do Pará ocorrido em novembro de 2019, no assentamento Lourival Santana, no município de Eldorado dos Carajás. O tema do encontro: “**Sem Terrinhas em movimento por escola, terra e dignidade**” enfatizou a luta por escolas no e do campo para as crianças e jovens.

As crianças e jovens de todas as regionais do MST Pará, representando diversas áreas de acampamento e assentamentos do movimento, compartilharam e (re)construíram saberes, alegrias, esperanças e valores de sociabilidade humana que dinamizaram o encontro deles, com eles e por eles para construção de propostas contrahegemônicas no campo da educação, da saúde e do direito à terra e ao território.

O Encontro dos Sem Terrinha nos possibilitou aprofundar conhecimentos sobre os processos de aprendizagens, auto-organização e formas de r-existirem das crianças Sem Terrinha no Movimento e em movimento. As atividades objetivadas nos atos do brincar, das

lutas e mobilizações foram articuladas na programação do evento por meio de estratégias pedagógicas, que se materializam nas suas canções, rodas de conversas, contações de histórias, oficinas, místicas, declamações originárias de versos e gritos de ordem, como “Bandeira, bandeira, bandeira vermelhinha, o futuro da nação está nas mãos dos Sem Terrinha”.

Imagem 40: Ensaio de cantorias com as crianças no 18º Encontro Estadual dos Sem Terrinha



Fonte: Acervo da autora, 2019

O Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha celebrou os anos de luta das crianças durante a formação nos três dias de encontro na escola Municipal de Ensino Fundamental “Construindo Conhecimento” localizada no Assentamento Lourival Santana.

O convite para participarmos do Encontro surgiu de companheiras do Movimento. Assim, aproveitamos a oportunidade para vivenciar e observar, desde a saída de Belém até o nosso retorno a cidade, a alegria e o envolvimento das crianças que protagonizavam suas reivindicações, aprendizagens e organização.

Saímos de Belém, em uma viagem de ônibus com duração de 6h, com destino a Eldorado dos Carajás. Eu e mais três colegas da pós-graduação e graduação, um colega do doutorado em educação, uma colega do mestrado em educação e outra jovem da graduação em Pedagogia. Viajamos juntos com companheiros do MST, três educadores populares do Movimento e cinco crianças Sem Terrinha do acampamento Quintino Lira, e Assentamentos Mártires de Abril e João Batista II.

Imagem 41: Frente da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Construindo Conhecimento”



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 42: Organização da entrada das crianças com a saudação da bandeira do MST e a cantoria das músicas do Movimento



Fonte: Acervo da autora, 2019

Chegamos no dia 27 de novembro de 2019 na Escola Municipal “Construindo Conhecimento”, local do Encontro e de nossa hospedagem durante dois dias. Fomos recebidos por lideranças do MST, educadores populares do Movimento de várias regionais e pelas crianças Sem Terrinhas. Ficamos muito felizes com a alegria e receptividade das crianças, com os abraços coletivos que nos deram e com os sorrisos nos rostinhos de meninas e meninos Sem Terrinha.

Neste encontro foram realizadas oficinas, plenárias temáticas, contação de histórias, místicas e a visita das crianças ao MP de Eldorado dos Carajás. Nesta visita, as crianças foram recebidas pela promotora do MP e durante o diálogo, as crianças entregaram uma carta com suas reivindicações em torno da melhoria da qualidade da educação do município e da infraestrutura de suas escolas. A carta foi elaborada pelas crianças em plenárias e sistematizada pelos educadores do Movimento. Todas as atividades do encontro ocorreram em sintonia com a temática **“Sem Terrinha em Movimento por escola, terra e dignidade”**.

Imagem 43: Oficina de Abayomi



Fonte: Acervo da autora, 2019

Imagem 44: Oficina de Capoeira



Fonte: Acervo da autora, 2019

O Encontro dos Sem Terrinha acontece anualmente em todos os estados brasileiros com o objetivo de discutir e fortalecer o lugar da infância no MST em todas as instâncias organizativas, assim como, incentivar a participação e protagonismo das crianças através das cirandas e coletivos infantis nas áreas. O encontro apresenta um conjunto de atividades lúdicas e políticas que são distribuídas ao longo dos dias de programação, tal como é apresentada na imagem abaixo:

Imagem 45: Programação do XVIII Encontro dos Sem Terrinha, 27 a 29 de Nov. de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-PARÁ JORNADA ESTADUAL DOS SEM TERRINHA ASSENTAMENTO LOURIVAL SANTANA EL DORADO DO CARAJÁS, 27 a 29 DE NOVEMBRO DE 2019 "Sem Terrinha em Movimento: por escola, terra e dignidade!"			
PROGRAMAÇÃO			
	27 de Novembro	28 de Novembro	29 de Novembro
Manhã		Mística: Regional Eldorado -Momento Formação- Mesa: Alimentação Saudável um direito de todos	Mística do ato: Regional Carajás -Marcha "Sem Terrinha em Movimento: por escola, terra e dignidade!"
Tarde		Oficinas: - Comunicação e Arte - Alimentação saudável - Consciência Negra Abayomi, Turbante e Capoeira - Contação de histórias - Dança - Cinema da Terra - Jogos Teatrais - Percussão	-Socialização das oficinas Mística: Regional Araguaia -Encerramento
Noite	CHEGADA - Acolhida	Mística: Regional Cabana -Internacionalismo- Sem terrinha à procura de MBIRA em Moçambique	Retorno

*Pode bater o pé e levantar a poeira...
 Porque o sem Terrinha não está de brincadeira!!!*

Fonte: Acervo da autora, 2019

Estiveram presentes em torno de 30 educadores e aproximadamente 200 crianças. A nossa contribuição aconteceu na organização de oficinas, na contação de histórias, na orientação e acompanhamento das crianças na hora da alimentação, banho, repouso, brincadeiras, assim como, nas suas reivindicações e mobilizações.

O encontro realizou atividades como contação de histórias, oficinas de capoeira, arte e comunicação, além da oportunidade de aprender a dançar o carimbó, ritmo paraense considerado patrimônio cultural do estado. No dia 28, foi realizada a palestra sobre alimentação saudável e exibição de filmes, jogos teatrais e oficina de percussão. Pela noite, dialogamos com as crianças sobre o Internacionalismo tratado na revista dos Sem Terrinha que abordava a temática: “Sem Terrinha à procura de Mbira, em Moçambique”.

Esta temática foi desdobrada em atividades teatrais representadas pelas próprias crianças no dia seguinte.

3.3.6. 23º Aniversário do Assentamento João Batista II e a I Feira da Agricultura Familiar Camponesa.

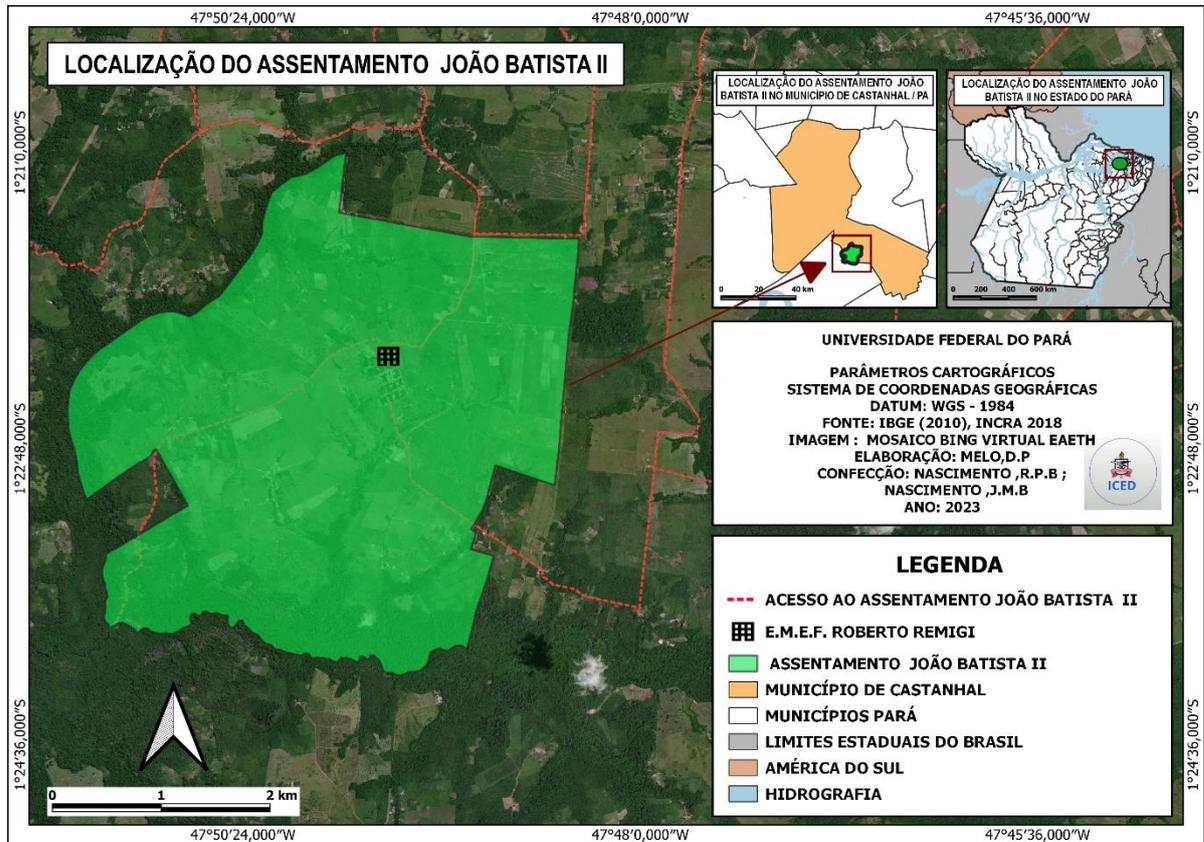
“Se não podermos dar um passo no futuro, não tem problema, muito caminho já foi feito. Nossas crianças já não morrem mais de fome e o nosso povo conquistou o seu respeito. Naquela sede o que onde se escondiam pistoleiros, hoje é uma escola que funciona sem parar”

(Trabalhador Sem Terra, Folder do 23º Aniversário do Assentamento João Batista II, 2021)

O Assentamento João Batista II, está localizado no município de Castanhal (Figura x) , traz em sua história a diversidade e resistência camponesa, onde, a maioria das 157 famílias assentadas tinham ligação com o campo, porém, estavam residindo em áreas periféricas de Belém e Ananindeua, assim como, nos municípios do entorno da Fazenda Tanari ou Fazenda Bacuri, entre eles: Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá e Castanhal (JUNIOR; NAHUM, 2012).

Segundo Oliveira; Costa (2020) o Assentamento João Batista II é composto de capoeira e de mata, perfazendo 119, há uma agrovila com 64, uma reserva ambiental composta de 10 há e o patrimônio do assentamento de 70 há, onde estão inclusos o posto de saúde, a agroindústria, escola e a igreja.

Mapa 2 – Localização do Assentamento João Batista II no município de Castanhal



Fonte: Autora, 2023.

A escolha pela fazenda Tanarí, segundo Junior; Nahum (2012), foi fruto de análises do MST, após o massacre de Eldorado dos Carajás, onde, a estratégia ficou voltada para realizar um assentamento próximo a região metropolitana.

O MST quis dar uma resposta ao governo do Estado, realizando ocupações nas proximidades de centros urbanos no nordeste paraense, por causa das mortes de trabalhador rural em Eldorado dos Carajás. Sobre essa demanda é possível encontrar em Santos (2017, p. 8) a afirmação: “[...] estudando a formação do Assentamento João Batista II pode-se dizer que é fruto da intensificação de ocupações e criação de assentamentos na Região Metropolitana de Belém, em função da tragédia vivenciada pelo MST no município de Eldorado dos Carajás.”

Nesse sentido, podemos afirmar que o assentamento João Batista II é fruto da ocupação da fazenda Bacuri, promovida pelo MST em 15 de novembro de 1998. O nome é em homenagem ao ativista e deputado estadual paraense, que foi morto em um atentado nos anos 80. Está localizado no município de Castanhal, ocupa uma área de 1.761,76 ha, com 157 famílias assentadas. Dessa área total, estão destinados 64 ha para a agrovila, 10 ha para a reserva ambiental e 70 ha é a área do patrimônio (escola, igreja e posto de saúde) (SILVA, 2017).

Figura X: Ocupação da fazenda Bacuri, promovida pelo MST em 15/11/1998



Fonte: Junior; Miranda Rocha; Netom 2018, p. 127

Junior; Miranda Rocha; Neto (2018), apontam os desafios que existiram no processo de ocupação do Assentamento João Batista II por conta de não haver recursos para produzir e manter as famílias ocupantes. Junior; Miranda Rocha; Neto (2018), ensinam também que quando o assentamento João Batista II estava estruturado, com o número de famílias totalmente estabelecido, com se estruturou, com a delimitação de famílias estabelecido, a liberação dos recursos financeiros e a eficiências nos investimentos são marcas do processo de uma divisão política que houve no interior do assentamento.

Segundo Silva (2017), a organização político-social dos camponeses assentados tem sido realizada por entidades que disputam a direção política do assentamento, fato que dificulta a realização de projetos e a gestão dos problemas presentes no João Batista II. A fragmentação política se evidencia no embate das duas principais associações - Associação de Produção e Comercialização do Assentamento João Batista II (APROCJOB) e Associação Comunitária do Assentamento João Batista II (ACAJOB), existindo ainda uma terceira entidade, conhecida como COOPAP, única cooperativa do assentamento.

Santos; Souza; Silva Costa (2021), afirmam que os assentados no território os assentados João Batista II tem a percepção da importância econômico-financeira das atividades relacionadas com o movimento agroecológico, assim como, esse atores sociais percebem como esse tipo de atividade pode ser catalisadora de ganhos financeiros e fundamentalmente para todo o contexto social e ambiental em que estão inseridos, o que nos convida para refletir também não só sobre a forma de produção, mas também sobre desafios para o desenvolvimento territorial rural do assentamento.

Nesse cenário, Santos; Souza; Costa (2019), destacam que ganhos financeiros não são os principais objetivos do movimento agroecológico (Figura x) , mas, sim, a consequência deste esforço valorizando fatores sociais e ambientais no território existente, o que nos convida para refletir também não só sobre a forma de produção, mas também sobre outro aspecto central que se relaciona com ela, que são os objetivos finais desta produção.

Figura x: Atividades relacionadas com o movimento agroecológico



Fonte: A autora, 2022

Podemos citar também a reflexão de Cruz et al. (2018), sobre a experiência do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO), ao afirmarem que:

No Assentamento João Batista II não foi diferente, quando sob o domínio do latifúndio, a área se encontrava tomada por pasto e concentrando terra e renda. Criado o assentamento, a diversidade de culturas vem contribuindo no processo de soberania alimentar de dezenas de famílias. Mesmo com inúmeros entraves, o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO) existe de forma organizada e coletiva na construção de uma alternativa de combate ao modelo agroindustrial hegemônico, tanto agrário quanto social.

Como podemos ver no Assentamento João Batista II vem sendo utilizada como estratégia a lógica familiar de produção, onde verificamos que os assentados produzem para consumo e não na produção em grande escala individual, ou seja, podemos dizer que buscando preservar seus princípios agroecológicos. Portanto, podemos dizer que o Assentamento João Batista II no município de Castanhal é um fruto de um processo histórico na Amazônia relacionado a luta pelo acesso à terra, ou seja, entendemos que o assentado busca conquistar uma vida digna e melhores condições de trabalho, para que seja possível sua geração futura possa ter melhores chances e continuar com a luta e a residência pelo território que foi conquistado com muita energia, suor e lágrimas.

O Assentamento João Batista II localiza-se na margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, no município de Castanhal no estado do Pará, ocupando uma área de 1.761,76 ha, com a presença de 157 famílias assentadas da Reforma Agrária. Segundo Junior e Nahum (2012)

“Em termos de uso do solo, temos a seguinte configuração: 1500 ha de pastagem, 119 ha de capoeira e mata, 64 ha destinado a agrovila, 10 ha de área destinada para reserva ambiental e 70 ha é a área do patrimônio (escola, igreja, posto de saúde e agroindústria). O assentamento é o primeiro da mesorregião do Nordeste Paraense, sendo fruto de uma ocupação promovida pelo MST, localiza-se na cidade de Castanhal, distando 68 quilômetros da capital paraense (Belém).” (2012)

O Assentamento representa para o Movimento Sem Terra no Pará, “o primeiro passo para outras conquistas e territórios na região Nordeste paraense” (MST, 2018). Dois anos após o Massacre dos Sem Terra ocorrido em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Sudeste do estado do Pará, o Movimento Sem Terra inicia um forte trabalho de base na Regional que futuramente seria chamada de Regional Cabana.

Em 15 de novembro 1998, trabalhadores Sem Terra dos municípios de Castanhal, São Francisco e Ananindeua marcham em direção ao Município de Castanhal e ocupam a fazenda Bacuri. Nesta fazenda, as famílias constroem o Assentamento João Batista II “nome em homenagem deputado estadual do PCdoB e advogado dos camponeses e camponesas. O defensor foi assassinado durante seu mandato, em 1988, e tinha uma atuação marcante na região Nordeste paraense” (MST, 2018).

Neste ano de 2021, o Assentamento completou 23 anos de existência e re-existência. E para comemorar esta data, os trabalhadores Sem Terra, moradores do João Batista II, realizaram várias atividades festivas, simbólicas e de reorganização do trabalho da agricultura familiar local.

Imagem 45: Card da programação do 23º Aniversário do Assentamento João Batista



Fonte: Organizadores da Feira, MST/Pará, 2021

E com muita honra e alegria recebemos o convite da professora Valéria Lopes, mulher Sem Terra da Regional Cabana, para participar do 23º Aniversário do Assentamento João Batista II que ocorreu no dia 15 de novembro de 2021. Saímos de Belém em direção a Castanhal as 6h da manhã. Percorremos uma distância de 75 km em carro particular. Do centro da cidade de Castanhal para a sede do Assentamento João Batista II há uma distância de 22,6 km, com um tempo de deslocamento estimado de 38 minutos. Ao todo, a viagem durou 1h:50 min de Belém à Castanhal.

Ao chegar no Assentamento, nos dirigimos para a Escola Municipal Roberto Remigi, localizada na vila. A escola oferta o ensino fundamental e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos- EJA e no período noturno, e o ensino médio em parceria com o a 8ª Unidade Regional SEDUC na Escola/ URE. A escola atende prioritariamente, nos três turnos, os trabalhadores assentados e os seus filhos e filhas.

A Escola Roberto Remigi também foi uma conquista dos trabalhadores rurais Sem Terra que exigiram sua construção no centro do Assentamento. Considerando que no Pará, “nos últimos 18 anos (2000-2018), foram fechadas 7.513 escolas no estado, sendo 6.158 rurais e 1.355 urbanas”, manter uma escola do campo em área de Assentamento representa muito mais uma conquista dos trabalhadores camponeses do que uma concessão do estado.

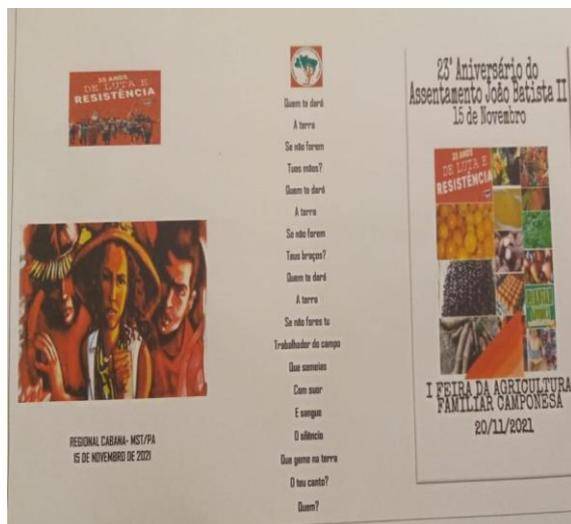
Imagem 46: Escola Municipal de Ensino Fundamental EMEF Roberto Remigi



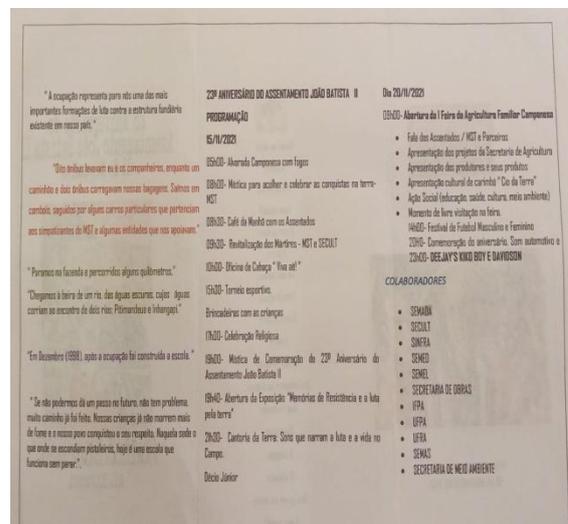
Fonte: Acervo da autora, 2021

Para comemorar e afirmar a luta em defesa da reforma agrária popular, o coletivo de trabalhadores Sem Terra construiu uma programação que iniciou dia 15 de novembro às 5h da manhã com uma Alvorada Camponesa com fogos na praça do assentamento. As 8h, com o espeito de alegria, marca do Movimento, realizaram uma mística para celebrar as conquistas do MST com a terra, e sem seguida, tomaram um café coletivo com os assentados do João Batista II e os amigos do MST convidados para o evento.

Imagem 45: 23º Aniversário do Assentamento João Batista II



Fonte: Acervo da autora, 2021



Fonte: Acervo da autora, 2021

Imagem 47: Feirinha na Vila do Assentamento



Fonte: Acervo da autora, 2021

Imagem 48: Oficina de Cabaça da Cuieira



Fonte: Acervo da autora, 2021

Ao longo do dia realizaram diversas atividades como a revitalização dos Mártires com a presença da SECULT (Secretaria de Cultura) em parceria com o MST. Além de promoverem a Oficina de Cabaça com as crianças e jovens do Assentamento; Torneio esportivo; Feirinha na área central do Assentamento; Celebração Religiosa; abertura da Exposição “Memórias de Resistência e a luta pela terra”; Cantorias e, a noite, apresentaram a Mística de Comemoração do 23º Aniversário do Assentamento João Batista II.

SEÇÃO IV: NADA SOBRE NÓS SEM NÓS: ESTRATÉGIAS E A PLURIDIMENSIONALIDADE FORMATIVA DE R-EXISTÊNCIA QUE EMERGEM NAS CIRANDAS INFANTIS_

4.1. Princípios epistemológicos do MST no processo insurgente do Brincar, das Lutas e Mobilizações na organização pedagógica-formativa das Cirandas Infantis da Amazônia Paraense.

Ao longo da pesquisa de campo, muitas narrativas, através de entrevistas e diálogos informais, foram sendo coletadas, registradas com o intuito de encontrar pistas que ajudasse construir um cenário favorável ao mapeamento de elementos que revelassem o sentido político e pedagógico das ações desenvolvidas pelos(as) educadores(as) das Cirandas infantis. Essas ações são constituídas de princípios ideológicos e de princípios pedagógicos que, de certa maneira, demarcam a identidade territorial dos sujeitos Sem Terrinha da Amazônia.

Para o MST, a formação da criança Sem Terrinha é um projeto político, por isso a sua auto-organização é tão importante para o Movimento e “deve estar o mais perto possível da vida da criança, nascer dos interesses das crianças”. (Krupskaya p.116). O MST, portanto, fazendo uso das estratégias das **lutas e mobilizações**,

busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras. A construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que torne o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo escolar, com a participação da comunidade e auto-organização dos educandos e educandas, e dos educadores e educadoras. (MST, 2023)

Os Princípios que norteiam as ações das Cirandas Infantis são de base histórico crítico marxista e que servem de diretrizes para as ações formativas das crianças Sem Terrinha. Os princípios epistemológicos do MST estão na base da educação do Movimento, são ideais de sociedade, humanidade e educação que surgem das práticas sociais do Movimento. Dentre estes princípios, dois são de suma importância para este estudo: os **princípios filosóficos** e os **princípios pedagógicos**.

- a) **Princípios filosóficos** da educação do Movimento Sem Terra (Caderno de educação nº 8, 2001, pag. 10)
1. Educação para a transformação social
 2. Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo.
 3. Educação para o trabalho e a cooperação
 4. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana
 5. Educação com/para humanistas e socialistas

6. Educação como processo permanente de formação/transformação humana.

b) Princípios pedagógicos da educação do Movimento Sem Terra (caderno de educação nº 8, 2001, pag. 24)

1. Relação entre prática e teoria
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação
3. A Realidade como base da produção do conhecimento
4. Conteúdos formativos socialmente úteis
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e políticos
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e econômicos
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura
9. Gestão democrática
10. Auto-organização dos/das estudantes
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras
12. Atitudes e habilidades de pesquisa
13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais

Estes princípios filosóficos e pedagógicos, que fazem parte da formação do Movimento Sem Terra, foram inspirados na **Pedagogia Socialista**, tendo como referência teórica as ideias de Pistrak (2000), e da Krupskaya (2017) através dos Fundamentos da Escola do Trabalho, Pistrak (2000) ao propor uma Pedagogia Socialista, entende que **a educação não está desvinculada do trabalho**, para ele, a vida escolar deve estar centrada na atividade produtiva:

Nossa escola deve liquidar esta separação. O Trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças. (p.49-50)

Nestas perspectivas o **trabalho** está vinculado ao ato educativo. Para o MST, tal como para a educação do campo e por extensão as práticas pedagógicas das Cirandas Infantis se articula com os saberes locais e ambientais, nesse sentido, o projeto de educação está intimamente relacionado com as atividades do **trabalho** e da **cultura**, como afirma Farias (2019).

Um projeto de educação vinculado ao trabalho e à cultura, pois a gênese da Educação do Campo está colada ao trabalho e à cultura do campo. Para tanto, reafirma-se a ideia do vínculo entre educação e processos produtivos nas diferentes dimensões e métodos de formação dos trabalhadores do campo. As práticas educativas, desenvolvidas nas escolas e fora dela, precisam se vincular aos processos produtivos que conformam hoje o ser trabalhador do campo, e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais, que podem devolver a dignidade para as famílias dos camponeses, dos extrativistas, dos pescadores

e ribeirinhos, dos agricultores familiares e todos os outros que vivem e trabalham no campo.

O **trabalho coletivo** e a **autogestão** são princípios filosóficos do MST, e nas Cirandas Infantis, possibilitam às crianças Sem Terrinha vivenciarem novas relações de sociabilidades pautadas na formação humana e na coletividade, tendo como referência a **Pedagogia Socialista** de Krupskaya (2017).

A terceira e não menos importante tarefa é desenvolver nas crianças o hábito de viver, estudar e trabalhar coletivamente. Isto define a natureza da organização da vida escolar, a auto-organização das crianças, a ajuda mútua das crianças e outras. Disso decorre o método do trabalho: crítica coletiva do ver e ouvir, hábito de alcançar determinados objetivos pela união de forças e a divisão de trabalho de acordo com as forças e possibilidades; também disso decorre a natureza do trabalho da escola e a natureza do trabalho escolar, isto é, o trabalho coletivo, a organização criativa, a necessidade de conceder amplo lugar à arte, arte que é próxima, que provoca a emoção coletiva, que desenvolve predisposições sociais.

Neste sentido, o fazer pedagógico no MST está vinculado ao trabalho socialmente útil, ao trabalho como produção de suas existências. As crianças, neste processo de (re)descoberta, afirmam a terra como constitutiva de suas existências e por meio dela se entendem como elementos do cosmo. Assim, na Ciranda Infantil nas estratégias do **brincar**, das **lutas** e **mobilizações**, não há separação entre terra e criança, trabalho e educação, vida e escola. Essas estratégias estão, portanto, amparadas nos princípios filosóficos do Movimento, que visa a educação como processo permanente de formação e transformação humana.

As matrizes pedagógicas quando acionadas pelos educadores do MST, exercem um papel fundamental na organização dos saberes que serão trabalhados nas atividades com as crianças ao participarem dos espaços educativos das Cirandas Infantis. São nesses espaços que os educadores acendem nessas crianças, a curiosidade e o desejo pela transformação social, política e territorial na esfera individual e coletiva. Como já defendido acima, três diretrizes se destacam como estratégia fim na realização de atividades e que se desdobram no bojo das ações dos Sem Terrinha durante a instalação das Cirandas Infantis: a) o Brincar; b) a Luta e c) a Mobilização. Estas estratégias, que fazem parte das categorias de análise, nos ajudam a entender como as múltiplas dimensões pedagógicas se articulam na formação políticas das crianças Sem Terrinha.

O processo pelo qual as matrizes pedagógicas são indicadas e selecionadas, tem sido a partir da escuta atenciosa desde as lideranças políticas e familiares até as crianças que estão no assentamento ou acampamento, visando estabelecer uma atmosfera de sintonia e aproximações

sobre as suas demandas com as questões de interesse político tanto do movimento quanto as dos Sem Terrinha que virão de outros territórios da Amazônia paraense.

Alguns resultados do levantamento da pesquisa sobre as matrizes pedagógicas que frequentemente eram utilizadas nos territórios em que se deram as cirandas infantis, vinte e três palavras-chave se destacaram nas ações formativas, nas rodas de conversas, nas oficinas e nas Cirandas Infantis. Deste quantitativo de palavras, percebemos que, novamente, três tomavam formas concretas no contexto da organização do trabalho pedagógico-formativo elaborado pelas(os) educadoras/es do MST: o Brincar, as Lutas e as Mobilizações.

Para a ex-Sem Terrinha e liderança do MST, V..L, o brincar se caracteriza pela sua estratégia lúdica; a Luta, por exemplo está relacionada às pautas (bandeiras) reivindicatórias do MST nacional e em particular, articulada com as questões imediatas do território local ou regional; já quanto ao sentido de mobilização trabalhado nas Cirandas Infantis, faz referência ao conjunto de ações que pertencem aos diferentes setores do MST (Entrevista cedida no Assentamento João Batista, em 12 / 07 / 2022)

Neste sentido, a seleção das **matrizes pedagógicas** e suas **múltiplas dimensões** possuem intencionalidades formativas de cunho ideológico, político e identitário que se apresentam no imaginário das famílias e companheiros(as) do MST. A Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos, ratifica que essas matrizes são diretrizes importantes no trabalho educativo, sendo um recurso responsável pelo debate que ocorre através de uma linguagem apropriada ao desenvolvimento formativo das crianças do MST. Para ela, essas matrizes e dimensões foram, em parte, referências formativas ao longo de sua história de vida enquanto criança Sem Terrinha, e até aos dias atuais, algumas matrizes continuam tendo um papel importante nas ações pedagógicas das Cirandas Infantis, assim ela assevera:

Estas **MATRIZES PEDAGÓGICAS** dialogam com **MOVIMENTO**. A identidade étnico-racial, é identidade do próprio corpo...eu não vejo distanciamento dessas palavras-chave, dessas matrizes do processo. Isso é muito claro. São temas geradores que são abordados. Como é que se dá isso nas Cirandas? É muito forte e são intencionalidades. Não tem algo que não tenha intencionalidade. Nós não fazemos isso, não fazemos algo sem intencionalidade, né?! Existe uma intencionalidade no que queremos com aquela infância. Qual é o projeto de ser humano que está sendo dialogado ali, que está sendo fortalecido. E qual é o papel do educador que está nesse processo, o papel da família, da militância, do assentamento. Então esses são temas que são direcionados e tem sua intencionalidade. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).

Para efeito de análise sobre a importância pedagógica-formativa das matrizes pedagógicas e suas dimensões na elaboração e execução de atividade no âmbito das Cirandas Infantis, estabelecemos uma metodologia de caráter relacional, que a partir das 23 palavras ou

seja, dimensões que se apresentaram como uma constância no levantamento de informações textuais presentes constantemente em: documentos, cartazes, folders, cartilhas, nos manifestos escritos do Movimento, nas redes sociais do MST, na linguagem cotidiana dos encontros, eventos, feiras e cirandas realizadas pelo MST, tendo sobressaído pelo menos três que se destacaram como grandes matrizes pedagógicas, são elas: Infância Sem Terra, Educação na perspectiva da formação humana e a da Agroecologia.

Essas três grandes matrizes pedagógicas se aproximam da ideia de temas geradores na perspectiva de Paulo Freire, entretanto, as Matrizes Pedagógicas dos Sem Terrinha da Amazônia paraense são concebidas a partir da realidade amazônicas, dos conflitos territoriais, da conjuntura política local e nacional, diferentemente dos temas geradores que são coletados a partir de contratemas problematizados junto aos sujeitos nos círculos de cultura.

As três grandes matrizes pedagógicas agregam um conjunto de dimensões ou matrizes pedagógicas identificadas como sendo de referências estudadas nas cirandas infantis da Amazônia paraense. Esta três oscilavam entre as escalas de interesse local, regional, nacional e global. Assim as grandes matrizes pedagógicas: Infância Sem Terra, educação e Agroecologia apresentam, cada uma, um conjunto de dimensões (matrizes pedagógicas) intrínsecas a sua respectiva grande matriz pedagógica.

Nesse caso, cada grande matriz pedagógica, do ponto de vista metodológico e da análise sobre a práxis pedagógica-formativa nas Cirandas Infantis, ganha uma função analítica ao analisar a intencionalidade das práticas dos educadores(as) e a importância destas no processo formativo do sujeito que toma consciência de sua condição de classe, do ser político, crítico, engajado na militância e na luta por seus direitos quanto Sem Terrinha.

As grandes matrizes pedagógicas com suas múltiplas dimensões, terão aqui a denominação de pluridimensional por apresentar uma referência dominante mas articuladas com outras dimensões que a sustenta filosoficamente e pedagogicamente como matriz dominante. As três grandes matrizes estão assim estruturadas com suas respectivas dimensões: 1) INFÂNCIA SEM TERRA: Identidade política, social, étnico-racial; crenças e religiosidades, gênero; 2) EDUCAÇÃO: Linguagem (arte); solidariedade (cuidar); estética (corpo); saúde; saberes e tradições; movimento (historicidade); controle social (políticas públicas); 3) AGROECOLOGIA: Trabalho como princípio educativo; meio ambiente; território; resistência; terra; conjuntura política; conflitos e violência.

A pluridimensionalidade das três grandes matrizes pedagógicas é trabalhada nas cirandas infantis por meio de três estratégias predominante, as brincadeiras, as lutas do MST e as mobilizações de forma articuladas entre si, para alcançar as finalidades formativas ditadas

pelos princípios do MST local e nacional. É a partir desta organicidade metodológica que a pesquisa se detém em observar diretamente as práxis pedagógicas, ou seja, como participante das e nas atividades e ações das Cirandas Infantis, realizando interpretações dos diálogos (entrevistas) e das narrativas encontradas e registradas nos encontros com lideranças, educadores, famílias e crianças Sem Terrinha.

O produto do material registrado durante a pesquisa foi decodificado em três tabelas, para submeter a análise pluridimensional, tendo cada uma das tabelas dedicada a uma grande matriz pedagógica. Cada tabela apresenta as seguintes variáveis: na primeira coluna o nome da matriz pedagógica principal, na segunda coluna as múltiplas dimensões que são pertinentes a grande matriz principal e as duas últimas colunas foram selecionados os trechos dos diálogos e entrevistas realizadas, respectivamente, com as liderandas V.L (34 anos) e com M.R (50 anos).

Da análise pluridimensional da tabela que trata da Pluridimensionalidade da matriz **Infância Sem Terra**, conclui-se que, as educadoras ao afirma que nesta dimensão da Identidade política, social, étnico-racial das crianças, a práxis dos educadores(as) é inicialmente possibilitar que os Sem Terrinha se re-conheçam nas Cirandas Infantis como sujeito deste processo educativo e de pertencimento ao movimento social de luta por reforma agrária popular de base agroecológica. No tocante as crenças e religiosidades os educadores fazem uma relação sobre o respeito as diferenças, visto que a complexidade dos Sem Terrinha serem de diferentes orientações religiosas, assim como na ênfase ao respeito a questão de gênero, seja valorizando o trabalho da mulher como o seu papel na organização política do movimento, esse conjunto de atitudes específicas fazem com que a identidades dos Sem Terrinha tenha o sentimento de pertencimento ao Território da Amazônia Paraense.

Ao lançarmos nosso olhar sobre a fala das educadoras e lideranças do MST/Pará, é possível perceber a presença das Matrizes e suas pluridimensionalidades formativas emergindo da vida concreta dos trabalhadores Sem Terra e por conseguinte, de suas crianças. Ao afirmar que as **a identidade política** das crianças é tratada com cuidado para que elas não se sintam diminuídas, assim, optaram por utilizar o termo “Infância Sem Terra”. Do mesmo modo, quando elas retratam a necessidade das Cirandas Infantis para o acolhimento e trabalho com as crianças na interpelação com a participação das mulheres no Movimento, elas relacional na discussão de **gênero**, o trabalho da mulher e do homem, destacando que para o MST, não se diferenciam, mas se complementam, se articulam nos cuidados com os assentamentos/acampamentos e nas suas próprias casas.

4.1.1 Pluridimensionalidade da matriz INFÂNCIA SEM TERRA

MATRIZES PEDAGÓGICAS	DIMENSÕES	TRECHOS DO DIÁLOGO COM V.L	TRECHOS DO DIÁLOGO COM M.R
<p>INFÂNCIA SEM TERRA a partir da sua identidade amazônica</p>	<p>IDENTIDADE POLÍTICA-SOCIAL (ÉTNICO-RACIAL)</p>	<p>Infância Sem-Terra: A própria palavra infância vai surgir de uma época pra cá, a gente trabalhava muito “OS SEM TERRINHA”, num termo diminutivo mesmo...ahhh o pai é um Sem Terra e a criança um Sem Terrinha...então a gente vai dialogar considerando que isso é diminutivo, tá diminuindo essa criança...então a gente vai trabalhar a INFÂNCIA SEM TERRA. Então alguns textos, em alguns espaços que vocês vão dialogar de um tempo pra cá. A gente fala da identidade do Sem Terrinha mas com o cuidado de não os diminuir. Pra nós e a infância Sem Terra, juventude Sem Terra. Qual é nossa identidade: é o Sem Terra. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos)</p> <p>“A gente tem uma idade de Ciranda, por exemplo, a Ciranda é até 12 anos. A gente consegue agrupar até 12 anos com as orientações pedagógicas e políticas que se tem da infância, para com a infância. E após essa idade são os coletivos de juventudes que organizam, os com 13 anos, 14 anos, 15 anos em diante. A gente trabalha com o conceito de infância dentro de uma lógica também de que é infância legalizada, institucionalizada” (...)</p> <p><i>“Os temas trabalhados são únicos para a infância e juventude, mas apresentando de forma diferente conforme o público. Por exemplo, no Encontro Nacional de 2014, tinha a Ciranda com bebês, porque as mães precisavam participar dos encontros. Então o que fazemos com os bebês nas Cirandas? O Cuidado mesmo, do educador com o bebê. A gente respeita muito a etapa das crianças, não podemos fazer da criança um adulto em miniatura. Para a criança talvez não apareça análise de conjuntura como aparece para os jovens. O significado dos livros para as crianças é muito forte na ciranda, por mais que as crianças não leiam agora, mas é incentivado a elas terem acesso aos livros”.</i> (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</p>	<p>Por isso quando você vê com as matrizes, a gente trabalha com a criança para de trocar a fralda dela e dar a comida, a mamadeira, o banho quando necessário, então tem um planejamento pra todos os cuidados, pensando naquela criança como sujeito, ISSO COLOCOU A CIRANDA INFANTIL DO MST NO OUTRO PATAMAR DA ESCUTA</p>

	<p>CRENÇAS (RELIGIOSIDADE)</p>	<p><i>Geralmente a CRENÇA a gente vai trabalhar na religiosidade, eu acho mais fácil eles entenderem o que é a religião, porque é muito isso, do respeito pelo outro, nessa questão...talvez seja nessa lógica que eles vão compreender...é igual a questão do gênero, com a criança é mais delicado. Essas duas temáticas são muito mais delicadas de serem trabalhadas. A questão do gênero é o gênero mesmo, mas não no campo de vista da sexualidade, não sei se é essa palavra a sexualidade, não é do ponto de vista das orientações, mas sim do ponto de vista do respeito aos diferentes, aos diversos. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos</i></p>	
	<p>GÊNERO (SEXO, SEXUALIDADE)</p>	<p>Na ciranda estava muito articulado com a questão do TRABALHO, no que cabe a mulher e ao homem no assentamento, não apenas na condição de gênero, mulher e homem, mas como sujeitos Sem Terra que precisam produzir o trabalho para produzirem suas existências. “<i>por exemplo, a gente trabalha muito isso na ciranda com as crianças de que o menino não tem problema dele contribuir na casa, lavar louça, porque ele não vai deixar de ser menos ou mais homem por conta disso...a questão da VIOLÊNCIA eu acho que é uma temática interessante</i>”. “<i>Essa questão do gênero com a infância temos muito cuidado. Geralmente falamos do homem e da mulher. O respeito ao outro na sua diversidade sexual, o machismo, a LGBTfobia, é muito delicado esse processo. É preciso entender que essa criança precisa estar sendo forjada como um novo sujeito, um novo homem e uma nova mulher. São processos. E isso é muito forte e cuidadoso pra nós</i>” (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos</p>	<p>Então quando uma criança cresce na ciranda do movimento, porque QUANDO HÁ UMA MÃE MILITANTE AS CRIANÇAS PRATICAMENTE CRESCEM NA CIRANDA INFANTIL. No movimento, a coletividade é que faz esses cuidados, essa rede de apoio é fundamental para garantir a participação das mulheres.</p> <p>...à medida que avança a ciranda do MST, avança também o processo de participação das mulheres, aumenta o número de mulheres participando das atividades, pra participar com mais tranquilidade.</p>

As crianças Sem Terrinha, também apresentam a dimensão da crença e religiosidade presente no seu assentamento ao dedicar seu desenho para a colega Bia e “Deus”, como nos mostra a imagem abaixo:

Imagem 52: Uma Sem Terrinha, 10 anos.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

“Tia, essa é minha casa. Posso colocar que este desenho é para mim, a Bia e Deus?”.

Neste desenho, a criança demonstra sua religiosidade e afeto ao dedicar o seu desenho para sua colega e a “Deus”. A identidade política do Movimento também aparece representada pela bandeira do MST pendurada no telhado de sua casa. O território também parece ser demarcado no cantinho do papel quando ela escreve a sigla do Movimento.

Quanto a Pluridimensionalidade da matriz **Educação na perspectiva da formação humana**, conclui-se que os princípios filosófico e pedagógicos estão presentes na práxis dos Sem Terrinha, uma vez que são nesses espaços que ocorre a re-produção de saberes e epistemologias das crianças Sem Terrinha da Amazônia paraense. A análise relacional entre as dimensões da Linguagem (arte); solidariedade (cuidar); estética (corpo); saúde; saberes e tradições; movimento (historicidade); controle social (políticas públicas), as educadoras relatam que a principal preocupação pedagógica é desenvolver brincadeiras (estratégias) com

diferentes linguagem que possam objetivar suas leituras de mundo a partir das lutas e mobilizações sociais em favor da formação do sujeito histórico capaz de se transformar e transformar o seu meio enquanto Sem Terrinha.

Sobre a análise pluridimensional da tabela que trata da matriz pedagógica da **Agroecologia**, as educadoras asseveram que as múltiplas dimensões: Trabalho como princípio educativo; meio ambiente; território; resistência; terra; conjuntura política; conflitos e violência são direcionadas por meio das atividades lúdicas para a perspectiva de um projeto político mais amplo de sociedade, onde a luta e mobilização defendida é a máxima que diz “Porque comida sem veneno é direito dos Sem Terrinha”. A pluridimensionalidade da matriz pedagógica da Agroecologia possibilita no âmbito das cirandas Infantis promover uma “compreensão de mundo, mesmo não concordando, mesmo não estando naquele espaço, mas não é mais o mesmo ser, porque já foi forjado no processo da criticidade, na construção de outros elementos, de refletir, o poder que se dar para este processo é muito lindo e forte” como afirma V.S.L (34 anos).

4.1.2. A Pluridimensionalidade da matriz EDUCAÇÃO na perspectiva da formação humana

MATRIZES PEDAGÓGICAS	DIMENSÕES	TRECHOS DO DIÁLOGO COM V.S. L	TRECHOS DO DIÁLOGO COM M.R
<p>EDUCAÇÃO na perspectiva da formação humana</p>	<p>Linguagem (arte)</p>	<p>Linguagem (arte): podemos agrupar temas que para o adulto eu preciso exemplificar em uma temática que vai cair lá na criança. Por exemplo. SOLIDARIEDADE. Solidariedade eu vou trabalhar no TRABALHO, no BRINCAR, no TERRITÓRIO, na LINGUAGEM. Eu acho que isso aqui. TERRITÓRIO, ANÁLISE DE CONJUNTURA, CONTROLE SOCIAL e RESISTÊNCIA dialogam com a TERRA. O CUIDAR também é importante, cuidar um do outro, cuidar de nós. Aquela música Palestina Livre é a essência do que a gente trabalha sobre SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL com a infância. Por Exemplo: “Convidamos as crianças pra entrar no muro das desigualdades é os Sem Terrinha brincando e ocupando toda a sua ginga, reforma agrária, justiça e liberdade uma canção de roda. Palestina livre um sonho que também é brasileiro... ô palestina” (Ex-Sem Terrinha paraense V.S.L, 34 anos.</p>	
	<p>Solidariedade (cuidar);</p>	<p>Solidariedade (Cuidar): na luta identitária... vais ser sempre um Sem Terra. Eu lembro muito bem porque essa era a concepção “enquanto tiver um ser humano na terra, no país, sem terra nas condições precárias de vida, ainda nos mantemos nas mesmas condições, por isso a nossa tarefa de plantarmos e produzirmos alimentos saudáveis pra todos e não somente pra nós, né?! Por isso a solidariedade. Talvez se eu fosse em pensar em dialogar com algumas temáticas com infância a SOLIDARIEDADE seria um. A SOLIDARIEDADE é um tema que pra criança é possível de diálogo, porque tu vais ver SOLIDARIEDADE no TRABALHO, na organização dos núcleos, na família, no dividir, no se alimentar, no ajudar, na fila da MOBILIZAÇÃO, pois, vai ficar um pra trás e o outro vai ter que voltar e ajuda-lo a caminhar, isso é um processo muito bonito de ser construído, de ser solidário. (...) a solidariedade das crianças era; “nós não podemos perder nenhum, quem vai tomar banho, vai junto...quem não trouxe o sabonete, tínhamos que ajudar indo comprar... todo esse processo requer a solidariedade. E aí perguntam pra nós: Como é que vocês conseguem ficar com 450 crianças na UFPA que tem rio e não morre ninguém? Porque é um trabalho muito árduo de compromisso e</p>	<p>Quando ela sai só da troca de fralda e da mamadeira pra esse espaço educativo, pra esse espaço de vivência, espaço de socialização, a partir daquilo que é o mundo do pai e da mãe sem-terra no movimento. Então as atividades passam a carregar também o significado da relação com o cuidado (...) AS PESSOAS FALAM “É UMA CRECHE?” AQUI PRA NÓS É MAIS QUE UMA CRECHE, AQUI É TROCAR FRALDA, É COMER, O QUE COME NUMA CIRANDA, COMO COME...AS VIVÊNCIAS TÊM INTENCIONALIDADE.</p>

		<i>responsabilidade, muito forte. E uma criança que cuida da outra também ele também se sente responsável. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos</i>	Você sabe que pode assumir qualquer tarefa no movimento, que você vai ter uma rede de apoio e a ciranda infantil é parte dessa rede, pra proporcionar à mulher, também sujeito do processo. Acho que isso é interessante reforçar.
	Estética (corpo);	Estética (corpo): <i>Esses são temas que são direcionados e tem sua intencionalidade.</i>	
	Saúde	Saúde: <i>Esses são temas que são direcionados e tem sua intencionalidade.</i>	
	Saberes (Tradições)	Saberes (Tradições): <i>Pra gente não ficar esfacelado no processo. Por exemplo, o TRABALHO ele é fundamental, não temos como abrir mãos disso, o debate do TERRITÓRIO...eu penso que essa LINGUAGEM ela vai agrupar o BRINCAR e a ESTÉTICA, e essa LINGUAGEM AMAZÔNICA também, ela é importante e não vamos abrir mão em nenhum espaço, seja ele nacional ou local ou amazônico...então LINGUAGEM, TRABALHO, IDENTIDADE, não só do ponto de vista étnico-racial, mas também SÓCIO-CULTURAL...e nessa IDENTIDADE vai entrar esses outros elementos e o TERRITÓRIO, TERRA...esses saberes culturais vão estar interligados...então eu acho que elementos que fortes e tudo em MOVIMENTO...e talvez...não sei se utilizaríamos nessa lógica o espaço, mas sim em círculo...porque nós temos um círculo, com a infância Sem Terra no meio. (Valéria desenhou um espiral com a infância no meio) ...A ciranda infantil é um dos espaços de formação, não é o único, tem outros espaços, o convívio dessa criança em movimento com a família e com os outros...acho que é isso. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</i>	
	Movimento (historicidade)	Movimento (historicidade): <i>Acho que vai depender muito do tempo histórico, pois o tempo histórico vai definindo as temáticas, isso aqui ele aproxima muito de uma determinada época que são essa época de 2005 pra cá...em que temas vão aparecer e outros nem tanto. Por exemplo, no meu tempo histórico, isso aqui, a violência no campo era muito presente, a questão do trabalho, a linguagem artística sempre esteve presente, era muito</i>	Então ele passa a ter essa condição de cuidado, mas também não é só aquela ideia da creche, que dá o lápis, a cola e a tesourinha para cortar, não, a criança no MST vai dando esse salto, ela ganha na

		<p><i>mais diferenciado de religiosidade, isso aqui não era tão presente como é hoje por conta de um tempo histórico diferenciado, na minha época não eram essas as matrizes formadoras. A minha matriz de formação era no campo do TRABALHO, na relação de GÊNERO, no vínculo com a TERRA, nos CONFLITOS ocasionados por conta da disputa territorial, isso era muito forte...do BRINCAR a gente brincava, mas a brincadeira era muito mais séria, era como você era projetado para uma militância, então era diferente...talvez o debate da AGROECOLOGIA volta mais forte, então se tivesse um encontro hoje dos Sem-Terrinha a AGROECOLOGIA seria um ponto crucial. Nós já tivemos um Encontro dos Sem Terrinha que a temática era “Por escola, terra e dignidade”, porque era luta por escola, pela terra e por ter dignidade naqueles espaços. O último Encontro foi “Sem Terrinha em movimento: Brincar, Sorrir e cantar” ...então era dimensões da própria educação infantil, né?! Matrizes formativas pedagógicas da educação infantil na sua essência, o direito de brincar, o direito de sorrir, de cantar...então era direcionado pra esse campo. Então ia dialogar TODAS ESSAS TEMÁTICAS no ato de brincar, sorrir e cantar. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L., 34 anos).</i></p>	<p>organização o lugar de sujeito da transformação, prova disso é que a partir do potencial, o poder político-pedagógico das cirandas infantis, elas vão ganhando outro corpo dentro do movimento, um corpo próprio, uma frente de infância dentro do movimento sem-terra, dentro do setor de educação, que não pensa só a ciranda, mas pensa o encontro dos sem-terrinha, porque já criamos o espaço específico para as crianças exercitarem esse papel de sujeito histórico.</p>
	<p>Controle Social (políticas públicas)</p>	<p>Controle social (políticas públicas): <i>Os guardiões das sementes. Dentro do campo da AGROECOLOGIA dialoga sobre como você vai manter as sementes crioulas de reproduzir para não utilizar o veneno, que tem a ver com o TERRITÓRIO, quem a ver com o TRABALHO, que tem a ver com a ANÁLISE DE CONJUNTURA, porque nós perpassamos pela disputa com o agronegócio que é o monocultivo, esse monocultivo expõe as condições mais precárias de sobrevivência, né?! Que tá relacionada com o CONTROLE SOCIAL, que tá relacionada com a própria INFÂNCIA. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L., 34 anos).</i></p>	

Educação: tá relacionado no campo a nível nacional mesmo. Isso foi feito primeiro com os adultos e isso tá muito fortalecido com as infâncias. Não é a toa que as escolas que o MST organiza, que tem a matriz pedagógica do MST, tem uma área de conhecimento no campo da AGROECOLOGIA, então dentro das escolas se trabalha como se fosse uma disciplina de ensino pra fortalecer. E as cirandas tem muito isso (...), da gente poder ter cuidado com esse campo de fortalecer, de embelezamento. Eu penso que os educadores precisam passar por processos formativos, porque os nossos educadores muitas vezes não são licenciados em pedagogia, não é nesse nível...eles são jovens, mas a infância tem uma particularidade, ela precisa ser compreendida...ai tem que passar por processos formativos...não pode ser assim: Olha, vamos ter a Ciranda Infantil e vamos precisar de 2 ou 3 educadores que vão pra ciranda e lá na Ciranda você descobre o que fazer, né?! Você precisa também ser forjado nesse processo... você precisa saber o que, qual a intencionalidade, porque pode tá muito bem na cabeça da militância e do Setor de Educação o que precisa ser feito, mas não está na cabeça daquele que está na tarefa de educar as Crianças, então temos algumas limitações nesse campo...isso é fato. Precisamos avançar sobre isso e compreender essa infância nessa lógica. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos

4.1.3. A Pluridimensionalidade da matriz AGROECOLOGIA

MATRIZES PEDAGÓGICAS	DIMENSÕES	TRECHOS DO DIÁLOGO COM V.L	TRECHOS DO DIÁLOGO COM M.R
<p>AGROECOLOGIA na perspectiva do projeto político</p>	<p>Trabalho como princípio educativo</p>	<p>Trabalho: <i>O trabalho vai estar muito presente como uma dimensão política, uma dimensão educativa, o trabalho educa, então como dialogar com o trabalho com a infância se a gente tem estatutos que privam isso? E o campo em uma outra compreensão de trabalho. Eu lembro que eu estava em uma atividade com o Salomão, da especialização que era sobre os direitos humanos da infância e eles começaram a questionar: “Mas é porque no campo tem trabalho infantil” ..., mas o que é que compreendemos sobre trabalho infantil quando se trata do campo e o trabalho como uma dimensão educativa? Será que aquela criança que está com o pai plantando está sendo explorado? Ou está sendo educado? É claro que não pode perder a essência, a criança tem que ter seus direitos garantidos, o direito de brincar, o direito à saúde, mas ele não pode estar ausente do trabalho, se não e ai?! A gente vai construir infâncias, juventudes e depois adultos que não tem vínculo com o trabalho e não tem vínculo com a terra? E onde é que fica a identidade desses sujeitos? Não somente a identidade étnico-racial, mas a identidade Sem Terra que a identidade social. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</i></p>	
	<p>Meio ambiente</p>	<p>Meio ambiente: <i>Esses são temas que são direcionados e tem sua intencionalidade</i></p>	
	<p>Território</p>	<p>Território: <i>A TERRA pra nós é um sinônimo de todo esse processo. Depois a gente vai compreender que esta infância ela precisa entender que os elementos da natureza também são os espaços de território na Amazônia principalmente. A gente vai demorar um pouco mais para poder entender que a educação do campo é para além da terra propriamente que um território físico. Mas tem outros espaços, outros meios. Então a terra como um território geograficamente falando de disputas e construções de relação de poder é muito forte. Elas têm muito isso “eu moro no campo” ...como estou dizendo, tem palavras que elas vêm a partir de um tempo</i></p>	

		<i>histórico que também vai se reconstruindo outros conceitos do que é rural do que é urbano e de como estamos. A gente mora no campo”. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</i>	
	Resistência	Resistência: <i>“Todas as ações. Só o fato de a gente conseguir agrupar crianças, dialogar com as temáticas que a escola não dialoga e a gente traz pra infância... a resistência, elas já estão ali no processo de resistência de reafirmação também” (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</i>	
	Terra	Terra: <i>A TERRA é um processo TERRITORIAL pra nós. Ela é a nossa essência e a partir dela que nós vamos construir o nosso território, isso falando da Ciranda Infantil e dos Sem Terrinha. A relação deles vai começar com a terra, na relação com o trabalho. Qual é essa relação que se faz com a terra? No trabalho com o meio ambiente. (Ex-Sem Terrinha, paraense V.S.L, 34 anos</i>	
	Conflitos (violência)	Conflitos (Violência): <i>O conflito. Essa criança ela vai passar pro conflitos do que ela na família compreendeu como o correto, o certo, e que ela vai compreender com os outros, isso é importante...as crianças vão se formar em um processo de construção com os outros, com aquela outra criança ela vai construindo o seu ser, né?! É isso perpassa por conflitos morais, estéticos, é um conjunto de conflitos que ela vai passar e vai ser projetado...que também é necessário o processo de indagação. É isso mesmo? E a gente vai perceber nesse processo todo...e aí vocês estão falando da Ciranda Infantil... a Ciranda Infantil é um espaço permanente que em todas as atividades. Elas estão, ou dentro do assentamento que não tem a educação infantil a Ciranda é um espaço, mas essa criança que ela passa por esse processo, ela vai ter uma outra visão de mundo, mesmo que ela não esteja diretamente em um processo organizativo. Mesmo que ela não pertença mais aquela organização, mesmo que ela não esteja dentro de um assentamento, né?! Ela é diferenciada na compreensão de mundo, mesmo não concordando, mesmo não estando naquele espaço, mas não é mais o mesmo ser, porque já foi forjado no processo da criticidade, na construção de outros elementos, de refletir, o poder que se dar para este processo é muito lindo e forte. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos).</i>	A ação violenta no acampamento atinge os adultos e atinge mais a criança, que criou um nível de socialidade naquela comunidade e depois é desterritorializada

		<p>Outro aspecto importante, é definir sobre “qual seria o ponto de vista deste conflito se seria das contradições ou se seria do ponto de vista da violência? Porque essa criança, quando a gente dialoga com ela, a gente precisa aproximar ela do processo da denúncia. Elas precisam estar em uma condição de denunciar, de dizer “eu fui maltratada fisicamente, eu fui exposta” ... de poder dizer “eu não aceito”. A violência também na vivência na família, às vezes a violência não é com a criança diretamente, mas é a violência com a mãe, com o pai...e está relacionada com droga, relacionada com alcoolismo. Essa criança passa por esse processo e às vezes no acampamento é muito forte, então o trabalho da organização é muito mais árduo por conta disso...e se eles estão em movimento eles falam, a criança fala”. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos</p>	
	<p>Conjuntura Política</p>	<p>Conjuntura política: por incrível que pareça...parece que com a infância a gente não consegue dialogar com a política, mas a infância nossa dialoga, isso é muito forte, isso tá nas análises de conjuntura da forma mais didática, mas lúdica possível, mas ela está ali. Se você perguntar pra uma criança hoje como é que a gente compreende as eleições de 2022 elas sabem qual é a orientação política, então isso aqui faz parte de todo esse processo. (Ex-Sem Terrinha paraense, V.S.L, 34 anos</p>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma referência nacional e internacional na luta pela terra e por direitos básicos para a classe trabalhadora do campo. No bojo dessa luta e referência, o MST não somente luta por educação, mas tem um projeto próprio de educação para o Movimento. Tem uma Pedagogia do Movimento (Caldart, 2011). E Essa Pedagogia assume uma tarefa fundamental na formação das crianças Sem Terrinha, não são tarefas simples, pois cabe a essa Pedagogia fortalecer a auto-organização dos sujeitos Sem Terra, incluindo as crianças. Esses sujeitos precisam ter clareza das lutas e bandeiras do Movimento, portanto, todos os Sem Terra assumem a responsabilidade de participar da construção deste projeto educativo que responde pela formação das crianças Sem Terrinha.

Nesta pesquisa, nos interessou analisar as Matrizes Pedagógicas que transversalizam a(s) práxis dos educadores(as) do MST na formação dos Sem Terrinha da Amazônia paraense. A Ciranda Infantil, nesse caso, passa a ser o objeto dessa pesquisa, pois, ela assume um território de formação potencial das crianças no Movimento.

E a partir de observações participante-militante foi possível alcanças os seguintes resultados: a **produção de uma metodologia** que poderá ser replicada em outros fenômenos equivalentes, cujo objetivo era possibilitar a organização dos dados e que essas evidências em suas pludimensionalidades sociais, culturais e políticas pudessem falar por si só. Essas mesmas dimensões foram importantes no processo de desenvolvimento da pesquisa, pois, elas evocam técnicas de observação, interação, participação, e reflexões críticas e relacionais, configurando na sua totalidade a ideia de um instrumento técnico e analítico para compreender a operacionalidade pedagógica acionadas pelos educadores das cirandas infantis.

A **Pluridimensionalidade das Matrizes Pedagógicas** passa a constituir um método analítico e com um caráter formativo que pode ser aplicado a diferentes coletividades sociais em suas perspectivas educacionais para entender, inclusive, as dinâmicas que são desenvolvidas no campo: da infância Sem Terra, da Educação da formação humana e da Agroecologia.

Desse modo, pode se afirmar que a Pluridimensionalidade pode ser reconhecida também como uma epistemologia concebida na e pela práxis das cirandas infantis amazônicas por representar uma forma específica de expressar processos pedagógicos e formativos de sujeitos na luta por uma reforma agrária popular de base agroecológica.

Quanto às dimensões, embora, elas estejam apresentadas aqui, relacionadas diretamente a cada matriz pedagógica, elas se manifestam em conexões mais complexas e interagem entre si, assumindo posições nas demais matrizes, dependendo das necessidades apontadas pelo Movimento.

Com essa organização metodológica foi possível afirmarmos a tese: **Não é possível pensar a práxis dos educadores na Ciranda Infantil do MST, sem o protagonismo dos Sem Terrinha e sem entender a pluridimensionalidade de suas matrizes pedagógicas que neste estudo revelou-se nas suas ações e estratégias formativas nas Cirandas, nos encontros, nas rodas de conversas e nas feiras agroecológicas do Movimento.**

É por meio das realidades territoriais e sócio-culturais das crianças que os educadores elaboram seus planos de ações visando um resultado formativo na vida dessas crianças, pois acionam, estrategicamente, pelo menos, três grandes matrizes pedagógicas: **Infância Sem Terra, Educação como formação humana e a agroecologia** enquanto projeto político. Esse procedimento, se destaca por trazer na interface de nossas análises um conjunto de referências e ao mesmo tempo dimensões concebidas nas práxis do Brincar, das Lutas e Mobilizações trabalhadas nas Cirandas Infantis do MST, obtendo os seguintes resultados, com destaque para:

A INFÂNCIA SEM TERRA na Ciranda, é reafirmada através de brincadeiras e de atividades lúdicas com e das crianças. São atividades em que as crianças desenvolvem por meio do brincar, afetividade com o meio ambiente, por exemplo, a apropriação e uso das sementes, a cooperação estimulada na infância podem ser via brincadeiras de roda, desenhos livres que retratam suas realidades nos assentamentos e acampamentos com suas pequenas plantações de cheiro verde, cebolinha, hortelã e jambu. Essas brincadeiras retratam e afirmam as suas identidades amazônicas nas suas ancestralidades de matriz indígena e africana, ribeirinha.

As crianças também dialogam e desenham suas lutas, colocam nos papéis suas necessidades de ter escola em seus territórios, mas não qualquer escola. Elas lutam reivindicam escolas que respeitem seus saberes, que tenham estruturas mínimas para que elas possam aprender com os professores do Movimento, que sejam escolas equipadas, que tenham merenda de qualidade, espaços para que elas possam correr, pular, brincar e aprender. Nas Cirandas as crianças Sem Terra sempre levam suas lutas para fora das Cirandas, elas se mobilizam e mobilizam o coletivo de educadores e os trabalhadores para que suas lutas sejam visibilizadas. Ao final das feiras e encontros, as crianças saem das cirandas com seus cartazes entoando palavras de ordem que trazem em suas letras a identidade Sem Terrinha, suas necessidades

sociais e educacionais na busca de serem ouvidas, vistas e atendidas pelo poder público e a sociedade.

Na Ciranda Infantil as crianças assumem seu protagonismo. Elas dialogam sobre suas realidades, sobre suas dificuldades de não terem escolas em seus assentamentos ou de terem escolas com condições precárias. As crianças também reivindicam seus direitos de terem políticas públicas para a saúde, alimentação saudável sem venenos, reivindicam seus direitos a terra, porque se sabem filhos e filhas de trabalhadores Sem Terra. As crianças denunciam crimes ambientais, os crimes contra suas lideranças no campo, denunciam o agronegócio, o minério negócio e o hidronegócio na Amazônia paraense. As crianças aprendem que suas lutas são legítimas e por isso, não abrem mão de seus direitos. Na Ciranda Infantil as crianças aprendem e ensinam, se acolhem, brincam, acolhem as outras crianças que não são do Movimento. As crianças transgridem a lógica hegemônica da desumanidade tão presente na sociedade capitalistas. As crianças são amorosas, alegres, sorridentes e compartilham outras sociabilidades pautadas no respeito e na humanidade.

É possível afirmar que nas Cirandas a educação trabalhada pelos educadores do MST, tem objetivos de formar sujeitos crianças na perspectiva da humanidade, da amorosidade, da dialogicidade. As crianças, em sintonia nas cirandas, respeitam-se, divertem-se, acolhem-se e ainda brincam, lutam e se mobilizam. Durante as participações nas Cirandas, podemos observar que ao final das atividades formativas, as crianças apresentam suas produções e suas reivindicações presentes nos cartazes, em manifestos ou nas cartas que elas produzem.

Nesta pesquisa, foi possível apresentar as análises correlatas às estratégias pedagógicas da pluridimensionalidade formativa que se articulam pelas ações do brincar, das lutas e mobilizações e que emergiram na operacionalidade das Cirandas Infantis, assim como a análise das narrativas sobre as Matrizes Pedagógicas que transversalizam a(s) práxis dos(as) educadores(as) do MST na formação dos Sem Terrinha da Amazônia Paraense.

Por fim, as evidências teóricas e metodológicas apontam para novos horizontes epistemológicos nas práxis das(os) educadoras(es) do MST sobre a aplicação das matrizes pedagógicas de caráter formativo no campo educativo das Cirandas Infantis.

As contribuições desta pesquisa se justificam pela existência de **uma epistemologia própria do MST** e que para tanto deva ser evidenciados os saberes formativos que brotam de matrizes pedagógicas próprias com ajuda de um repertório de múltiplas dimensões e recursos didáticos desenvolvidos nas e pelas Cirandas Infantis da Amazônia paraense; Chamar atenção para os aspectos sociais e políticos presentes nos princípios do MST como **fonte de**

aspirações dos Sem Terrinha da Amazônia paraense ao serem trabalhados pelos(as) educadores(as) das Cirandas Infantis; A partir da sistematização teórica e metodológica das múltiplas matrizes pedagógicas como práxis das Cirandas Infantis possibilitará **o reconhecimento do trabalho** dos(as) educadores(as) e da sua importância educativa no processo formativo das crianças Sem Terrinha; do ponto de vista acadêmico, ela poderá contribuir, também, para **consolidar metodologias de pesquisa observante-participante-militante**, como recurso importante nos estudos com os Movimentos Sociais, ainda nesse campo científico, ser mais uma fonte de informação capaz de historicizar o trabalho formativo desenvolvido pelos educadores do MST da/na Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. As matrizes pedagógicas da Educação do Campo na perspectiva da luta de classes. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana. V. I. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. P. 35-54.
- ARROYO, M. G. O direito do trabalhador à educação. In: GOMES, C. M. [et al]. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987, pp. 75-92.
- ARROYO, M. G. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho? Teoria & Educação, n.1, 1990.
- ARROYO, M. G. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In FRIGOTTO, G. Educação e crise.
- ARROYO, Miguel G.; VIELLA, M. A. L. (Org.) ; SILVA, M. R. (Org.) . Trabalho-Infância: Exercícios Tensos de ser Criança. Haverá Espaço na Agenda Pedagógica? 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 440p.
- ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel. Memórias de Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice A. et al. (Orgs.) Dossiê Educação do Campo: Documentos 1998-2018. Brasília, Ed. UNB, 2020.
- BAHIA, Celi da Costa Silva. FELIPE, Eliana da Silva. PIMENTEL, Maria Olinda Silva de. (Orgs.) Práticas Pedagógicas em Movimento: Infância, Universidade e MST. Belém/Pa.:EDUFPA, 2005.
- BAHIA, Celi da Costa Silva. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, T. T. da (org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira [et al.] (Orgs.) Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre. Editora: Evangraf, 2012.
- BARCELLOS, Luís Henrique Dos Santos. A CIRANDA INFANTIL E AS CRIANÇAS SEM TERRINHA: EDUCAÇÃO E VIDA EM MOVIMENTO' 11/03/2020 140 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
- BARROS, Monyse Ravena de Sousa. Os sem terrinha: uma história de luta social no Brasil. São Paulo: Expressão popular, 2020.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. Os sem terrinha: Uma história da luta social no Brasil (1981-2012). 2013. 227f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2013.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 42-62.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaço a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escritos da rosa dos ventos.

BRANDÃO. C.R. Entre a observação participante e a pesquisa participante memórias e imaginários ao redor de vivências com pesquisas entre “puras” “aplicadas” “etnográficas” e “participantes”(2018). Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/ENTRE%20A%20OBSERVA%20C3%87%20C3%83O%20PARTICIPANTE%20E%20A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20-%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>>. Acessado em: 10/10/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico (promulgada em 05/10/1988)1988.

BRASIL. CNE/CEB. Diretrizes Complementares da Educação Básica do Campo. Resolução CEB n. 03, 2008. Brasília, DF, 18 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 01, aprovado em 07/04/1999b. Brasília, 2009.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB n.1. de 3 de abril de 2002, Brasília, DF: MEC/SECAD, 2003.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990^a.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, dez. 1996.

BRASIL. MEC. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2006.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CONDE, Soraya Franzoni; COSTA, Maicon Jackson. Contribuições da pedagogia socialista para a educação da infância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Perspectiva*, Florianópolis, n.4, vol.37, p. 887 - p.903, out/dez, 2019.

FARIAS, Maria Celeste Gomes de. Alternância pedagógica na formação do educador: contribuições da licenciatura em educação do campo a partir da UNIFESSPA. 2019, 314 p. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2019

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 59ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREITAS, L. C.; CALDART, R. S. (Orgs.). KRUPSKAYA, N. K. A construção da pedagogia socialista: escritos selecionados. Trad. Natalya Pavlova e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 267-273.

FREITAS, Maria Natalina Mendes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; TUVÉRI, Ana Célia da Silva. Entre os rios, a floresta e as águas: a Educação Infantil do Campo na Amazônia: para além do atendimento nas escolas rurais multisseriadas. In.: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.

GHENDIN, Evandro. Perspectivas sobre a identidade do educador do campo. In: GHENDIN, Evandro (org). Educação do Campo: Epistemologia e práticas. 1ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

GONCALVES, Barbara De Oliveira. Sorrisos infantis na luta pela terra: A participação das crianças na vida política da sociedade' 21/12/2018 241 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca

HAESBAERT, R.O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Educação do Campo e Transgressão do Paradigma (Multi)Seriado nas Escolas Rurais - UFPA, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej. (Org.). Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma Educação do Campo na Amazônia: Currículo e diversidade cultural em debate. In: CORRÊA, P. S. A. (Org.). A Educação, o currículo e a formação de professores. Belém: EDUFPA, 2006.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2020.

JUNIOR, José Antônio Guilherme. NAHUM, João Santos. Reprodução Social e Permanência no Campo- Um Estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal – Pará. 2012.

KRAMER, S. A Infância e sua singularidade. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Ed. Leograf, 2007.

LEFEBVRE, Henry. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LIRA, Liene Keite de. Os Sem Terrinha no Momento dos Trabalhadores' 12/03/2015 91 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília

LOPES, J.J.M. Geografia e Educação Infantil: espaços e tempos desacostumados. Editora Mediação, 1ª ed. 2018. (112 p.)

LOPES, J.J.M. VASCONCELLOS, T. Geografia da Infância: Territorialidades Infantis. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 1, 2006.

MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, M. A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Terciana Vidal. SANTOS, Fábio Josué Souza dos. FRANCO, Maria Joselma do Nascimento (Orgs.) Classes Multisseriadas: reinvenção e qualidade das escolas do campo. Curitiba: CRV, 2021.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Coletivo LGBT Sem Terra. Cartilha de diversidade sexual. 2 ed. São Paulo, 2018.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Agroecologia. Vol. 2. São Paulo, 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cartilha Programa Agrário do MST: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo, 2013.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Edição Setembro. Paulo, 2021

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista da criança sem terrinha. Edição Novembro. São Paulo, 2020.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista da criança sem terrinha. Edição Dezembro. São Paulo, 2011.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista da criança sem terrinha. Edição Outubro. São Paulo, 2022.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista da criança sem terrinha. Edição Outubro. São Paulo, 2019.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2018. Regional Cabana completa 20 anos < <https://mst.org.br/2018/11/19/regional-cabana-completa-20-anos/> > Acessado em 21 de novembro de 2021.

MST , Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Conheça a Escola Nacional Florestan Fernandes, há 15 anos formando militantes. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. [S.I.] disponível em:< <https://mst.org.br/2020/01/24/conheca-a-escola-nacional-florestan-fernandes-ha-15-anos-formando-militantes/> > Acessado em: 27 de dez. 2020c.

MST. , Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quem Somos. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. [S.I.] disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>> Acessado em: 22 set. 2020b.

MST. , Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São muitas terras em poucas mãos. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. [S.I.] disponível em: <<https://mst.org.br/2020/10/01/sao-muitas-terras-em-poucas-maos/> >Acessado em: 27 de dez. 2020a.

MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel. (Orgs.). Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Jefferson Paiva. Assentamento Quintino Lira (2007-2015): conflito, resistência e luta. 2019. Orientador: Elias Diniz Sacramento. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018. Disponível em: <<http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/940>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

PISTRAK, Moisey M. Fundamentos da Escola do Trabalho. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Portal Educampo Paraense. IV Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas. <<https://educampoparaense.com/destaques/1068/>> Acessado em 21 de novembro de 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RAMOS, Marcia Mara. EDUCAÇÃO, TRABALHO E INFÂNCIA: CONTRADIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA' 22/03/2016 170 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas.

RAMOS, Marcia Mara. INFÂNCIA DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PAPEL EDUCATIVO DA LUTA PELA TERRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA DO MST' 26/05/2021 300 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius

RAVENNA, Monyse. Os Sem Terrinha: uma história da luta social no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

REINHOLZ, Fabiana. Brasil de Fato, 2018 Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>> Acessado em: 04 de dezembro de 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In.: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ROSETTO, Edna Rodrigues Araújo. A organização do trabalho pedagógico nas cirandas infantis do MST: brincar e lutar faz parte da escola de vida dos sem terrinhas. São Paulo: Expressão popular, 2021

SANTO, Ruy Cesar do Espírito. Pedagogia da transgressão: um caminho para o autoconhecimento. São Paulo – Ed. Revista. – Agora, 2011.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Ocupar, Resistir e produzir, também na Educação! O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso. Jundiaí: Paco Editora, 2013.

SAQUET. Marcos Aurelio. Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Consequências, 2019.

SAUL, Alexandre; SILVA, Camila Godói da. Contribuições se Paulo Freire para a educação infantil: implicações para as políticas públicas. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacaoesRelatos/0020.pdf>>. Acesso em

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana BeBezzon da. Educação infantil do Campo. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Jamaira Conceicao da. Entre livros e laços: o lugar da literatura negra no pertencimento étnico-racial de Sem Terrinhas do acampamento Bela Manhã, em Teixeira de Freitas – Bahia' 06/07/2021 107 f. Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais Instituição de

Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, Itabuna Biblioteca Depositária:
https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=234

SILVA, T.T. (org). Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Ana Paula e. TRABALHO INFANTIL: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2020.

VIGOTSKI, Lev. S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico. Tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I y II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. No. 9 (ene. 2003-). Buenos Aires : CLACSO, 2003- . -- ISSN 1515-3282

ANEXOS

ANEXO 03: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa versa sobre **A FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NA CIRNDA INFANTIL DO MST/PARÁ** e está sendo desenvolvida pelos pesquisadores, Prof. Ma. Dorilene Pantoja Melo e Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage (orientador) do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/ICED/UFPA.

A finalidade deste trabalho é contribuir para os estudos no campo da Formação das crianças Sem Terrinha e servir de consulta para elaboração de futuras políticas públicas educacionais para a infância na Amazônia paraense.

Solicitamos a sua colaboração em responder ao questionário que levará no máximo 20 minutos do seu tempo, sobre o qual solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em tese de doutorado, bem como, em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa tem riscos como a invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista, os quais serão minimizados com a adoção das seguintes precauções: - Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; - Minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; - Garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados (muito importante para grupo focal e entrevista) entre outros cuidados durante a coleta de dados.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)
responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do voluntário

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: (91) 9 8105-777

ANEXO 04- TERMO DE USO DE IMAGENS

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DAS PESSOAS

Eu _____ (nome do voluntário), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), AUTORIZO o uso de minha imagem na Pesquisa **A FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NA CIRNDA INFANTIL DO MST/PARÁ** de autoria de Dorilene Pantoja Melo, sob a orientação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage que tem como objetivo contribuir para os estudos no campo da Formação de Educadores do campo e servir de consulta para elaboração de futuras políticas públicas educacionais.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens realizadas nas atividades formativas do MST que posteriormente poderão ser publicadas em tese de doutorado e artigos científicos. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante ou responsável legal

ANEXO 05 – DESENHO LIVRE

VAMOS DESENHAR!!

DESSA VEZ, MOSTRE ATRAVÉS DE SEU DESENHO, O QUE VOCÊ MAIS GOSTOU E APRENDEU NO ENCONTRO DOS SEM TERRINHAS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
GRUPO DE ESTUDOS
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA
PARAENSE – GEPERUAZ

PROPSTA DE ATIVIDADES PARA A CIRANDA INFANTIL DO MST

EVENTO: III Feira Estadual da Reforma Agrária

DATA: De 08 a 11 de outubro de 2019

LOCAL: Mercado São Brás, em Belém do Pará.

O QUE É A FEIRA? As famílias Sem Terra dos acampamentos e assentamentos do estado estarão te esperando com muita alegria, alimentos saudáveis, atividades culturais e muito mais.

O QUE É A CIRANDA INFANTIL? Nesta feira, as famílias Sem Terra trazem suas crianças para participarem das Cirandas Infantis que são organizadas durante os dias de realização da Feira para que os pais possam trabalhar enquanto as crianças brincam, cantam, pintam, se formam no movimento. Porque o lugar da criança é no Movimento, portanto, não podem ser pensadas, cuidadas e educadas fora da luta e do trabalho de suas famílias. Neste sentido, o GEPERUAZ terá como proposta de trabalho realizar Oficinas (pintura, desenho, contação de história) e Rodas de conversas sobre temáticas que interessem às crianças Sem- Terrinhas.

1. PROPOSTAS DE OFICINAS:
 - Oficina de pintura
 - Oficina de material reciclável
 - Oficina de sementes

2. PROPOSTA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS
 - 2.2. Coelação Fazendo a História- MST
 - História do Menino que Lia o Mundo- Freire
 - A Comunidade dos Gatos e o Dono da Bola

3. PROPOSTA DE DESENHOS
 - Desenhos livres
 - Cartografias do Assentamento

4. PROPOSTA DE BRINCADEIRAS INFANTIS
 - Rodas
 - Capoeira
 - Dança

Doutoranda: Dorilene Melo

Contato: 9 8105 7770

Email: dorilenemelo@yahoo.com.br